

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS -GRADUAÇÃO EM LETRAS

ROGÉRIO DE NAZARETH SOARES

Quincas Borba: da megalomania à decadência

VITÓRIA

2019

ROGÉRIO DE NAZARETH SOARES

Quincas Borba: da megalomania à decadência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto de Souza Dutra.

VITÓRIA

2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S676q Soares, Rogério de Nazareth, 1981-
Quincas Borba : da megalomania à decadência / Rogério de
Nazareth Soares. - 2019.
113 f.

Orientador: Paulo Roberto de Souza Dutra.
Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Assis, Machado de, 1839-1908. 2. Quincas Borba. 3.
Brasil - História - II Reinado, 1840-1889. 4. A política no
império. 5. Política e literatura. 6. Ficção política brasileira. I.
Dutra, Paulo Roberto de Souza. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.
Título.

CDU: 82

Rogério de Nazareth Soares

Quincas Borba: da megalomania à decadência

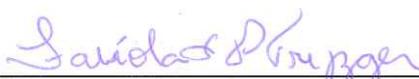
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Letras.

Aprovada em 16 de agosto de 2019.

Comissão Examinadora:



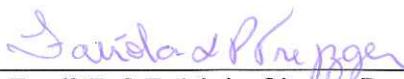
Profª Drª Fabíola Simão Padilha Trefzger (UFES)
por: **Prof. Dr. Paulo Roberto de Souza Dutra (UFES)**
Orientador



Profª Drª Fabíola Simão Padilha Trefzger (UFES)
Presidente da Comissão Examinadora



Prof. Dr. Wilberth Claython Ferreira Salgueiro (UFES)
Examinador Interno



Profª Drª Fabíola Simão Padilha Trefzger (UFES)
por: **Prof. Dr. Paul Dixon (Purdue University)**
Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Toda reflexão exige muita dedicação e estudo. Nestas páginas estão resultados que consegui assimilar das várias leituras que fiz ao longo da vida. Por isso, de imediato agradeço ao destino duas vezes: primeiro por ter me viabilizado a conhecer basicamente a obra de Machado de Assis. Segundo, por ter me oportunizado a fazer uma prova de seleção e conseguir uma vaga no Mestrado em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo.

Muitas pessoas têm uma contribuição fundamental neste trabalho. Primeiramente agradeço ao professores: Luís Eustáquio Soares, que sempre esteve disponível, desde a época da graduação, para me ajudar no que fosse necessário para melhorar minha compreensão das coisas concernentes à literatura e à luta de classes na sociedade brasileira, na perspectiva do Realismo e do Modernismo brasileiros; ao Paulo Roberto Sodré, agradeço eternamente por toda dedicação e ensino nos momentos mais difíceis da escrita desta dissertação. Sem dúvida existe um Rogério antes da disciplina *Introdução à escrita acadêmica* e outro, depois dela. Obrigado, Paulo, por me oferecer as melhores condições de compreensão da escrita e também por ter me concedido a participação nas exposições orais durante as aulas; ao Wilberth Salgueiro, que sempre me orientou a tentar a prova do mestrado. Obrigado do fundo do meu coração pela chance de participar dos diversos cursos e eventos que você coordenou, desde os *Bravos companheiros e fantasmas 2* ao *XIX Congresso de Estudos Literários*.

Agradeço ao meu orientador, Paulo Dutra, por ter aceitado me orientar naquele contexto de processo seletivo extraordinário, que eu não acreditava conseguir a vaga. Muito obrigado pelo trabalho de leitura da minha dissertação e por ter me possibilitado alargar o meu repertório de leitura sobre a obra de Machado de Assis.

Agradeço à CAPES por ter me concedido uma bolsa, a fim de dar conta das diversas leituras e também dos vários cursos que fiz no PPGL, além de uma disciplina no centro de Educação da UFES. Sem essa parceria os resultados da pesquisa ficariam deveras mais difíceis.

Agradeço em especial aos meus pais, Derly de Nazareth Soares e Jorge Soares, que sempre me incentivaram a estudar, além de me darem uma formação íntegra, que me fez enxergar o mundo de forma peculiar.

Agradeço em particular às minhas amigas de curso: Andressa dos Santos Vieira e Rízia Lima Oliveira, por me ajudarem sempre nas horas mais complicadas do curso e também durante o processo de escrita. Obrigado. A participação de vocês foi muito honrosa e está inserida neste trabalho.

Agradeço à Fabricia Bittencourt Pazinato, que sempre esteve ao meu lado para me dar sugestões de leitura e de participação nos eventos do PPGL. Obrigado pelo carisma e pela preocupação que teve comigo nesta árdua travessia da pós-graduação.

Por fim, agradeço ao Thiago Elias Ribeiro, que sempre me incentivou a continuar a luta na pós-graduação. Obrigado por tudo, Thiago. Seus conselhos não foram em vão.

RESUMO

A presente dissertação propõe estudar as interfaces da política em *Quincas Borba*, de Machado de Assis. Para isso, fundamentam a pesquisa: a) as análises de John Gledson sobre *Quincas Borba* encontradas no livro *Machado de Assis: ficção e história*, em que o crítico aponta, a partir das modificações feitas pelo autor na edição final em livro (1891), uma alegoria do final do Segundo Reinado; b) os estudos de Raymundo Faoro em *Machado de Assis: A pirâmide e o trapézio*, onde são pontuadas e analisadas situações e circunstâncias que envolvem a temática política na obra do autor de *Dom Casmurro*; c) a contribuição de Brito Broca em *Machado de Assis e a política*, em que o crítico apresenta o universo político na obra machadiana, a fim de analisar como se dá o “extraordinário espetáculo humano” nas artérias da literatura e também da realidade brasileira imperial; d) e, por fim, as investigações de Lilia Moritz Schwarcz sobre Dom Pedro II e o Segundo Reinado em *As barbas do imperador: um monarca nos trópicos*. Nesse sentido, serão analisados três personagens que situam a esfera política do romance: Rubião, Camacho e Teófilo. No caso de Pedro Rubião, o estudo será constituído na relação entre a megalomania e sua conseqüente decadência, pois, a loucura do protagonista pode funcionar como um mediador a fim de diagnosticar o tenso momento político de julho de 1868, em que o imperador derruba um gabinete liberal e o substitui por um conservador. Por outro lado, a análise em torno de Camacho e Teófilo tem como ponto de reflexão um diagnóstico dos bastidores da política imperial, uma vez que ambos pertencem a esse universo. Tanto um como o outro apresentam a possibilidade de vitória, mas são condecorados com a derrota, assim como Rubião. Desse modo, pretende-se apresentar como resultado na dissertação, uma reflexão política dos anos de 1867-1871 sob as veias da literatura.

Palavras-chave: Machado de Assis - *Quincas Borba*. *Quincas Borba* - política. *Quincas Borba* - megalomania. *Quincas Borba* - decadência.

ABSTRACT

The present dissertation proposes to study the interfaces of politics in *Quincas Borba*, Machado de Assis. For this reason, the research is based on: a) John Gledson's analysis of *Quincas Borba* found in the book Machado de Assis: fiction and history, in which the critic points out, from the modifications made by the author in the final book edition (1891) an allegory of the end of the Second Kingdom; b) Raymundo Faoro's studies in Machado de Assis: The pyramid and the trapeze, where situations and circumstances involving the political theme in the work of the author of *Dom Casmurro* are punctuated and analyzed; c) Brito Broca's contribution to Machado de Assis and politics, in which the critic presents the political universe in Machado's work, in order to analyze how the "extraordinary human spectacle" occurs in the arteries of literature and also in the Brazilian imperial reality ; d) and, finally, the investigations of Lilia Moritz Schwarcz on Dom Pedro II and the Second Reign in *The beards of the emperor: a monarch in the tropics*. In this sense, three characters that situate the political sphere of the novel will be analyzed: Rubião, Camacho and Teófilo. In the case of Pedro Rubião, the study will be constituted in the relation between megalomania and its consequent decay. For the madness of the protagonist can function as a mediator in order to diagnose the tense political moment of July 1868, when the emperor overthrows a liberal cabinet and replaces it with a conservative. Such an act culminated in the collapse of the monarchy. Thus, it is intended to present as a result in the dissertation, a study of politics between the years 1867-1871 under the veins of literature, and how madness mediates the megalomania and decadence of Rubião and the Brazilian Empire.

Keywords: Machado de Assis - *Quincas Borba*. *Quincas Borba* - politics. *Quincas Borba* - megalomania. *Quincas Borba* - decadence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	8
1 “AO VENCEDOR, AS BATATAS”: ALEGORIA E LOUCURA SOB A PELE DA MEGALOMANIA E DA DECADÊNCIA.....	15
2 A PRESENÇA DA TEMÁTICA POLÍTICA NA CRÍTICA MACHADIANA....	34
3 <i>QUINCAS BORBA</i> : A EXPERIÊNCIA DA DERROTA.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS.....	108

“Em política, não se perdoa nem se esquece nada.”

(Machado de Assis)

Introdução

Foi o que aconteceu, depois da última vez que estive aqui. Há dias, pegando numa folha da manhã, li uma lista de candidaturas para deputados por Minas, com seus comentários e prognósticos. Chego a um dos distritos, não me lembra qual, nem o nome da pessoa, e que hei de ler? Que o candidato era apresentado pelos três partidos, liberal, conservador e republicano.¹

Machado de Assis

Quincas Borba: da megalomania à decadência terá como objetivo discutir como a política aparece nesse romance de Machado de Assis. Desse modo, a dissertação partirá dos estudos de John Gledson sobre *Quincas Borba*, no livro intitulado *Machado de Assis: ficção e história*. Para o crítico, há modificações na estrutura do romance em sua 2ª edição, publicada em livro no ano de 1891, que oferecem uma leitura alegórica do processo de colapso da monarquia.

A primeira edição de *Quincas Borba* fora publicada em folhetim na revista *A Estação*, no ano de 1886. É importante salientar que as transformações feitas por Machado de Assis na edição em livro foram na direção de conduzir o trabalho literário para criar, segundo Gledson, uma alegoria da decadência do Império brasileiro. O crítico pontua duas modificações fundamentais. A primeira foi a mudança do nome do protagonista: de Rubião José de Castro, no folhetim, para Pedro Rubião de Alvarenga, no livro. Isso de certa forma assinala a presença de um segundo imperador na trama, Dom Pedro II². Outro fator que pode sinalizar a possível alegoria seria o incomum nome do protagonista, isto é, Rubião. Segundo o crítico inglês, “É um nome incomum, cuidadosamente escolhido, como está patente, e sua mais convincente interpretação é a de que se relaciona com o *boom* do café [...] próximo do nome latino do gênero ao qual pertence a planta do café, a *rubiacae*. [...]” (GLEDSON, 1986, p. 72). Ou seja, o nome “Rubião” diametralmente remonta a e dialoga com o produto de exportação brasileiro que alimentava os tentáculos

¹ Crônica de 22/VIII/1889, publicada em *Bons dias!*.

² O primeiro imperador apontado na trama é Luís Bonaparte (sobrinho do Napoleão Bonaparte) que a partir de um golpe de Estado se tornará o segundo imperador francês.

econômicos do país na época. Tanto é que Rubião fica rico, assim como o café potencializava economicamente o país.

A constituição da estória, paulatinamente, apresenta peripécias no entorno da política. É importante ressaltar que ela aparece abruptamente nas conversas entre os personagens. Ou seja, Pedro Rubião de Alvarenga, recebe “amigos” em seu palacete, vai à bailes e, por meio de pequenas pistas, o narrador vai construindo possibilidades para que a temática política seja um objeto de atenção no romance. Basta pensarmos a estória de um ex-professor de Barbacena que se torna herdeiro universal de um finado amigo, se muda do interior de Minas para a Corte, além disso, tem acesso às entranhas dos acontecimentos políticos que marcaram julho de 1868, é explorado por um casal de especuladores, fica louco, pensando que é um político-imperador francês (Luís Napoleão), acaba perdendo toda a fortuna, retorna a Barbacena, onde falece pobre e louco. A política acompanha o desenvolver da história de Pedro Rubião de Alvarenga de forma implícita e explícita.

O autor de *Dom Casmurro*, ao oferecer tais caminhos de leitura, enseja uma discussão acerca dos contornos políticos que estavam no epicentro da monarquia. Desse modo, é possível circunscrever trechos que problematizam a História nacional e nos chamam a atenção tendo em vista a temática da política. O primeiro momento dessa reflexão é concernente ao personagem João de Souza Camacho. É importante notar que, nos trechos em que esse político fracassado participa, é demarcada a situação conflituosa, a ponto de ser tumultuada, entre o imperador e os partidos liberal e conservador. Configura-se, nesse sentido, a relação desarmônica desses partidos com o imperador, à medida em que eles dilaceram paulatinamente os pilares que sustentavam a governabilidade no Império.

Os momentos em que Dr. Camacho participa são poucos, porém decisivos. Eles norteiam o momento político corrosivo. Sua primeira participação se dá no capítulo LIV, depois o narrador discorre sobre os seus fundamentos “éticos” nos capítulos LVII e LVIII. Nesse último, há a indicação de algumas figuras centrais, inseridas no momento agitado da política brasileira, como a chamada dos conservadores ao poder em 1868. No capítulo LXI, na conversa entre

Rubião e Camacho, temos a referência a dois políticos: Nunes Machado e Marquês de Paraná³, este último, líder do gabinete da *Conciliação*. Temos nessa relação um período anterior que nos remonta aos anos de 1850, momento histórico conhecido como período da Conciliação. No entanto, a relação entre essas duas atmosferas políticas é divergente. Camacho rememora uma década que não existe mais, pois o seu discurso emerge como crítica à dissolução do gabinete liberal em 1868.

Segundo Gledson, a presença de Camacho “é, de fato, a maior prova que temos sobre as intenções de Machado quanto à esfera política do romance, tal como existia antes de novembro de 1889. Ele é um fracasso [...] mas isso tem tanto a ver com o contexto específico do final dos anos 1860 [...]” (GLEDSON, 1986, p.84). Em outras palavras, Camacho emerge como um problema, que precisa ser levado em consideração a fim de realizar uma reflexão, pois ele é um parasita dentro do organismo político que sustentava, isto é, a predileção dos interesses pessoais e de manutenção do poder em detrimento dos interesses da sociedade.

O outro político inserido na estória é Teófilo. Esse personagem participa do jogo como Deputado e aspira a uma cadeira ministerial, porém também fracassa, não alcançando seu objetivo. Ao contrário de Camacho, Teófilo faz parte do atual parlamento, além de ser um político dedicado à leitura e ao seu trabalho enquanto legislador, tem a obsessão em chegar ao ministério por meio do merecimento. Para ele, a política está acima de tudo.

A partir desses três personagens (Rubião, Camacho e Teófilo), é possível diagnosticar um quadro do funcionamento do campo político somado à crise de julho de 1868 e os seus desdobramentos para o colapso da monarquia: a) o impacto no Império brasileiro diante do fim da escravatura e o sobrepujar das ideias republicanas, isto é, a monarquia simboliza o atraso, mesmo tendo como

³ Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856) chefiou o Ministério composto de liberais e conservadores, de setembro de 1853 a setembro de 1856. Chamou-se gabinete da Conciliação pelo trabalho do Marquês de Paraná no sentido de promover a harmonia entre os partidos Liberal e Conservador, que se digladiavam (CARLETTI, 1994, p. 55). Enquanto os conservadores buscavam uma forma mais eficaz de evitar as rebeliões liberais que marcaram os anos de 1840, os liberais, depois das experiências frustradas, buscavam novas estratégias para se aproximar do poder. E foi nesse contexto que assumiu o décimo segundo gabinete do Segundo Reinado, conhecido como o Gabinete da Conciliação (FERRAZ, 2015, p. 834).

base o “rei café”, que se manterá como produto econômico até 1930; b) o viés ficcional, isto é, o *Humanitismo* é o suporte da própria destruição do protagonista diante da ascensão de Cristiano de Almeida e Palha⁴, representante de uma nova classe social que emerge no Brasil, ou seja, a dos especuladores financeiros. Por outro lado, Camacho e Teófilo também são exemplos da aplicação do Humanitismo, já que ambos apresentam a vitória em um momento de suas vidas e depois se deparam com a derrota. Desse modo, Rubião, João de Souza Camacho e Teófilo são falsos vitoriosos, assim como o Império brasileiro fora. Pensa-se, portanto, que a) o ex-professor, ao receber a herança, b) o político no mandato durante o período da Conciliação, c) Teófilo enquanto deputado, que aspira ao ministério, e d) Dom Pedro II (metonímia do Império) conseguiriam a felicidade e a permanente manutenção do poder. No entanto, ambos alcançam as ruínas da derrota, ou seja, “ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas”. Nesse contexto, a falsa vitória é demarcada numa perspectiva crítica e corrosiva.

As nuances que representarão esses dois polos serão: a) do lado ficcional: a megalomania do protagonista alinhada à sua decadência total na loucura, que aos poucos o dilacerará; as trajetórias de Camacho e Teófilo que mostram um movimento também pendular entre a aparente vitória e a consequente derrota de ambos; b) no que diz respeito ao Império do Brasil, teremos também sua queda com a proclamação da República, embora, assim como Rubião, na loucura, a monarquia se pulverizará a partir da crise política de 1868.

Dessa forma, além das análises de John Gledson sobre *Quincas Borba*, busquei nos estudos de Raymundo Faoro, em *Machado de Assis: A pirâmide e o trapézio*, novas perspectivas acerca do tema. No capítulo “O pavão e a águia” são pontuadas e analisadas as circunstâncias que envolvem a figura de Dom Pedro II e as questões políticas na obra de Machado de Assis. Segundo Faoro,

Na vida política o imperador é a cúpula e o árbitro do sistema político.

⁴Embora não discuta esse personagem de forma ampla como discutirei, Rubião, Camacho e Teófilo, é válido lembrar que, na medida em que Cristiano de Almeida e Palha enriquece, ao administrar os bens de Rubião, ele apresentará o interesse em adquirir um título de barão, pois “Vagamente pensava em baronia.” (ASSIS, 1994, p. 124).

São Cristóvão detém a chave de todas as carreiras e de todos os mecanismos da intrincada arena pública. Este lugar-comum dos panfletários do Segundo Reinado e dos historiadores transfigura-se em Machado de Assis numa proposição diferente. A certa e indiscutível verdade recebe tempero novo, tempero que não era comum na visão dos contemporâneos, amigos dos pratos feitos e dos ditos consagrados. O dom Pedro de Machado de Assis está coroado com o mito, que o eleva, nas ruas, no coche e no jogo político. Ele ergue os humildes e abate os soberbos, quase como um semideus. (FAORO, 2001, p. 69)

Portanto, a discussão proposta pelo escritor fluminense em *Quincas Borba* seria a de reflexão sobre as entranhas políticas do império brasileiro potencializada na figura de Dom Pedro II. A partir da crise de 1868, que se alastrará pelos anos posteriores, teremos o colapso dessa “cúpula” e desse “árbitro” na medida em que as referências ao sistema político em *Quincas Borba* já apresentam o espectro dessa crise alicerçada no seu ápice, ou seja, a loucura do protagonista colocando em prática a filosofia do humanitismo.

Uma outra contribuição é a de Brito Broca. O crítico apresenta o universo político na obra machadiana, a fim de analisar como se dá o “extraordinário espetáculo humano” nas artérias da literatura. Em “O político na ficção machadiana” temos

Sofia por um lado, a Política por outro, os dois ideais inacessíveis vão transformando o cérebro de Rubião, que aliás já devia ter propensões para a loucura, segundo nos dá a entender Machado de Assis em certas passagens do romance. Perdendo a razão, o coitado começa a julgar-se Napoleão III, a falar nas recepções das Tulherias, em ministros e escudeiros, oferecendo cargos públicos e coisas semelhantes, que bem indicam o quanto a ambição política, o sonho do poder concorreram para o seu desarranjo mental. E sempre assim, por um prisma burlesco ou tragicômico, o romancista nos apresenta essa terrível ambição. (BROCA, 1983, p. 180-181)

Diante desse quadro, mesmo com todo “prisma burlesco ou tragicômico” temos uma perspectiva crítica de como o sistema político vigente fora analisado por Machado de Assis. E, por fim, acerca de Dom Pedro II, buscarei como apoio as investigações de Lilia Moritz Schwarcz em *As barbas do imperador: um monarca nos trópicos*.

No que concerne à alegoria, segundo Walter Benjamin: ela enseja um caráter

escritural, isto é, “ela é um esquema, e como esquema um objeto de saber” (BENJAMIN, 1984, p. 206), daí a compreensão do processo alegórico inerente à decadência do protagonista da trama machadiana, alinhada ao Império brasileiro como instrumento de reflexão, ou seja, um saber no sentido de conhecer o que está por trás da loucura do protagonista. Ao dissecar os momentos de crise de Rubião, perceberemos que eles estão ligados direta ou indiretamente a razões políticas.

Em relação ao Império do Brasil e à figura do imperador, temos os momentos finais da monarquia. Diante disso, *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, de Lilia Moritz Schwarcz, evidencia ainda mais o clima de tensão e de decadência de Pedro II, pois ele está inserido na crise existente no parlamento protagonizada pelos partidos Liberal e Conservador a partir da década de 1860.

A importância de tal tema para os estudos literários enseja a reflexão da situação política do Brasil na segunda metade do século XIX. Reitero que a política imperial é um tema muito discutido por Machado de Assis na sua obra e, acima de tudo, Rubião é um personagem que merece atenções, pois ele é construído no epicentro do Humanitismo, conceito que o acompanha ao longo da narrativa. É importante salientar que mesmo sem compreender tal filosofia, ela será a base para os desdobramentos dos eventos que irão culminar na sua ruína e na dos outros personagens da trama.

A megalomania e a decadência serão discutidas no primeiro capítulo da dissertação. É nesse contexto que apresento a loucura, ou seja, o lento processo de desencadeamento da crise mental, indo ao encontro da destruição total do protagonista no capítulo CC. No que diz respeito à monarquia, observe que a megalomania e a decadência também são elementos constitutivos dessa forma de governo

Em relação à loucura, ela poderia ser uma metáfora da crise política instaurada a partir de 1868 no parlamento brasileiro. De todo modo, busco refletir sobre a importância de se repensar o processo de colapso do Império.

Os capítulos a seguir irão discutir a alegoria e a loucura como base das ações entre a megalomania e a decadência (capítulo 1); a presença da temática política na crítica machadiana (capítulo 2); e em *Quincas Borba*: a experiência da derrota (capítulo 3), discutirei os acontecimentos políticos inseridos no romance a partir da análise de Rubião, Camacho e Teófilo. Esses três personagens são demonstrações e exemplos da política imperial que merecem um olhar diferenciado, na medida em que dialogam com a situação emblemática de julho de 1868.

1 “Ao vencedor, as batatas”: alegoria e loucura sob a pele da megalomania e da decadência

Poucos dias depois morreu... Não morreu súdito nem vencido.

Antes de principiar a agonia, que foi curta, pôs a coroa na cabeça – uma coroa que não era, ao menos, um chapéu velho ou uma bacia, onde os espectadores apalpassem a ilusão. Não, senhor, ele pegou em nada, levantou nada e cingiu nada; só ele via a insígnia imperial, pesada de ouro, rútila de brilhantes e outras pedras preciosas. O esforço que fizera para erguer meio corpo não durou muito; o corpo caiu outra vez; o rosto conservou por ventura uma expressão gloriosa.

- Guardem a minha coroa – murmurou. – Ao Vencedor...

A cara ficou séria, porque a morte é séria; dois minutos de agonia, um trejeito horrível, e estava assinada a abdicação.

Machado de Assis

“Ao vencedor, as batatas”. Essa foi a célebre frase dita por Joaquim Borba dos Santos e por Pedro Rubião de Alvarenga, justamente no início e no final de *Quincas Borba*, de Machado de Assis (capítulos VI e CC). O tempo da enunciação é bastante significativo (anos de 1867 e 1871). Ambos morrem loucos. Filósofo e discípulo vivenciaram uma vida de bonança diante da prerrogativa da herança recebida. A trajetória de Quincas fora diferente da de Rubião. Borba fora amigo de infância de Brás Cubas, como foi apresentado no capítulo LIX – *Um encontro, das Memórias póstumas de Brás Cubas*:

Era o Quincas Borba, o gracioso menino de outro tempo, o meu companheiro de colégio, tão inteligente e abastado. Quincas Borba! Não; impossível; não pode ser. Não podia acabar de crer que essa figura esquelética, essa barba pintada de branco, esse maltrapilho avelhentado, que toda essa ruína fosse o Quincas Borba. (ASSIS, 1994, p. 71)

O que podemos notar nessa apresentação? Quincas Borba era uma criança abastada que pertencia, portanto, a certa classe social. Os aspectos que chamam a atenção de Brás Cubas são os que circundam a decadência que o garoto sofreu em termos sociais, na passagem da infância à vida adulta. Brás

parece não acreditar no que acontecera com o colega de infância, e expressões como “Quincas Borba! Não; impossível; não pode ser” demonstram choque e pavor diante daquela situação vista pelo narrador como um emaranhado de “maltrapilho avelhentado” e de ruínas. Como uma pessoa abastada fora reduzida à miséria?

A estória de Borba é interessante, pois além da abastança, a megalomania, como mostrarei mais à frente, é um traço psicológico que o acompanhou desde a infância. É importante ressaltar que em 1867 a narrativa de *Brás Cubas* acontece concomitantemente à de *Quincas Borba*.

Esse ano é emblemático para as duas narrativas, pois é nele que se inicia a trama de Rubião. Em larga medida há um paralelo, uma espécie de cruzamento entre os dois romances sob a pedra de toque do Humanitismo. Ou seja, é nesse ponto que emerge a doutrina de *Humanitas*. Ela se configurará em *Brás Cubas* abrangendo uma práxis mais filosófica e sobretudo será apresentada ao defunto autor pelo próprio filósofo. É importante indicar ainda nas *Memórias póstumas* as estratégias discursivas criadas por Quincas Borba a fim de ensinar tais pensamentos ao amigo de infância.

No capítulo XCI, denominado *Uma carta extraordinária*, Brás recebe a seguinte carta:

Meu caro Brás Cubas,
Há tempos, no Passeio Público, tomei-lhe de empréstimo um relógio. Tenho a satisfação de restituir-lho com esta carta. A diferença é que não é o mesmo, porém outro, não digo superior, mas igual ao primeiro. Que *voulez-vous, monseigneur?* – Como dizia Figaro -, *c'est la misere*⁵. Muitas coisas se deram depois do nosso encontro; irei contá-las pelo miúdo, se me não fechar a porta. Saiba que já não trago aquelas botas caducas, nem envergo uma famosa sobrecasaca cujas abas se perdiam na noite dos tempos. Cedi o meu degrau na escada de São Francisco; finalmente almoço.

Dito isto, peço licença para ir um dia destes expor-lhe um trabalho, fruto de longo estudo, um novo sistema de filosofia, que não só explica e descreve a origem e a consumação das coisas, como faz dar um grande passo adiante de Zenon e Sêneca, cujo estoicismo era um verdadeiro brinco de crianças ao pé da minha receita moral. É singularmente espantoso este meu sistema; retifica o espírito humano, suprime a dor, assegura a felicidade, e enche de imensa glória o nosso país. Chamo-lhe Humanitismo, de *Humanitas*, princípio das coisas. Minha primeira ideia revelava uma grande ênfase; era chamar-lhe

⁵ Que queres, senhor? É a miséria.

borbismo, de Borba: denominação vaidosa, além de rude e molesta. E com certeza exprimia menos. Verá meu caro Brás Cubas, verá que é deveras um monumento; e se alguma coisa há que possa fazer-me esquecer as amarguras da vida, é o gosto de haver enfim apanhado a verdade e a felicidade. Ei-las na minha mão essas duas esquivas; após tantos séculos de lutas, pesquisas, descobertas, sistemas e quedas, eilas nas mãos do homem. Até breve, meu caro Brás Cubas. Saudades do
Velho Amigo

Joaquim Borba dos Santos⁶

Na primeira parte da carta, Borba se refere ao Passeio Público e ao momento da subtração do relógio de Brás. Neste momento, ele promete restituir-lhe o relógio como sutil pedido de desculpas por tal circunstância e acima de tudo diz que não está na mesma situação de outrora: “Muitas coisas se deram depois do nosso encontro”. Ou seja, no decorrer desse primeiro parágrafo, Quincas deixa bem claro que não é o mesmo, houve uma mudança de situação em sua vida social, pois agora ele não traz a mesma roupa de antes: “não trago aquelas botas caducas, nem envergo uma famosa sobrecasaca”, além de ter cedido o seu “degrau na escada de São Francisco” a outro, agora, se alimenta todos os dias: “finalmente almoço”.

Na segunda parte da epístola, o autor informa ter inventado um novo sistema filosófico, resultado de longas horas de estudo, e pede licença para demonstrá-lo a Brás Cubas. Nesse contexto, é apresentada uma síntese dessa filosofia calcada no princípio das coisas. Em larga medida, ela busca explicar e descrever “a origem e a consumação das coisas”. Os primeiros passos do Humanitismo são apontados de forma muito vaidosa e orgulhosa pelo agora filósofo Quincas Borba: “este meu sistema retifica o espírito humano, suprime a dor, assegura a felicidade, enche de imensa glória o nosso país”, denominado como o “princípio das coisas”.

A carta retoma o personagem cujo nome dará o título ao próximo romance de Machado de Assis, e aponta para a base constitutiva do *Quincas Borba*, isto é, o Humanitismo. Em outras palavras, o nexos entre os dois romances é fundamental para essas perspectivas, uma vez que o primeiro passo de *Humanitas* fora dado em *Memórias póstumas* e será aprofundado e

⁶ ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Scipione, 1994.

desenvolvido em *Quincas Borba*. Desse modo, em *Brás Cubas* tivemos a apresentação de uma teoria que será executada em *Quincas Borba*.

Na sequência da carta, Brás reflete sobre as palavras do filósofo, sem compreendê-las, ele a relê com atenção, mas “a restituição do relógio excluía toda a ideia de burla” (ASSIS, 1994, p. 99). Na realidade, o defunto autor não busca entender as palavras de Borba, mas, diante da devolução do relógio furtado no Passeio Público, chega à conclusão da sensatez do amigo. Por outro lado, após comentar tudo aquilo que lera, nos dá uma informação muito valiosa: “Naturalmente o Quincas Borba herdara de algum dos seus parentes de Minas, e a abastança devolvera a primitiva dignidade.” (ASSIS, 1994, p. 99). É importante salientar que não sabemos o ano preciso em que Borba recebe essa herança, podemos conjecturar que seja ainda em meados dos anos de 1840, tendo em vista que o encontro no Passeio Público se deu em 1842, estando ele na miséria. E na segunda metade da década de 1840 ele se restituíra desse mal. Não temos um ano exato. No entanto, podemos precisar o ano em que ele morre, na residência de Brás Cubas⁷. Essa informação é importante porque dialoga temporalmente com o ano de início da trama de *Quincas Borba*, isto é, em 1867.

Um outro aspecto muito peculiar é o título do capítulo: “Uma carta extraordinária”, que se transmutará em “Um homem extraordinário” no capítulo seguinte. O adjetivo “extraordinário” tem uma força semântica muito singular nesse contexto, porque aponta para um feito não previsto, ou seja, a) o fato de Quincas reaparecer e, sobretudo, rico; b) as sugestões acerca do Humanitismo

⁷ Não podemos afirmar o ano da morte de Quincas Borba. Porém, segundo as informações que temos nos capítulos XI e XIII do romance *Quincas Borba*, talvez ela tenha ocorrido no ano de 1867, já que os eventos se deram quando o filósofo já enfermo decide ir à corte e por lá fica por umas sete semanas, e, no início da oitava, teremos os seguintes desdobramentos apontados pelo narrador. Cito os capítulos: no capítulo XI, Rubião lê ao receber os jornais da Corte: “Faleceu ontem o Sr. Joaquim Borba dos Santos, tendo suportado a moléstia com singular filosofia. Era homem de muito saber, e cansava-se em batalhar contra esse pessimismo amarelo e enfezado que ainda nos há de chegar aqui um dia; é a moléstia do século. A última palavra dele foi que a dor era uma ilusão, e que Pangloss não era louco como inculcou Voltaire... Já então delirava. Deixa muitos bens. O testamento está em Barbacena.” (ASSIS, 1994, p.15). No capítulo XIII, Rubião recebe uma carta de Brás Cubas na qual temos a seguinte notícia: “O meu pobre amigo Quincas Borba faleceu ontem em minha casa, onde apareceu há tempos esfrangalhado e sórdido: frutos da doença. Antes de morrer pediu-lhe que escrevesse, que lhe desse particularmente esta notícia, e muitos agradecimentos; que o resto se faria, segundo as praxes do foro.” (ASSIS, 1994, p. 16).

e do início temporal do próximo romance de Machado de Assis em paralelo a Brás Cubas.

Sobre tal vocábulo o dicionário eletrônico *Houaiss da Língua portuguesa* traz como acepções, aquele

que foge do usual ou ao previsto; que não é ordinário; fora do comum; extra; não regular; fora do estabelecido; extra.; que se caracteriza por ser raro, excepcional, notável.; que se caracteriza pela estranheza; esquisito.; que é digno de grande admiração; fabuloso; inacreditável.; que é excessivo em quantidade ou em intensidade.; que foi encarregado de tarefa especial.

Ao analisar cada acepção desse adjetivo, as dúvidas começam a ser construídas. Será que Machado já tinha em mente aprofundar a filosofia de Borba numa eventual trama posterior? O que se pode salientar é um possível diagnóstico entre as situações econômicas e sociais de Borba e de Rubião. Ao levar em consideração o léxico “extraordinário”: temos três momentos para cada um desses personagens e um contraponto:

- a) A trajetória de Joaquim Borba dos Santos é constituída a partir de uma fase de abundância mais miséria (não se sabe como Quincas perdera tudo, tanto é que nem o próprio Brás acredita - “tão inteligente e abastado. Quincas Borba! Não. Impossível” -) e riqueza, quando herda a fortuna de um tio.
- b) Por outro lado, a trajetória de Pedro Rubião de Alvarenga é constituída de forma enviesada, pois este vive uma fase de pobreza: “Regia então uma escola de meninos, que fechou para tratar do enfermo.” (ASSIS, 1994, p. 7), mais riqueza: “Que era, há um ano? Professor. Que é agora? Capitalista.” (ASSIS, 1994, p. 5) e, termina sem nada.
- c) A loucura é um fenômeno comum aos dois, pois ambos surtam no momento em que estão abastados. No entanto, Borba mantém, na loucura, o capital, enquanto Rubião perde tudo e acaba morrendo na desgraça, abandonado em Barbacena. Eis o contraponto e o fato “extraordinário”.

A impressão que temos é que tanto um como o outro estão condenados às ruínas mediadas pela loucura e pelo capitalismo. O abastado morreu rico e o pobre morreu na indigência. Senhor e subalterno configurados na mesma perspectiva da demência, mas com finais sociais diferentes e consagrados pela morte, que, oferece por sua vez, a distinção de classes.

A trajetória de Pedro Rubião de Alvarenga é enviesada e alienante. A política está inserida no bojo constitutivo de Rubião. Sua estória já começa problemática. Na passagem para a forma final em livro, o autor de *Memórias póstumas* fez modificações na estrutura interna do texto e com isso novos sentidos foram possibilitados ao protagonista. As alterações mais significativas foram a anedota das tribos indígenas no longo capítulo VI acompanhada da célebre frase: “Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas” (ASSIS, 1994, p.10) e da modificação do nome do protagonista de Rubião José de Castro (Versão folhetinesca) para Pedro Rubião de Alvarenga. Tais situações já apontadas por John Gledson indicam a consciência do autor de *Dom Casmurro* a fim de propor uma reflexão política sobre a queda da monarquia.

O romance *Quincas Borba* possui 201 capítulos em algarismos romanos sem títulos. Alguns são curtos, outros um pouco longos e fragmentados. O foco narrativo em terceira pessoa faz a mediação entre as ações do protagonista e as digressões do narrador. A base dessa obra de Machado de Assis está concentrada no Humanitismo explicado por Borba ao seu discípulo Rubião, que não consegue compreender. Paralelamente a isso, outras situações e circunstâncias irão se articular ao mote da narrativa: a exploração de Rubião por parte do casal Palha e Sofia; questões políticas de interesse para a reflexão do leitor; o processo de enlouquecimento do protagonista que é construído pelo autor de forma paulatina por meio de uma multiplicidade de pistas textuais sobre a política.

Machado, de certa maneira, associa o protagonista ao país. Mesmo que possamos fazer uma leitura alegórica, a discussão em certa medida, passa a ser política. Nem mesmo na loucura de Rubião, o tema político é deixado de lado, pois a referência a Luís Napoleão oferece à discussão o quanto a loucura

enseja um dispositivo reflexivo sobre o momento da crise política que culminou na Proclamação da República. Por outro lado, cabe inferir também que a loucura medeia a megalomania e a decadência do protagonista paralelamente ao Império brasileiro.

A situação exposta por Machado em *Quincas Borba* é de natureza interpretativa das facetas políticas que regem a sociedade brasileira. Desse modo, Flavio R. Kothe, em *A alegoria*, nos apresenta como a figura alegórica vai tomando corpo e oferece um subsídio interpretativo à tendência alegórica em *Quincas Borba*. É importante frisar que

[...] a figura da alegoria vai se tornando cada vez mais estranha e enigmática, a ponto de não só ser preciso repensar a questão da retórica como também a dos estudos literários e estéticos. Nessa medida, talvez se possa dizer que a alegoria aponta o próprio cerne da obra de arte e de sua interpretação. (KOTHE, 1986, p. 7)

Assim, João Adolfo Hansen, em *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*, realiza um estudo que disseca a questão alegórica em duas perspectivas: a de uma alegoria construtiva ou retórica, e uma alegoria interpretativa ou hermenêutica:

Elas são complementares, podendo-se dizer que simetricamente inversas: como expressão, a alegoria dos poetas é uma maneira de falar; como *interpretação*, a alegoria dos teólogos é um modo de entender. (HANSEN, 1986, p. 1)

Nesse sentido, a abordagem alegórica feita por Machado de Assis em *Quincas Borba* a partir do nome Pedro Rubião de Alvarenga, além da ressonância do Rubião que será apresentado no último capítulo desta dissertação, revela a maneira em que o circuito alegórico é montado. Estamos mais para a interpretação e para o entendimento de um momento da História nacional do que para uma representação do mesmo.

Além disso, Sergio Paulo Rouanet, em apresentação do livro *Origem do drama barroco alemão*, reitera que,

Etimologicamente, alegoria deriva de *allos*, outro e *agoreuein*, falar na ágora, usar uma linguagem pública. Falar alegoricamente significa, pelo uso de uma linguagem literal, acessível a todos, remeter a outro nível de significação: dizer uma coisa para significar outra. (ROUANET, 1984, p. 37)

É importante lembrar que o protagonista de *Quincas Borba* chama-se Pedro Rubião de Alvarenga, o que difere muito dos outros títulos machadianos, pois assim como Kothe, Rouanet e Hansen sugeriram, “a alegoria aponta o próprio cerne da obra de arte e de sua interpretação” e consiste em “dizer uma coisa para significar outra”. Machado de Assis pontuou, a partir do próprio título da obra, uma coisa para dizer outra coisa.

É oportuno, portanto, dizer que se espera, a partir do título do romance, uma eventual história do Quincas filósofo, da mesma forma como aconteceu com os outros romances de Machado de Assis, pois os protagonistas eram de imediato referendados a partir do título, como por exemplo *Memórias póstumas de Brás Cubas* (Brás Cubas), *Dom Casmurro* (Bento Santiago), *Esaú e Jacó* (Pedro e Paulo) e *Memorial de Aires* (José da Costa Marcondes Aires), no entanto, nesse romance especificamente, a história é a de Rubião. Por outro lado, o nome Quincas Borba está na epiderme da estória. Seria como, se ele, o filósofo, estivesse encarnado no cão:

Vai senão quando, ocorreu-lhe que os dois Quincas Borba podiam ser a mesma criatura, por efeito da entrada da alma do defunto no corpo do cachorro, menos a purgar os seus pecados que a vigiar o dono. Foi uma preta de São João Del Rei que lhe meteu, em criança, essa ideia de transmigração.

[...] Olhou para o cão, enquanto esperava que lhe abrissem a porta. O cão olhava para ele, de tal jeito que parecia estar ali dentro o próprio e defunto Quincas Borba; era o mesmo olhar meditativo do filósofo quando examinava negócios humanos... Novo arrepio; [...] mas então os olhos do cão meio fechados de gosto, tinham um ar dos olhos do filósofo, na cama, contando-lhe coisas de que ele entendia pouco ou nada... (ASSIS, 1994, p.45)

E acima de tudo nas entranhas da própria narrativa por meio do Humanitismo e suas manifestações ao longo do romance. Desse modo, as máximas expostas nos capítulos VI e CXVII, de que “não há morte, há vida, porque a supressão de uma é a condição de sobrevivência da outra,” (ASSIS, 1994, p. 10) e “que as catástrofes são uteis e até necessárias. Sobejam exemplos;” (ASSIS, 1994,

p. 111) são marcas da filosofia borbiana no interior da trama. Ou seja, Borba morreu, mas permanece inserido na estória e a sua filosofia é posta a fim de justificar os eventos que ocorrem no livro.

Um trecho muito significativo nesse sentido é quando o próprio narrador utiliza o termo “batatas” como alegoria do Humanitismo. A princípio, “Pela primeira vez atentou bem na *alegoria*⁸ das tribos famintas e compreendeu a conclusão: ‘Ao vencedor, as batatas!’” (ASSIS, 1994, p. 19). E na sequência após sintetizar a história das tribos comparando-a à sua trajetória de vida, temos a conclusão no próximo parágrafo:

Gostava da fórmula, achava-a engenhosa, compendiosa e eloquente, além de verdadeira e profunda. Ideou as batatas em suas várias formas, classificou-as pelo sabor, pelo aspecto, pelo poder nutritivo, fartou-se antemão do banquete da vida. Era tempo de acabar com as raízes pobres e secas, que apenas enganavam o estômago, triste comida de longos anos; agora o farto, o sólido, o perpétuo, comer até morrer, e morrer em colchas de seda, que é melhor que trapos. E voltava à afirmação de ser duro e implacável, e à fórmula da *alegoria*⁹. Chegou a compor de cabeça um sinete para seu uso, com este lema: AO VENCEDOR AS BATATAS. (ASSIS, 1994, p. 19)

Percebe-se nesse excerto, além da ideia de alegoria, uma pista do processo de loucura, pois no início desse capítulo, Rubião e o cachorro, ao entrarem “em casa, sentiram, ouviram a pessoa e as vozes do finado amigo.” (ASSIS, 1994, p. 19). É importante frisar que nesse devaneio, apresentado em todo o capítulo, ao reconstruir a anedota contada por Borba, temos mais uma pista do processo de enlouquecimento de Rubião.

Em tese, o conceito exposto é a filosofia de *Humanitas*. O resultado desse conceito perpassa pela ironia potencialmente destrutiva em cada camada textual. Por outro lado, há os aspectos políticos em relação ao processo de decadência do Império brasileiro com suas respectivas referências no livro.

É nesse contexto que emerge a questão da loucura. Ao contrário de uma análise científica acerca de tal doença mental, prefiro a sugestão da loucura como uma ferramenta, um dispositivo a fim de mediar, dentro do contexto

⁸ Grifo meu.

⁹ Grifo meu.

social, o processo de megalomania e de decadência do protagonista. Diante disso, é importante pensar como se dá a formação do dispositivo Rubião, porque ele herda não só a fortuna de Borba, mas também o distúrbio.

Em breve síntese, Luiz Costa Lima observa como se dá o deslocamento de Borba para Rubião. Segundo o crítico, nas *Memórias póstumas* a importância do filósofo se dava pela “contiguidade” a Brás Cubas, enquanto em *Quincas Borba*, ele funciona como o agente tanto da riqueza como da representação do Humanitismo, que o protagonista não consegue compreender ao longo de toda a narrativa, pois, como sugere o crítico, tratar de Rubião é pensar no legado da filosofia de Borba.

Nas *Memórias póstumas*, Quincas Borba tivera uma presença meteórica. No livro que tem seu nome, a presença ainda é mais rápida. Sua ação, contudo, é incisiva. No primeiro, comunicava sua teoria e afirmava por seu destino a existência da loucura. Sua importância se dava por contiguidade: Brás Cubas o conhecera garoto, o reencontrara mendigo, depois enobrecido, frequentador de sua casa e enunciador do Humanitismo. No segundo livro, é o agente dos transtornos de Rubião. Da lucidez de um louco, *Humanitas* se converte na herança do louco. Quincas Borba afasta-se pois de seu romance, para que este trate de seu legado, exposto em dois patamares: o patamar da riqueza a ostentar, o patamar da demência que fermenta. O primeiro nos leva a ver o caipira mestre-escola às voltas com a representação social, em cujo código procura penetrar. No segundo patamar, Rubião reempobrecido, dominado pelo grão de sandice, que se infiltra como o reverso da boa sociedade. Tratar de Rubião, pois, é pensar no legado do Humanitismo. (LIMA, 1981, p. 77)

É nesse sentido que a alteração mental de Rubião vai se formando. Para alguns críticos a loucura do protagonista se dá em larga medida pela não realização do amor por Sofia. Essa leitura romântica é percebida até mesmo em estudos acerca da origem desse mal. Em capítulo dedicado à “transcendência do delírio”, Michel Foucault, ao trabalhar a questão da paixão como uma causa da loucura, busca o papel fundamental dela no esboço feito por Sauvages. Segundo ele,

A perdição de nosso espírito provém de nos entregarmos cegamente a nossos desejos, de não sabermos refrear nossas paixões, nem moderá-las. Daí esses delírios amorosos, essas antipatias, esses gostos depravados, essa melancolia causada pelo desgosto, esses arroubos produzidos em nós por uma recusa, esses excessos no beber, no comer, esses incômodos, esses vícios corporais que causam

a loucura, a pior de todas as doenças. (SAUVAGES, apud FOUCAULT, 1978, p. 226)

Desse modo, isso nos levaria a acreditar, de forma bastante ingênua, que o estopim para os delírios fora a paixão não correspondida por Sofia. O que é um equívoco. A questão a ser trabalhada, no entanto, é política. Porque em decorrência do surto, na fase mais aguda da incidência da alteração mental, Sofia é transformada em imperatriz. O que está em jogo é a questão política, já que ele se torna imperador. A imperatriz é mais um ornamento do corpus político:

Rubião não cuidou mais do coche nem do esquadrão de cavalaria. Foi dar consigo abaixo, andou por várias ruas, até que subiu pela de São José. Desde o Paço Imperial, vinha gesticulando e falando a alguém que supunha trazer pelo braço, e era a imperatriz. Eugênia ou Sofia? Ambas em uma só criatura – ou antes a segunda com o nome da primeira. (ASSIS, 1994, p. 169)

Assim, somente na loucura é possível alcançar o governo com a primeira dama. Além disso, é oportuno verificar que o grãozinho de sandice de Rubião já era apresentado antes de ele conhecer a bela Sofia. Isto é, existem pistas que podem afirmar o seguinte: ele, antes de conhecê-la, já estava propício a desenvolver a insanidade.

À medida que a leitura do livro é feita, percebemos o desenvolvimento progressivo da doença. São pequenas pistas – episódios, palavras-chave – que montam condições para o possível surto do mestre-escola. Outrossim, o narrador onisciente tem um papel fundamental para esses desdobramentos, pois,

Horas depois, teve Rubião um pensamento horrível. Podiam crer que ele próprio incitara o amigo à viagem, para o fim de o matar mais depressa, e entrar na posse do legado, se é que realmente estava incluso no testamento. Sentiu remorsos. Por que não empregou todas as forças para contê-lo? Viu o cadáver do Quincas Borba, pálido, hediondo, fitando nele um olhar vingativo. (ASSIS, 1994, p. 12)

E, ainda, expressões como estas:

Não havia dúvida; estava doido. Pobre Quincas Borba! As esquisitices, a frequente alteração do humor, os ímpetos sem motivo, as ternuras sem proporção, não eram mais que prenúncios da ruína total do cérebro [...] Rubião teve uma vertigem. (ASSIS, 1994, p. 14)

Sobre a organização estrutural da narrativa, a escolha do foco narrativo em 3ª pessoa e a elaboração dos capítulos não nomeados podem subsidiar a explicação da confusão mental do protagonista. Entretanto, “pode ser que a loucura seja razão, e que a consciência da loucura seja presença secreta, estratagema da própria loucura.” (FOUCAULT, 1978, p. 166). Ou seja, o narrador onisciente tem a consciência de que o protagonista sofre dos males mentais e a estrutura da narrativa corresponde a isso. Desse modo, segundo Luiz Costa Lima, “a loucura deixa de ser um elemento subalterno para se incorporar ao eixo principal” (LIMA, 1981, p. 77) da história, que, no caso, é a História nacional a partir da crise política de 1868.

Narrativa e loucura têm como substância a linguagem. Sobre isso, Foucault nos diz:

A linguagem é a estrutura primeira e última da loucura. Ela é a sua forma constituinte, é nela que repousam os ciclos nos quais ela enuncia a sua natureza. O fato de a essência da loucura poder ser definida, enfim, na estrutura simples de um discurso não a remete a uma natureza puramente psicológica, mas lhe dá ascendência sobre a totalidade da alma e do corpo; esse discurso é simultaneamente linguagem silenciosa que o espírito formula a si mesmo na verdade que lhe é própria articulação visível nos movimentos do corpo. [...] todas as formas de comunicação imediata que vimos se manifestar, na loucura, entre a alma e o corpo, dependem apenas dessa linguagem e de seus poderes. (FOUCAULT, 1978, p. 237)

É nesse sentido que a loucura está impregnada na linguagem literária, a fim de oferecer/transmitir uma reflexão acerca das questões políticas que estão envolvidas no enredo de *Quincas Borba*. Para isso, emerge um outro componente que está inserido na loucura de Rubião, ou seja, a megalomania. Ao caracterizar o ex-professor, verificamos que, além da sua ingenuidade provincial, a sua mania de grandeza é um dispositivo fundamental para o desenvolvimento da obra. Desde os primeiros capítulos ele apresenta tal peculiaridade:

Um criado trouxe o café. Rubião pegou na xícara, e, enquanto lhe deitava açúcar, ia disfarçadamente mirando a bandeja, que era de prata lavrada. Prata, ouro, eram os metais que amava de coração; não gostava de bronze, [...] (ASSIS, 1994, p. 6)

Diante disso, reitero que Quincas também tinha as mesmas características desde a infância. Em certa ocasião, o narrador Brás Cubas rememora:

Uma flor, o Quincas Borba. Nunca em minha infância, nunca em toda a minha vida, achei um menino mais gracioso, inventivo e travesso. Era a flor, e não já da escola, senão de toda a cidade. A mãe, viúva, com alguma coisa de seu, adorava o filho e trazia-o amimado, asseado, enfeitado, com um vistoso pajem atrás [...] E de imperador! Era um gosto ver o Quincas Borba fazer de imperador nas festas do Espírito Santo. De resto, nos nossos jogos pueris, ele escolhia sempre um papel de rei, ministro, general, uma supremacia, qualquer que fosse. Tinha garbo o traquinas, e gravidade, certa magnificência nas atitudes, nos meneios. (ASSIS, 1994, p. 27)

O aspecto fundamental desse trecho é como o ornamento fazia parte do dia a dia de Joaquim na escola, uma vez que a mãe o trazia sempre cheio de paparcos e “enfeitado”, com direito a um pajem “vistoso”. Por outro lado, a referência de que, nas festas do Espírito Santo, o papel escolhido pelo pequeno Borba sempre fora de imperador e, nas outras brincadeiras, papéis como de “rei, ministro, general, uma supremacia, qualquer que fosse”, reflete a mania de grandeza da criança e principalmente alude ao aspecto político centrado na figura do imperador, assim como no caso de Rubião que desenvolverá o desejo de ser deputado, marquês e, no ápice da crise mental, imperador.

Um outro aspecto em relação a isso é o primeiro nome de Rubião, pois “Pedro” é o nome do imperador do Brasil e o aumentativo “ão” dialoga com o “ão” de Napoleão¹⁰. Temos, portanto, uma série de elementos no universo do protagonista, que a partir da sua mania de grandeza podem sugerir um diálogo com o representante da dinastia de Bragança, já que é comum a um monarca, no auge do seu reinado, a mania de status e poder por meio dos objetos.

¹⁰ Grifo meu.

Sobre essa perspectiva megalômana, Sigmund Freud, na sua *Introdução ao narcisismo* (1914), identifica a megalomania como uma resultante “da libido objetal”:

Surge a pergunta: qual o destino da libido retirada dos objetos na esquizofrenia? A megalomania própria desses estados aponta-nos aqui o caminho. Ela se originou provavelmente à custa da libido objetal. A libido retirada do mundo externo foi dirigida ao Eu, de modo a surgir uma conduta que podemos chamar de narcisismo. No entanto, a megalomania mesma não é uma criação nova, e sim, como sabemos, a ampliação e o explicitamento de um estado que já havia existido antes. (FREUD, 1914, p. 11)

Desse modo, identifica-se que o desejo de Rubião é constituído a partir de elementos do mundo externo que se dirigiram ao Eu, tais como dinheiro, metais preciosos e altas patentes políticas. No capítulo CVIII há uma passagem em que o protagonista se enaltece por ter dinheiro para a subscrição de Alagoas.

[...] Ele assinou cinco contos de réis.
 -- É muito – disse-lhe o sócio, no armazém, quando ele lhe foi levar o papel.
 -- Não dou menos.
 -- Mas olhe que pode dar muito, sem dar tanto. Parece-lhe então que esta subscrição é feita entre meia dúzia de pessoas? Anda nas mãos de muitas senhoras e de alguns homens; está nos mostradores das lojas, na Praça do Comércio, etc. Assine menos.
 -- Como, se está escrito?
 -- Desde 5 pode-se fazer muito bem um 3. Três contos já é uma boa assinatura. Há maiores, mas são de pessoas obrigadas pelo cargo ou pelos milhões; o Bonfim, por exemplo, assinou dez contos.
 Rubião não pôde reter um risinho irônico; abanou a cabeça, e não recuou dos cinco contos. Só emendaria, escrevendo o algarismo 1 atrás – quinze contos -, mais que o Bonfim.
 -- Seguramente, que pode dar cinco, dez e quinze contos – tornou o Palha-; mas o seu capital precisa de cautelas, você está entrando muito por ele... Repare que já lhe rende menos. (ASSIS, 1994, p. 101-102)

É importante notar como Rubião se impõe por meio do dinheiro e como Cristiano de Almeida e Palha controla o capital do ex-professor, passando a ser “o depositário dos títulos de Rubião (ações, apólices, escrituras) [...] Cobrava-lhe os juros, os dividendos e os aluguéis de três casas, que lhe fizera comprar algum tempo antes a vil preço, e que lhe rendiam muito.” (ASSIS, 1994, p. 102).

Além disso, ele também era o responsável por guardar moedas de ouro do herdeiro, “porque Rubião tinha a mania de as colecionar, para a contemplação” (ASSIS, 1994, p. 102). Essa obsessão pelo ouro nos remete aos ditos de Freud, afinal, são encontrados traços que podem ser atribuídos à megalomania em larga medida quando há a “superestimação do poder de seus desejos e atos psíquicos” (FREUD, 1914, p. 12). É nessa perspectiva que a mania de acumular metais preciosos para a contemplação é uma leitura que dialoga, tanto com a referência a Dom Pedro II e ao Império brasileiro, como com Napoleão III. Contudo, as premissas são trabalhadas de forma irônica e o próprio protagonista sucumbirá à decadência.

Nesse sentido, a passagem da megalomania à decadência se estrutura no processo de enlouquecimento, pois é nele que Rubião expõe o seu excesso de manias de grandeza. Paralelamente a isso, sua riqueza será usurpada paulatinamente.

Desse modo, diante da manifestação da loucura, o sujeito enganado, louco e falido será internado numa clínica. Em seguida teremos a situação da residência de Rubião, antes de ser internado. Os trechos a seguir são muito significativos por sintetizarem sua falência. Primeiramente, Palha aluga uma casinha no Flamengo para Rubião cuidar de sua moléstia. Ele é afastado de sua rica casa em Botafogo e abandonado pelos “amigos”. Outras crises/surtos irão acontecer, o herdeiro de Borba acaba sendo internado. Em consequência disso, D. Fernanda e Sofia vão até à casinha alugada no bairro do Flamengo e lá encontram a seguinte situação:

O interior da casa tinha a afeição do abandono, sem a fixidez e a regularidade das coisas, que parecem conservar um resto da vida interrompida; era o abandono do desmazelo. Mas, por outro lado, o transtorno dos móveis da sala exprimia bem o *declínio*¹¹ do morador, suas ideias tortas e confusas.

-- Ele foi muito rico? Perguntou D. Fernanda a Sofia.

-- Tinha alguma coisa – respondeu esta -, quando chegou de Minas; mas parece que estragou tudo. Olhe, levante o vestido que o chão parece que não se varre há um século. [...] (ASSIS, 1994, p. 173)

¹¹ Grifo meu.

Essa nova moradia de Rubião representa a sua decadência. Vejamos o seguinte: a casa é alugada, o interior da mesma é afeito ao abandono. Apresenta-se de certo modo uma ruptura, ou seja, “uma vida interrompida”. Todos os signos relacionados ao campo semântico da decadência são perceptíveis nesse local alugado. Segundo o dicionário eletrônico *Houaiss da língua portuguesa*, uma das acepções do vocábulo “decadência” aponta para o “estado do que está começando a se degradar e se encaminha rapidamente para o fim, para a ruína”. Se pensarmos em termos de narrativa, percebe-se que a situação se encaminha para o desfecho, pois Rubião já está degradado, o que lhe resta agora é a sua ruína total.

Nesse sentido, a loucura age de forma destrutiva. Sofia comenta com D. Fernanda, de forma irônica e cínica, sobre Rubião (o narrador não nos diz o que ela falou, mas talvez as mesmas coisas como, por exemplo, que ele era rico e, depois da moléstia, passou a perder tudo). O ponto emblemático é que ela se refere à “grande desgraça da loucura” (ASSIS, 1994, p. 175) como a maior causa do colapso do protagonista. No entanto, no capítulo CLXXXIX se coloca sob suspeita o argumento de Sofia. A moça sente asco de Rubião, a única coisa que lhe importava era sair daquele lugar. O único sentimento que podia emergir da parte dela seria o interesse, pois, se não fosse a exploração dela e do marido, talvez os desdobramentos em relação a eles fossem outros. Afinal, o casal Palha foi o grande vitorioso dessa luta pela sobrevivência no tecido da vida.

Saíram. Sofia, antes de pôr o pé na rua, olhou para um e outro lado, espreitando se vinha alguém; felizmente, a rua estava deserta. Ao ver-se livre da pocilga, Sofia readquiriu o uso das boas palavras, a arte maviosa e delicada de captar os outros, e enfiou amorosamente o braço no de d. Fernanda. Falou-lhe de Rubião e da grande desgraça da loucura; assim como também do palacete de Botafogo. Por que não ia com ela ver as obras? Era só lanchar um pouco, e partiriam imediatamente. (ASSIS, 1994, p. 175)

Esse capítulo mostra o alívio de Sofia ao sair da casinha. Por um lado, apresenta-se a felicidade da conquista do “palacete de Botafogo”. E, por outro, a expressão “da grande desgraça da loucura” sintetiza cinicamente todo o ocorrido com Rubião, como decorrência da doença. Rubião, louco ou não,

estava fadado à derrota, às ruínas. De todo modo, há aí, mais uma vez, uma exemplificação do Humanitismo, já que a decadência de Rubião é a ascendência do casal Almeida e Palha. Por isso, nesse capítulo temos a configuração de duas ambiências, a “pocilga” e o “palacete de Botafogo”, e até mesmo a mudança de humor por parte da moça.

Após fugir da clínica em que fora internado a fim de melhorar dos surtos e delírios, o nosso protagonista retorna a Barbacena. Lamentavelmente, ele que fora rico agora está pobre. Antes da fuga, ainda pediu dinheiro ao Palha:

– Tive uma crise mental – disse-lhe Rubião –; agora estou bom, perfeitamente bom. Peço-lhe que me ponha fora daqui. Creio que o diretor não se oporá. Entretanto, como quero deixar algumas lembranças à gente que me tem servido, e servido também ao Quincas Borba, veja se me pode adiantar cem mil réis. (ASSIS, 1994, p. 177)

Esse trecho é mostra da subserviência financeira do ex-professor diante do especulador que conseguiu enriquecer controlando o capital de Rubião. A ascendência financeira de Cristiano é evidente. Contudo, o ex-professor mesmo num momento de lucidez continua ingênuo. Em momento nenhum ele reflete sobre o fato de que fora explorado por aquele que ele tem como amigo, e ainda, por intermédio do dinheiro, quer recompensar o mesmo que agiu diante dele de forma interesseira.

Em Barbacena, isolado, louco e na miséria, surta mais vezes imaginando ser o imperador Napoleão III. Mais uma vez, a palavra “alegoria” vem à tona. Entretanto, tal ênfase alegórica agora se dá na conclusão dos fatos.

Rubião, logo que chegou em Barbacena e começou a subir a rua que ora se chama Tiradentes, exclamou parando:

- Ao vencedor, as batatas!

Tinha as esquecido de todo, a formula e a *alegoria*¹². De repente como se as sílabas houvessem ficado no ar, intactas, aguardando alguém que as pudesse entender, uniu-as, recompôs a fórmula, e proferiu-a com a mesma ênfase daquele dia em que a tomou por lei da vida e da verdade. Não se lembrava inteiramente da *alegoria*¹³; mas, a palavra deu-lhe o sentido vago da luta e da vitória. (ASSIS, 1994, p. 177)

¹² Grifo meu.

¹³ Grifo meu.

É nítido que Rubião não consegue compreender o que de fato acontece, não se lembra da “alegoria” em que ele mesmo se torna a exemplificação das situações e circunstâncias apontadas por Quincas Borba no início da narrativa. Embora Rubião não tenha a compreensão de seu declínio e até mesmo consciência de que ele fora a elucidação da história de *Humanitas*, o narrador onisciente, ao elaborar o discurso irônico diante da ruína do provinciano, potencializa um discurso melancólico em que se mostra visível a definição de decadência.

A sensação de fome e abandono são nítidas nos seus últimos momentos enquanto vivente.

Rubião, que, aos primeiros pingos, deixara a igreja, foi andando rua abaixo, seguido sempre pelo cão, faminto e fiel, ambos tontos debaixo do aguaceiro, sem destino, sem esperança de pouso ou de comida... A chuva batia-lhes sem misericórdia. (ASSIS, 1994, p. 178)

A situação do cão é ainda mais terrível do que a do seu senhor, pois ele não tinha como fugir daquele momento:

Vagaram sem destino. O estômago de Rubião interrogava, exclamava, intimava; por fortuna, o delírio vinha enganar a necessidade com seus banquetes das Tulherias. Quincas Borba é que não tinha igual recurso. E toca a andar acima e abaixo. (ASSIS, 1994, p. 178)

Percebe-se que a crise mental aliviava a dor causada pela realidade, já que fazia com que Rubião imaginasse estar diante da fortuna de banquetes. O narrador anuncia o final trágico dos dois personagens: “[...] soprava um triste vento, que parecia faca, e dava arrepios aos dois vagabundos.” (ASSIS, 1994, p. 178).

O penúltimo capítulo retoma as categorias apontadas anteriormente: alegoria, loucura, megalomania e decadência. Tal capítulo constitui-se a partir da decadência de um homem que imagina ser um imperador rodeado de súditos e metais preciosos.

Poucos dias depois morreu... Não morreu súdito nem vencido. Antes de principiar a agonia, que foi curta, pôs a coroa na cabeça – uma coroa que não era, ao menos, um chapéu velho ou uma bacia,

onde os espectadores apalpassem a ilusão. Não, senhor, ele pegou em nada, levantou nada e cingiu nada; só ele via a insígnia imperial, pesada de ouro, rútila de brilhantes e outras pedras preciosas. (ASSIS, 1994, p. 179)

Rubião morre louco e subserviente, sem nada, nas ruínas da vida. Foi vencido, da mesma forma que o Humanitismo explicou e ele não conseguiu compreender. Se viu como uma ferramenta prática da doutrina de Borba e não a compreendeu. No início do romance ele até se viu herdeiro das batatas, entretanto não soube discernir que ele mesmo era um exemplo prático de *Humanitas*.

Morreu atrelado imaginativamente à coroa, ao ouro e às pedras preciosas que tanto contemplava enquanto estava “lúcido”. Amalgamam-se nesse sentido loucura, megalomania e decadência, pois, na situação empírica, ele não pegou nada: não eram coroa, nem ouro, nem pedras preciosas. Era nada. Só ele contemplava aquela cena decadente.

No contexto da História nacional, é na década de 1870 que teremos os eventos de ordem política que vão sacramentar a ruína da monarquia brasileira. Na França, Napoleão III morre em 1873, dois anos depois do nosso Luís Bonaparte. A história de Rubião inicia-se em 1867 e finda-se em 1871, momento histórico que contribuiu em muito para o processo de ruínas do Segundo Reinado.

2 A presença da temática política na crítica machadiana

[...] malgrado a pressão dos interesses partidários, presente em todas as decisões, de tal sorte a política se infiltrava em todas as cousas.

Raymundo Faoro

[...] Ah! Meu caro Rubião, isto de política pode ser comparado à Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo; não falta nada, nem o discípulo que nega, nem o discípulo que vende.

Machado de Assis

A política é uma temática abordada por Machado de Assis ao longo da sua obra. É comum vermos nos seus textos alguma referência ao contexto político imperial, isso quando a própria organização dessa conjuntura não funciona como mote fundamental de determinado romance, conto ou crônica. Nesse sentido, percebo que em *Quincas Borba*, paralelamente à loucura do protagonista, a política está imersa nas franjas do tecido narrativo.

Ao longo dos 201 capítulos do romance, aproximadamente, uns 54 estão relacionados à crise parlamentar de 1868. É muito curiosa a obsessão do autor de *Esaú e Jacó* em compartilhar com o leitor esse acontecimento a todo momento na narrativa.

Diante dessa perspectiva, alguns segmentos da crítica machadiana abordaram como Machado de Assis analisou os mecanismos políticos engendrados no tecido social brasileiro. Dessa maneira, o foco deste capítulo será abordar a crítica machadiana em relação ao funcionamento dessa temática em *Quincas Borba*. Ou seja, como tal discurso é fundamentado para a reflexão crítica sobre o momento político que desencadeou o processo de decadência de Dom Pedro II.

Assim, é importante situar o tempo em que ocorrem as peripécias de Rubião, isto é, de 1867 a 1871, ano de sua morte. Nesse entremeio, teremos a crise parlamentar de 1868, o final da Guerra do Paraguai (1870) e a Lei do Ventre

Livre (28 de setembro de 1871). Diante de tais fatos, Machado de Assis não se absteve e os apresentou como engrenagens no enredo de *Quincas Borba*.

Em razão disso, a crítica do “absenteísmo” de Machado em relação a questões sociais e políticas é mais uma vez tida como equivocada. Assim, temos um nacionalismo crítico, que aponta as cruzeiras de um país periférico.¹⁴

O meu propósito neste capítulo é mapear a crítica em torno da política centrada especificamente em *Quincas Borba*, para isso analisarei as contribuições de Astrojildo Pereira, Brito Broca, Raymundo Faoro e John Gledson.

2.1 “Crítica política e social” – o pensamento político de Machado de Assis

A abundância de referências políticas na obra de Machado de Assis despertou o interesse de alguns nomes da crítica machadiana em desvendar o porquê dessa obsessão do autor pela organização política do Estado brasileiro. O interesse em investigar as nuances dessa prática no tecido literário rendeu a Machado de Assis o legado de “romancista do segundo reinado”, artigo de Astrojildo Pereira no contexto das comemorações do centenário de nascimento do autor, em 1939.

Astrojildo Pereira (1890-1965) foi um dos críticos machadianos da primeira metade do século XX que dedicou a Machado de Assis vários artigos e três ensaios fundamentais: “Romancista do Segundo Reinado”, “Instinto e consciência de nacionalidade” e “Crítica política e social”, os três escritos na década de 1930. Tais artigos buscam salientar o equívoco formado no

¹⁴ Um estudo acerca do Nacional na obra de Machado de Assis é o de Wolmyr Aimberê Alcantara Filho. Em *Da negação do nacional ao nacional negativo: a crítica de Machado de Assis (do oitocentos ao contemporâneo)*, o crítico reflete como a crítica observou o legado machadiano em 3 momentos. O primeiro, no final do século XIX a partir das análises de Silvio Romero, Araripe Júnior e José Veríssimo; o segundo, na década de 1930 com Lúcia Miguel Pereira, Astrojildo Pereira, Augusto Meyer e Roger Bastide; a terceira a partir da segunda metade do século XX com Roberto Schwarz, John Gledson e Raymundo Faoro; e por fim, as contribuições de Sydney Chalhoub e de Eduardo de Assis Duarte nas primeiras décadas do século XXI.

argumento em torno do “absenteísmo” de Machado de Assis nas questões nacionais¹⁵ que estão inseridas ao longo da obra machadiana.

Desde José Veríssimo observou-se a singularidade de Machado de Assis¹⁶ e nesse sentido a maneira, também singular, de abordar os temas mais emblemáticos, no contexto do Império brasileiro. Claro está que Machado era um intelectual que detinha o engenho da arte literária para assim ser um analista do seu tempo. Em “Romancista do segundo reinado”, Astrojildo Pereira analisa como a história do Segundo Reinado foi representada na obra do autor, de forma a elucidar a vida e os motes universais como amor, traição, loucura, pessimismo e a política. No caso da pauta política, a ideia era analisá-la e refletir como a mesma se organizava no bojo do Império, ou seja, as relações entre as decisões do Estado e seus respectivos impactos nas vidas das pessoas. Por isso, Pereira não se limita a afirmar “que Machado de Assis é o mais universal dos nossos escritores; estou que falta acentuar com igual insistência que ele também é o mais nacional, o mais brasileiro de todos” (PEREIRA, 1958, p. 14).

Nesse sentido, Pereira vai analisar a política como um vértice da preocupação de Machado de Assis com o meio e a recepção dos seus textos na sociedade:

Com perspicácia e conhecimento histórico do ambiente cultural da época, Astrojildo Pereira discute e leva em conta o entendimento do escritor sobre a sua recepção. Machado não escreveu alheio ao meio e a seus leitores. Ao contrário, Astrojildo compreende a obra machadiana como uma escrita que levava em conta o meio, e que, por isso, buscava dialogar com seu público. (ALCANTARA FILHO, 2017, p. 62)

Além disso, o crítico observa que há “uma consonância íntima e profunda entre o labor literário de Machado de Assis e o sentido da evolução política e social do Brasil” (PEREIRA, 1958, p. 15). Diante disso, é importante, tentar pelo

¹⁵ Sobre o “absenteísmo”, Alcantara Filho assim pontua: “Machado de Assis, há algumas décadas, durante o tempo em que viveu, e por pelo menos uma década após sua morte, foi visto por boa parte da intelectualidade como o avesso do brasileiro, o escritor estrangeirado, o macaqueador de fórmulas europeias, repetidor de temas e formas inglesas.” (ALCANTARA FILHO, 2017, p. 57).

¹⁶ Assim inicia a análise de José Veríssimo na sua *História da Literatura brasileira*, sobre o autor de Dom Casmurro: “Chegamos agora ao escritor que é a mais alta expressão do nosso gênio literário, a mais eminente figura da nossa literatura, Joaquim Maria Machado de Assis.” (VERÍSSIMO, 1998, p. 405).

menos, desvendar o porquê da obsessão machadiana com as peripécias que envolviam a política imperial.

Em “Crítica política e social”, Astrojildo Pereira busca responder os possíveis motivos do escritor, para a abundância de referências políticas em sua obra. Para ele, tudo começa quando o nome de Machado de Assis é lembrado para ser deputado pelo partido liberal¹⁷. Em consequência disso, não seguindo a carreira política, como admirador da política séria e sobretudo das discussões que a abarcavam, Machado optou por criar o mundo político nas suas obras a partir dos seus personagens. Assim, é comum encontrar personagens desse campo no tecido narrativo machadiano, tanto nas crônicas como nos romances e também nas peças de teatro. Para isso, é fundamental observar o mundo ficcional criado pelo Bruxo do Cosme Velho referente às questões políticas do seu tempo. As observações que Astrojildo Pereira nos trazem buscam explicar essa certa obsessão de Machado de Assis.

Em comentário às circunstâncias de que resultou a frustração da candidatura de Machado de Assis, observa R. Magalhaes Júnior que o malogrado parlamentar de Machado de Assis transferiu as suas ambições eleitorais para os personagens dos contos e romances que viria escrever até o fim da vida. Efetivamente, são inúmeros os casos, narrados em seus livros, de personagens que pretendem eleger-se e que se elegem para as assembleias legislativas, e de outros que exercem ou perdem o mandato. Os políticos de vocação ou de

¹⁷ Segundo o estudioso “Sabe-se que Machado de Assis ingressou na Redação do Diário do Rio de Janeiro, como profissional, ainda muito jovem, levado pela mão amiga de Quintino Bocaiuva, e ali exerceu funções de redator político, tanto no período em que o jornal apoiava o governo como depois, na fase de oposição. Informa R. Magalhães Júnior que justamente por essa época foi o nome de Machado de Assis lembrado para deputado pelo partido liberal, a que pertencia o jornal e que era o partido das simpatias do moço escritor. A queda dos liberais, em 1868, frustrou qualquer possibilidade próxima de o fazer eleger deputado para o Parlamento. Não se repetiria a oportunidade, e parece que Machado de Assis nunca mais se preocupou com o caso. A verdade é que as suas ambições parlamentares eram muito escassas, sobretudo porque não se coadunavam com o seu temperamento e de algum modo se chocavam com outras ambições mais poderosas, ditadas pela paixão artística e literária que o abrasava.” (PEREIRA, 1958, p. 89-90). Em artigo intitulado *Reabilitação de Machado de Assis*, Jean-Michel Massa também traz uma informação semelhante pois “Gostaria de inventariar uma série de fatos, demonstrar uma intenção, uma ambição. Mas antes uma palavra sobre a política. Influenciado pelos franceses, de modo direto por Charles Ribeyrolles, falecido em 1860, e, indiretamente, por Eugène Pelletan, Machado de Assis opta pela ideologia de esquerda, como diríamos hoje, aquela dos liberais que, com o marquês de Olinda, assumirão a direção dos negócios no Brasil em 20 de maio de 1862, substituindo Luís Alves de Lima, futuro Duque de Caxias. Em 1864, às vésperas das eleições legislativas (2º Distrito de Minas Gerais), ele retira sua candidatura. Antes disso, a pena de poeta combate a Inglaterra durante a Questão Christie, pela liberdade na Itália, no México, na Polônia contra o imperialismo russo, sem contar todas as intervenções, por meio de crônicas, na vida política brasileira.” (MASSA, 2009, p. 36-37).

conveniência e de todas as gradações, vereadores, deputados, senadores, ministros, presidentes de província, ou mesmo cabos eleitorais, não faltam na trama dos seus romances, contos e comédias, e lhe fornecem copiosa matéria prima para as páginas de sátira social e de crítica aos maus costumes políticos dominantes na época. (PEREIRA, 1958, p. 90)

O comentário de R. Magalhães Júnior apresentado por Pereira não se trata de uma curiosidade explicativa, mas da própria vida literária do autor de *Dom Casmurro*. Primeiramente é fundamental para a nossa análise aproveitar a transferência “das ambições eleitorais” de Machado de Assis para a construção dos seus personagens.

É importante ressaltar que Rubião tivera a ambição de eleger-se deputado. Não conseguiu. João de Souza Camacho, acredito ser o maior bufão desse contexto, embora já tivera sido deputado no período da Conciliação, tenta voltar ao governo por meio do capital do ignaro Rubião, pois também fracassa ao não ter seus objetivos alcançados, via candidatura do mineiro de Barbacena ao parlamento. O deputado Teófilo é outro que não alcança o seu objetivo maior: uma cadeira ministerial, mesmo tendo competência para tanto e sendo de certa maneira o nome da vez, como será identificado nos capítulos dedicados exclusivamente ao político¹⁸. Além disso, temos um deputado/médico, Dr. Falcão, que examina Rubião a pedido de D. Fernanda.

Temos a “sátira social e de crítica aos maus costumes políticos dominantes na época.” (PEREIRA, 1958, p. 90). Em outras palavras, segundo a abordagem de Astrojildo Pereira, ao resgatar as informações oferecidas por Magalhães Júnior, pontua-se como Machado estava consciente dos fatos de maior importância na conjuntura política brasileira.

Assim, a política funciona como uma “obsessão literária” por parte de Machado. Segundo Pereira,

a política foi uma espécie de “obsessão literária”, uma preocupação permanente e multiforme, que o ficcionista trasladava apropriadamente para a intriga novelística e o cronista tratava diretamente no comentário do jornal. Poderemos avançar que esta era a sua forma de praticar a política, tão legítima como qualquer outra qualquer – e era mesmo a

¹⁸ Os capítulos CLXXII ao CLXXVIII serão dedicados enfaticamente a Teófilo.

forma que mais adequadamente se ajustava à sua maneira de ser e à sua capacidade de escritor. Nem será demais concluir que foi nessa qualidade específica de escritor, fazendo a “crítica política” da sociedade brasileira, que Machado de Assis “participou” efetivamente, e excelentemente, da vida política do País. (PEREIRA, 1958, p. 90-91)

Desse modo, podemos compreender o porquê dessa “obsessão”, isto é, a “preocupação permanente e multiforme” não só com a política, mas principalmente com os caminhos que estavam sendo construídos no país. Machado fora o mais nacionalista dos escritores, na medida em que trazia para sua obra literária os problemas do país, sem idealizar a fauna, a flora e o legado indianista. O escritor fluminense apontava tais tribulações, discutindo-as, de forma irônica, a fim de suscitar reflexões para os problemas nacionais. Nessa perspectiva, a política seria a base para as possíveis transformações sociais de que o país tanto necessitava.

De certa maneira, o espírito político de Machado de Assis sempre esteve no paradigma reflexivo. Ele trouxe para a sua obra as relações políticas, os interesses, o campo político, as suas regras e acordos mútuos.

Em meados do Capítulo C, o narrador nos apresenta um diálogo muito revelador de como a engrenagem que faz movimentar a máquina política funciona. O diálogo entre Rubião e João de Souza Camacho é muito sintomático daquilo que Astrojildo Pereira aponta, ou seja, a política funciona como uma obsessão literária para o autor de *Brás Cubas*. Num desabafo diante de Rubião, assim relata o político:

Ah! meu caro Rubião, isto de política pode ser comparado à paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo; não falta nada, nem o discípulo que nega, nem o discípulo que vende. Coroa de espinhos, bofetadas, madeiro, e afinal morre-se na cruz das ideias, pregado pelos cravos da inveja, da calúnia e da ingratidão... [...] Ouça-me este conselho: em política, não se perdoa nem se esquece nada. Quem fez uma, paga; creia que a vingança é um prazer, continuou sorrindo; há muita delícia... Enfim, contados os males e os bens da política, os bens ainda são superiores. Há ingratos, mas os ingratos demitem-se, prendem-se, perseguem-se... (ASSIS, 1994, p. 95).

O desabafo do ex-deputado não é o que Machado pensa da política, mas como ela é feita na sociedade brasileira, tanto imperial como a contemporânea. Infelizmente, não avançamos muito nesse patamar, como desejaria o escritor.

Esses elementos citados acima estão presentes no dia a dia no campo político¹⁹.

Em relação ao posicionamento de Machado, segundo o crítico, na comédia *Desencantos* (1861) há uma fala de um personagem, Luís de Melo, que melhor define a “verdadeira natureza do temperamento político de Machado de Assis” (PEREIRA, 1958, p. 98). Aqui temos a reflexão tecida por esse personagem, e é nessa perspectiva que Machado entenderia o espaço da política na sociedade. Vejamos a reflexão:

Luís – Porque a política é uma vocação e quando não é vocação é uma especulação. Acontece muitas vezes que depois de ensaiar diversos caminhos para chegar ao futuro, depara-se finalmente com o da política para qual convergem as aspirações íntimas. Comigo não se dá isso. Quando mesmo o encontrasse juncado de flores, passaria por ele para tomar outro mais modesto. Do contrário seria fazer política de especulação”. (ASSIS, apud PEREIRA, 1958, p. 98)

A política como vocação engloba um espírito sério e até mesmo sublime do fazer política. Entretanto, ser chamado para tal ofício de forma espontânea, ter uma disposição natural para algo, sem interesse algum, é, no mínimo, difícil de encontrar no rol dos personagens machadianos. A política como virtude não será encontrada nas ambiências literárias criadas por Machado. No caso de *Quincas Borba*, nenhum dos aspirantes ao parlamento tem a vocação apontada pelo personagem da peça *Desencantos*. Tanto é que Pereira nos traz esse possível entendimento do autor a partir de uma comédia.

Essa possível compreensão da política é utópica, pois, mesmo que haja a vocação, ela acabará se tornando especulação, já que os meandros, as regras disseminadas no campo político farão a vocação se transformar em

¹⁹ Refiro-me aqui aos últimos acontecimentos da História recente do Brasil. Desde o Golpe de 2016, que destituiu a então Presidenta da República Dilma Rousseff e até mesmo a prisão do ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2018. Os dois ex-presidentes sofreram as mesmas circunstâncias relatadas pelo ex-deputado machadiano. Ou seja, ela fora impedida de governar, na medida em que sabotavam seu governo, até chegarmos aos desdobramentos que forjarão o impeachment, sem crime de responsabilidade fiscal. E o segundo, quando este estava em primeiro lugar nas pesquisas de voto para as eleições presidenciais daquele ano, impediram-no de concorrer ao pleito ao prendê-lo. Em relação a Camacho, é oportuno salientar que, inclusive, tudo indica que ele mesmo sofreu na pele tais situações relatadas. Por outro lado, como tais práticas são características do campo político, ele, numa situação diferente e até mesmo oposta, faria a mesma ingratidão.

especulação. Os poucos que tenham a política como vocação serão derrotados e impossibilitados de chegar à plenitude de suas convicções.

A obsessão do autor de *Crisálidas* mostra, desde o início do romance, vários trechos em que tal tema é escancaradamente apresentado, desde o desconhecido Bernardo²⁰ ao Imperador Napoleão III.

A reflexão desse campo será feita por meio da ironia e dos rumos que o núcleo político da trama irá se encaminhar. Somente na loucura Rubião tem a possibilidade de alcançar a coroa; Camacho não conseguirá colocar em prática o plano da candidatura de Pedro Rubião ao parlamento, tendo em vista que o ex-professor enlouquecerá; e Teófilo fracassará na sua tentativa de alcançar o ministério.

2.2 “Machado de Assis e a política” – A perspectiva de Brito Broca

Brito Broca (1904-1961) foi um ensaísta que exerceu uma intensa atividade literária entre os anos de 1940 e 1960 no eixo Rio-São Paulo. Os pequenos ensaios eram publicados nos suplementos literários da época. Segundo Hélio de Seixas Guimarães, Broca se dedicou a trabalhar algumas temáticas da obra de Machado de Assis²¹. Dentre as quais, a questão da política.

Em *Machado de Assis e a política e outros estudos* (1957), Brito Broca, ao longo de 10 ensaios apresenta o capítulo “Aspectos políticos e sociais da obra de Machado de Assis”²². Nele, o crítico analisa, a partir da formação de

²⁰ As referências a políticos em *Quincas Borba* são bastante significativas. Os políticos que temos como personagens: Bernardo (este nome é a primeira pista política dada pelo autor) é mencionado por Rubião no capítulo V do romance, ao questionar Quincas pelo fato de ele ter dado o seu próprio nome ao cão “- Bem, mas porque não lhe deu antes o nome de Bernardo? – Disse Rubião com o pensamento em um rival político da localidade.” (ASSIS, 1994, p. 7); João de Souza Camacho, Dr. Falcão, Teófilo, Napoleão III e por fim o próprio Pedro Rubião de Alvarenga (na perspectiva alegórica atribuída por John Gledson).

²¹ A Machado de Assis, Brito Broca dedicou pelo menos 20 pequenos ensaios, reunidos postumamente por Alexandre Eulálio em *Machado de Assis e a política: mais outros estudos* (1983). Anteriormente, o próprio Brito Broca reunira dez desses textos num volume intitulado *Machado de Assis e a política e outros estudos* (1957).

²² *Machado de Assis e a política e outros estudos* fora organizado por Brito Boca em 1957. No capítulo I desse livro, o estudioso analisa as peripécias da Política na vida pessoal e literária do autor de Brás Cubas. Assim temos, Aspectos políticos e sociais da obra de Machado de Assis

Machado, o contato do escritor com a política. O ensaísta aponta em “Jornalista político” que “Tudo nos seus romances e contos está ligado a uma realidade concreta, às flutuações do meio fluminense, aos usos e costumes de época, sob o signo das instituições que nos regiam.” (BROCA, 1957, p. 13). Desse modo, cabe perfeitamente a ordem política, pois ela está inserida direta ou indiretamente nos contos, romances, crônicas e peças de teatro do autor de *Dom Casmurro*.

O estudioso menciona a curiosidade de um escritor como Eça de Queiroz, no episódio da Proclamação da República, questionar: “Que pensará Machado de Assis de tudo isso?” (BROCA, 1957, p. 14). No contexto do “absenteísmo” do autor de *Falenas*, Broca assim continua a argumentação ao ironizar um crítico de Machado de Assis, do final do século XIX²³: “Um crítico, aliás brilhante, achou que a curiosidade de Eça de Queiroz fora em vão: Machado de Assis nada pensava.” (BROCA, 1957, p. 14). Entretanto, é lógico que o autor de *Esaú e Jacó* pensava, e começou a pensar bem antes do 15 de novembro. Sempre pensou e articulou tal pensamento nas artérias da sua arte literária.

Um episódio marcante exposto pelo ensaísta, fora um, de quando Machado de Assis, aos vinte anos, escrevera um artigo intitulado “A odisseia econômica do sr. Ministro da Fazenda” sobre a votação do “Projeto de Torres Homem, visando acabar com o inflacionismo” (BROCA, 1967, p. 18). Segundo Broca, temos uma espécie de desabafo do jovem Machado de Assis, pois “[...] é quando Machado de Assis, do ponto de vista de um liberal exaltado, publica o

constituído pelos seguintes ensaios: “Jornalista político”, “O desencanto”, “O imperador”, “Entre a política e as letras”, “A escravidão”, “A Guerra do Paraguai”, “O senador Jobim e o Barão de São Lourenço”, “Batista e D. Claudia”, “Um conto romântico” e “Outros aspectos”. O crítico enxerga Machado como uma espécie de jornalista político (título do primeiro ensaio), onde são contadas as peripécias biográficas de Machado de Assis e que “Não resta dúvida de que Machado de Assis sempre acompanhou os acontecimentos políticos com interesse. Formulando sobre ele juízos definidos. Mas o que se deu foi o seguinte. No começo da carreira, nos primeiros tempos de jornalismo, como bom romântico, formou na ala dos liberais e colaborando em jornais dessa corrente, não hesitou em criticar os fatos políticos do ponto de vista de um liberal. Mais tarde, absorvido pela arte, absteve-se gradativamente do ardor primitivo até recair na ironia dissolvente que lhe caracteriza a maior parte da obra. Na mocidade, combatia; na maturidade passou a sorrir com descrença.” (BROCA, 1957, p. 15).

²³ Brito Broca não menciona o nome de tal crítico. Supostamente seria Sílvio Romero.

artigo [A odisseia econômica do sr. Ministro da Fazenda²⁴] (BROCA, 1957, p. 18).

No livro *Machado de Assis e a política: e mais outros estudos* (1983), temos pelo menos quatro ensaios que investigam a política em Machado de Assis²⁵. No artigo intitulado “Machado de Assis e a política”, o estudioso busca analisar, assim como Astrojildo Pereira, uma certa genealogia, na obsessão do autor de *Falenas* acerca da política.

Hélio Guimarães, em breve apresentação do artigo de Broca²⁶, assim descreve o intuito do estudioso ao explanar algumas possibilidades para a discussão dos

²⁴ O artigo na íntegra segundo o ensaísta: “Afinal apareceu uma das medidas prometidas pelo governo contra os males da situação; medida homeopática com que o gabinete *similia similibus* pretende curar o mal que enxerga nas instituições bancárias. O projeto do sr. Sales é realmente uma concepção enfesada, irmão ou próximo parente de um outro de certo deputado que pretende a organização do trabalho.

O homem moral do sr. Sales Tôrres Homem sofreu uma transformação e não é certo aquêle mesmo que tão ardente parecia no apostolado das liberdades públicas. Ésse projeto com que o atual ministro pretende aniquilar o crédito, tem um só vislumbre das idéias que animavam aquêle Graco de tantas páginas vigorosas?

Entretanto, apesar de todas as incoerências, ésse projeto há de passar; o governo tem uma maioria cheia de mêdos, que há de votar por êle, e sufocar de uma maneira menos própria as liberdade constitucionais. Tribunos do povo levados por êle ao parlamento, êsses esteios do gabinete deporão na bíblia das cobardias insensatas os santos deveres de que estavam investidos. E’ uma verdade bem negra que convém pôr a nu; pior para aquêles que tiverem de olhar em face.

É o eterno destino do povo rolar com o Sisifo antigo a pedra das suas liberdades e vê-la despenar-se de contínuo? Pois a toga dos tribunos não será uma vez a túnica de Nesso que lhes agarrando a carne lhes inocule o sentimento de sua missão grandiosa? Êstes problemas prestam à sociedade; a dúvida pousou no coração nacional; o povo sedento de verdades irá busca-las onde elas estiverem. E’ sôbre elas que assentam as bases sólidas da civilização e do bem estar.

Voltemos ao projeto. O sr. Ministro da Fazenda pretende de certo apresentar meia dúzia de artigos, a sua obra prima financeira, a sua odisseia econômica. Para um espírito sensato não passa tudo isso de um grosseiro golpe sôbre o crédito; e uma pretensão vaidosa de ministro que pretende aniquilar uma liberdade garantida pela lei e pela necessidade pública.

O projeto bancário do sr. Ministro da fazenda não pode merecer o apoio da gente sensata. E’ a varinha de condão com que S. Excia. Pretende criar um novo Pactolo, é um novo parto da fábula: S. Excia. fêz de montanha, e deu a luz o seu ratinho econômico, que não era de alfândega, e que por conseguinte veio ético e mirrado. Deus salve o monstrengo que começa a ser menino Jesus (sic) daquêles que folgarão em dançar sôbre as ruínas da pátria.” (ASSIS, apud BROCA, 1957, p. 18-20) Assim arremata o crítico “Era assim, aos vinte anos, o escritor que passou, por ter-se alheiado completamente da nossa vida política” (BROCA, 1957, p. 20).

²⁵ Refiro-me aos ensaios: “O político na ficção machadiana”, “A semana política de Machado de Assis”, “Uma testemunha” e “Oportunidade tardia”.

²⁶ Como sabemos, por muitas décadas predominou a visão de Machado como escritor indiferente às questões políticas do seu tempo, cristalizando-se em torno dele a ideia do “absenteísmo” político. Com os seus escritos, Broca problematiza e dissolve essa ideia por meio de uma leitura bastante compreensiva da obra, atravessando escritos dos vários gêneros praticados pelo escritor, especialmente o jornalismo, a crônica, o conto e o romance.

temas políticos e o porquê de Machado de Assis sempre povoar sua obra com políticos.

Broca defende que, além do temperamento marcado pelo famoso "tédio à controvérsia", haveria em Machado a certeza de que "o artista deve contentar-se em agir no seu setor pelos meios adequados à arte". Assim, não haveria indiferentismo do escritor à política, mas um interesse por ela na medida em que lhe dava acesso ao "extraordinário espetáculo humano", material principal da sua arte literária.

Assim, Machado teria expressado sua visão da política e dos políticos por meio da admirável galeria de indivíduos dominados pela "paixão do mando". Essa visão apareceria sublimada em personagens como Brás Cubas e Lobo Neves, representando pelo avesso os tipos malandros, grotescos, ridículos e sórdidos que dominavam o mundo político então e que ainda hoje atribuem má fama a uma atividade tão necessária para a solução dos impasses que, sem a política e os políticos interessados no bem comum, dão lugar à destruição e à barbárie. (SEIXAS GUIMARÃES, 2018, p. 1)

Note-se que Hélio Guimarães aponta em Brito Broca praticamente a mesma perspectiva de Astrojildo Pereira, ao indicar a política como a "obsessão literária" de Machado de Assis. Ou seja, o Bruxo do Cosme Velho traduziu as características grotescas da política brasileira por meio da sua arte literária. Por outro lado, Broca diz o argumento de que Machado de Assis oferece à política a mesma dimensão dos outros temas humanos retratados nas suas narrativas, ressaltando ainda, que a importância dela é fundamental para o construto das narrativas. Desse modo, a política é tão importante como qualquer outro assunto trabalhado por Machado. Para o ensaísta, o campo político é um aditivo para o autor de *Dom Casmurro* expor o "extraordinário espetáculo humano", diretriz fundamental da obra do escritor em todas as suas performances.

No entanto, Brito Broca tenta esmiuçar como as artérias da política foram tomando conta de Machado, a ponto de elas se tornarem uma obsessão. Por isso, questiona-se, se

A Política atrairia o romancista de *Quincas Borba* pelo extraordinário espetáculo humano que lhe proporcionava. Mas teria ele nutrido alguma aspiração nesse terreno? Todo mundo está a afirmar que não; tudo na vida desse homem, artista cem-por-cento, parece a negação de qualquer tendência política. Assim mesmo não será demasiado arbitrário imaginar-se a possibilidade de haver o escritor recalcado

certo **desejo de vir a tornar-se um dia deputado ou senador**²⁷. Sabia que não tinha jeito para isso; iria trair o seu destino, não incorreria na imprudência de alimentar semelhante veleidade. Apesar de tudo, ela podia permanecer-lhe secretamente nos subsolos do espírito. (BROCA, 1983, p. 178)

Não é a primeira vez que o argumento de recalque vem à tona. Tanto Jean-Michel Massa quanto Astrojildo Pereira²⁸, numa outra abordagem, já postularam o fato de Machado ter colocado o seu nome para concorrer às eleições para o parlamento. Broca compartilha o argumento de que amigos próximos do escritor, também escritores, entraram na vida política e ele não.

Na época em que Machado iniciou a carreira de escritor, a Política era o caminho natural de quase todos os intelectuais. Seus amigos mais chegados por aí seguiram: Joaquim Serra, Francisco Octaviano, Quintino Bocaiúva, Macedo, Alencar foram políticos. No trato íntimo e diário com eles, Machado não devia conservar-se indiferente ao ideal que os empolgava. E se os amigos conseguiram realizar esse ideal — embora um Alencar, por exemplo, sofresse depois a mais penosa desilusão — o autor de *Brás Cubas*, que se afastara prudentemente da rota, derivaria o impulso reprimido em vários tipos de políticos, descritos em alguns contos e romances. (BROCA, 1983, p. 178)

O crítico destaca uma diferença fundamental, em relação à arte literária, se compararmos por exemplo a dimensão temática das obras de Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar em relação às de Machado de Assis.

Assim, enquanto um Macedo, deputado em mais de uma legislatura, mostra-se em suas novelas românticas alheio à realidade política do País (com exceção, até certo ponto, da *Escravidão*, visionada em *As Vítimas Algozes*), enquanto um Alencar, deputado e ministro, permanece, da mesma maneira, de costas voltadas para essa realidade, Machado de Assis fixa-a, sob as mais variadas formas, na admirável galeria de políticos e indivíduos dominados pela paixão do mando que encontramos nos seus romances. (BROCA, 1983, p. 178)

A segunda parte do ensaio de Broca analisa brevemente dois políticos de *Quincas Borba*, João de Souza Camacho e Teófilo, um é classificado como um “subpolítico de profissão” (BROCA, 1983, p. 180) e o outro como o “indivíduo que tem o vício, a doença da Política” (BROCA, 1983, p. 181). Voltarei a discutir e a problematizar esses dois personagens no próximo capítulo.

²⁷ Grifo meu.

²⁸ Ver nota 15.

Em “Oportunidade tardia”, remonta-se o argumento de Machado ter interesses de entrar no campo político. O ensaio inicia-se por meio da inquietação do crítico:

Nunca teria passado pelo espírito de Machado de Assis a ideia de exercer a atividade política? Teria sido ele sempre inteiramente insensível a essa tentação que experimentou a maior parte dos homens de letras do seu tempo? A quase totalidade dos críticos e biógrafos do escritor vem respondendo afirmativamente a esses quesitos. Mesmo reconhecendo o quanto a Política o preocupava, pelo lugar de relevo que ele sempre lhe deu, tanto nas crônicas, como nos romances e nos contos, ninguém parece alimentar dúvida sobre um ponto: o autor de *Dom Casmurro* jamais admitira a hipótese de vir a desempenhar qualquer papel na política militante. De fato, tudo no feitio de Machado indica o reverso completo dessa vocação. Era um homem de letras da cabeça aos pés; fora mesmo o mais completo tipo do homem das letras da sua época. (BROCA, 1983, p. 191)

Mesmo assim, o ensaísta não parece crer que Machado de Assis não estivesse interessado ao menos no “espetáculo humano da Política” (BROCA, 1983, p. 191). Então, mesmo que quase todos os amigos do autor tenham se aventurado na vida política, a tal possibilidade de desejo, esse recalque seria transmutado para a sua obra. E Brás Cubas seria uma espécie de receptáculo desse desejo.

Ora, no caso de Machado, poder-se-ia alegar a influência dos amigos e companheiros de Jornalismo e de Letras. Todos ou quase todos pagaram seu tributo à Política; era lógico que ele, mesmo indo de encontro ao próprio feitio, também quisesse acompanhá-los nessa direção.

E é de crer que tal propósito não lhe fosse alheio, sobretudo até certa idade, quando frequentava os salões, ambiente onde se forjavam geralmente naquele tempo os destinos políticos. Mas resistira à sedução e recalcara os pruridos, preferindo sublimá-los nos heróis dos contos das novelas. Brás Cubas, que passa por um personagem essencialmente autobiográfico²⁹, segundo a informação de Oliveira Lima (ver a biografia de Lucia Miguel Pereira), no qual Machado de Assis ter-se-ia retratado de corpo e alma, conseguiu se eleger deputado e da carreira sofreu todas as decepções. (BROCA, 1983, p. 191-192)

²⁹ Discordo da leitura de Brás ser um personagem autobiográfico, porque o perfil político não está somente em Brás Cubas. Existem personagens do campo político bem mais trabalhados e que, mesmo sendo deputados se frustraram. Parece-me que os personagens que conseguem chegar à carreira política simbolizam aquilo que Astrojildo Pereira aponta na comédia *Desencanto*, isto é, a percepção de Machado de Assis sobre a Política. Ou seja, a ideia de vocação x especulação é bem interessante. Brás nunca teve vocação para nada, portanto, ele entra na política como obrigação (fora a inveja de Lobo Neves), assim como era desejo do pai. Pura especulação de uma arte tão nobre como a Política.

Mesmo não concordando com a hipótese de que Brás Cubas seria o invólucro das intenções políticas de Machado, o arremate do crítico é oportuno, já que dialoga em certa medida com os anseios de retratar na obra a vida política, os embates, as frustrações, as angústias que os atores desse campo vivenciam seja por “especulação” ou por “vocação”.

Assim, preferiu Machado viver sua vida política: nos diversos personagens entre os quais se repartiu, nas constantes anotações das crônicas, em que ia fazendo o processo humorístico dos acontecimentos, sob a bandeira neutral de um sorriso cético e irônico, sem a escravidão dos compromissos eleitorais e partidários. (BROCA, 1983, p. 192)

Logo em seguida, Brito Broca irá apresentar um outro episódio, em que Machado esteve próximo a entrar na vida política em 1903 e recusou-se.³⁰

Na correspondência de Machado de Assis, publicada por Fernando Nery, há uma carta do escritor a Fernando Mendonça nestes termos: “A lembrança do meu nome, honrosíssima em si, vem de encontro a um grande obstáculo. Não quero referir-me à representação literária, que a bondade dos amigos me dá, como um prêmio de assiduidade e tenacidade ao trabalho. Refiro-me à significação política. Quando vou

³⁰ O episódio em questão recupera o convite que Machado de Assis teve em 1903 para entrar na política e que foi, segundo Lucia Miguel Pereira, recusado. O ensaísta recupera esse episódio apresentado pela estudiosa e relatado por Carlos Sússekind de Mendonça em artigo publicado no *Jornal do Comércio* em 27 de março de 1937. Segundo Brito Broca, “em 1903 quando se cogitava a sucessão de Rodrigues Alves na Presidência da República, dois jornais da oposição lançaram a ideia da escolha ser feita por um novo processo que viria contrariar as praxes eleitorais viciadas. A iniciativa partira de Lúcio de Mendonça. Cada Estado deveria designar um deputado à Convenção Nacional a reunir-se na Capital da República no dia 1º de março de 1904, dois anos antes da eleição presidencial, para eleger os candidatos aos cargos de Presidente e Vice-Presidente. Na escolha do deputado à Convenção tomariam parte os eleitores de cada Estado, para tal fim convocados na forma determinada em ato emanado de uma Comissão Central Executiva, organizada nesta Capital e composta de notáveis do Partido Republicano, escolhido no seio das diferentes classes sociais, um representante de cada uma das duas casas do Congresso Nacional, outro da Magistratura, outro do Exército, outro do Funcionalismo Público, outro do Comércio, outro da Lavoura, outro da Indústria, outro do Clero, outro das Letras, outro das Artes, outro do Operariado, outro do Magistério Público, outro da Imprensa, etc. Havia até um representante da Filosofia – Raimundo Teixeira Mendes. A representação da Imprensa coube a José Carlos Rodrigues e a das Letras, a Machado de Assis, que então exercia cargo de presidente da Academia Brasileira de Letras.

A indicação dos nomes, logo publicada, devia ficar pelo espaço de um mês submetida a censura pública e a recusa dos próprios indicados, oferecida assim ao mais amplo e livre debate. Não tardaram a ser feitas algumas substituições [...] O nome de Machado de Assis, porém, permanece na lista, durante algum tempo, o que parece indicar claramente não haver ele desistido, de pronto, a desempenhar a missão de que o haviam investido. Talvez se julgasse compelido a isso pela responsabilidade do cargo de presidente da Academia Brasileira de Letras ou pela amizade a Lúcio de Mendonça.

Nas convocações publicadas a 22 de julho, a 4 e 8 de agosto ainda encontramos o nome do romancista. Somente na reunião de 26 de agosto ele desaparece, substituído pelo de Inglês de Souza.” (BROCA, 1983, p. 193).

galgando sessenta anos, para não dizer a verdade inteira. Meu querido, não é idade em que comece um papel destes quem não exerceu nenhum análogo na mocidade.”

Sim, recusava ele ao convite, de certo, após alguma hesitação: mas também já era muito tarde [...] (BROCA, 1983, p. 193)

Diante disso, percebe-se naturalmente que o autor de *Crisálidas* ficava no entorno do campo político, mas, por mais que tivesse desejo de entrar nesse jogo e jogá-lo, preferiu disputá-lo por meio das letras e da literatura. Brito Broca só sugere uma motivação para Machado, que ele chama de recalque ou frustração, a fim de adentrar ao epicentro da discussão política. Ademais, diagnostica que Machado de Assis trabalha a política e seus elementos ao longo da sua extensa obra literária. Nesse sentido, é importante destacar que, mesmo não avançando numa perspectiva crítica mais densa, as informações sobre a literatura machadiana e a política são pertinentes para a crítica em torno do Bruxo do Cosme Velho. Ou seja, é uma contribuição valiosa, haja vista que os estudos sobre a política imperial elucidam um Machado de Assis consciente das transformações ocorridas na segunda metade do século XIX e nos primeiros anos da República.

2.3 Sob a pele do estamento – A política entre a “Pirâmide e o Trapézio”

Raymundo Faoro (1925-2003) é um nome importante para a análise da obra de Machado de Assis. O autor de os *Donos do poder* (1955) dedicou um estudo de fôlego sobre a obra do autor de *Dom Casmurro* intitulado *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* (1974).

Nessa leitura, Faoro, ao analisar a sociedade brasileira imperial sob a ótica do estamento, busca compreender e assim encontrar os nexos dessa vida social nos personagens de Machado de Assis. De certa maneira, o sociólogo compreende que o construto ficcional machadiano representou ironicamente a sociedade estamental, sob a égide de um determinado moralismo³¹. Segundo Wolmyr Aimberê Alcantara Filho, ao entrelaçar os nexos existentes entre as

³¹ Faoro trabalha a questão do moralismo no sentido de *mores* que será explicado mais à frente, no final desse subcapítulo.

duas obras de Faoro, sintetiza-se ideia de que Machado representou por meio da literatura as relações de poder existentes na sociedade imperial:

Enquanto em *Os donos do poder*, Faoro discute a formação do patronato político brasileiro e as relações de poder que se estabelecem entre a burguesia ascendente e os membros do estamento nacional, em *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, o autor busca observar esse modelo de sociedade, seus movimentos e transformações, dentro da obra machadiana. Diversos grupos que compunham a estrutura social brasileira da época aparecem nos textos de Machado através dos seus personagens e das relações que estabelecem com o poder. (ALCANTARA FILHO, 2017, p. 108)

A argumentação de Alcantara Filho menciona que o autor de *Esaú e Jacó* apresentou o processo de transformação da sociedade brasileira do final do século XIX nos seus contos, romances e crônicas. Esse movimento movedição de mudança de paradigmas é bem representado na obra de Machado de Assis, à medida que o autor constrói de forma bastante irônica os vitoriosos e perdedores desse nicho social, atrelados ao estamento.

Para Alcantara Filho, Raymundo Faoro encontrou na ambiência onde os personagens de Machado de Assis interagem uns com os outros e, com a sociedade em si, as relações de poder existentes na pele da desigualdade e da exclusão de cada camada social representada na obra machadiana. Nesse sentido, compartilho tal posição na medida em que a literatura de Machado não somente descreve as relações de poder disseminadas nas instituições e nos segmentos sociais, mas oportuniza ao leitor encontrar a forma de pensar de cada integrante desse tecido social. Assim,

Em *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, Faoro (1974) perscruta romances e contos, procurando analisar os movimentos da sociedade brasileira neles representados. Observa, por exemplo, como Machado tratou os avanços da classe burguesa sobre o estamento, que então começa a perder importância, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. Essas mudanças na estrutura social perpassariam a própria obra do escritor, que também se modifica, incorporando, na prosa e no assunto, esses novos modos de viver e ser. (ALCANTARA FILHO, 2017, p. 109)

Nesse contexto, Alfredo Bosi, em artigo intitulado “Raymundo Faoro, leitor de Machado de Assis” busca conciliar a ciência social e a literatura na medida em que,

Na perspectiva de Raymundo Faoro, o narrador Machado de Assis representa, na esfera dos indivíduos, as marchas e contramarchas dos interesses e dos desejos de poder no nível micro-social: entre homem e mulher, entre irmãos, entre amigos, entre família. Em outras palavras: a literatura, como mímeses do real, trabalha com o singular, ao passo que a ciência social constrói o tipo que enfeixa características de uma pluralidade de indivíduos. Neste sentido, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* retoma e individualiza os *Donos do poder*. (BOSI, 2004, p. 361)

Conseqüentemente, ao estudar as relações entre a base e o vértice da pirâmide, teremos uma conjuntura mais sintetizada dos atores que formam o eixo social diagnosticado pelo autor de *Crisálidas*. Para isso, Bosi analisa e descreve didaticamente as duas figuras geográficas que demonstram o pensamento de Faoro circunscrito na sociedade exposta pela literatura machadiana.

A *pirâmide* desenha a estrutura vertical das classes. A base larga reporta-se aos homens do trabalho braçal: os escravos, os forros, os pobres em geral, branco ou mestiços. O vértice é constituído pela reduzida classe dos proprietários, os fazendeiros, os seus comissários e os banqueiros. O comerciante escalona-se na parte intermediária da pirâmide e gradua-se na proporção dos seus cabedais. A pirâmide tem a ver diretamente com a produção e o negócio. Os seus móveis serão a acumulação, o lucro ou o consumo alto – no vértice –; a base será prioritariamente o escravo, secundariamente o trabalhador assalariado. O *trapézio* desenha a estrutura horizontal dos estamentos. Superpondo-se à economia agro-exportadora, servindo-a, ou dela se servindo, por via dos excedentes tributários, estadeiam-se os estratos burocráticos, os magistrados, os funcionários imperiais e provinciais, o clero, o exército. **E o universo das hierarquias assentado em cargos, títulos, prebendas, patentes; as "influências" que formam a "corporação do poder" e que dependem da Câmara, do Senado vitalício e do poder pessoal, o Imperador**³². Como em *Os donos do poder*, Machado de Assis: *a pirâmide e o trapézio* percorre miudamente esse universo onde o *status* é a suprema ambição, pois traz a reputação, a nomeada, de que tantas personagens terão sede a vida inteira, começando por Brás Cubas. (BOSI, 2004, p. 362)

Assim, a análise de Faoro sobre a organização da sociedade imperial é recuperada por Bosi. Sob o ponto de vista da temática política, é a partir do *trapézio* que os atores do campo político se estruturam, vencem as eleições, alcançam ou não o poder. A problematização aqui é fundamental porque não são todos os homens da política que conseguem a ascensão por meio dessa ferramenta. Alguns se frustraram não alcançando seus respectivos objetivos.

³² Grifo meu.

Os personagens políticos que transitam na obra do Bruxo do Cosme Velho são, em sua maioria, frustrados e angustiados por não conseguirem alcançar determinados feitos. De acordo com as análises de Faoro, Alcantara Filho assim destaca um elemento fundamental para a nossa problematização acerca desse campo de observação.

A burguesia brasileira travestia-se de nobreza, através da compra de títulos nobiliárquicos, estratégia que a ajudava a inserir-se em um lugar prestigioso e de oportunidades.

Envergava então com orgulho um título pomposo, de conde ou de marquês, da mesma maneira que se envergava uma sobrecasaca cara e nova.

Entretanto, mesmo a compra de tais títulos tem um limite, na obra machadiana. Faoro (1974) recorda que, na ficção do Velho Bruxo, as personagens dificilmente chegam aos mais altos postos da administração pública ou da política³³. Os tipos do escritor em geral transitam pelo meio-termo da sociedade brasileira, por exemplo, ou jamais penetrando na intimidade da família real. (ALCANTARA FILHO, 2017, p. 110-111)

É a partir desse contexto que é pertinente a contribuição do sociólogo weberiano em relação à política. Faoro dedicou um capítulo de fôlego a analisar somente o estamento da Política. O capítulo II *de Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, intitulado “O pavão e a águia”, apresenta como raio de ação os estudos somente do campo político. Isto é, como ele fora sedimentado sob a égide do estamento.

Faoro descreve os trechos políticos da obra machadiana e oferece a análise de cada situação. Para o estudioso, tudo se condensa na figura do imperador, afinal ele “é a cúpula e o árbitro do sistema político” (FAORO, 1974, p. 69), pois as decisões sobre os cargos e títulos vinham do palácio de São Cristóvão já deliberados pelo monarca.

São Cristóvão detém a chave de todas as carreiras e de todos os mecanismos da intrincada arena pública. Este lugar-comum dos panfletários do Segundo Reinado e dos historiadores transfigura-se em Machado de Assis numa proposição diferente. A certa e indiscutível verdade recebe tempero que não era comum na visão dos

³³ De acordo com Faoro, “A absorção por cunhagem apresenta-se, na obra machadiana, mais pelo lado negativo do que pelo positivo. Nenhum homem de origem humilde, na extensa galeria de suas personagens, alcançou a cadeira senatorial ou envergou o imponente uniforme de ministro.” (FAORO, 1974, p. 15). Desse modo, isso explica as situações de Camacho, de Teófilo, e sobretudo, do fracasso da possível candidatura de Rubião, mediada pela destruição e decadência do mesmo sob a loucura e a miséria.

contemporâneos, amigos dos pratos feitos e dos ditos consagrados. O dom Pedro de Machado de Assis está coroado com o mito, que o eleva, nas ruas, no coche, no jogo político. Ele ergue os humildes e abate os soberbos, quase como um semideus [...] Acima das conjeturas e das insinuações, o imperador domina as imaginações, frequenta os sonhos e se esgueira na fantasia. (FAORO, 2001, p. 69)

Há uma escolha dos bem-aventurados que irão chegar ao status da vida política. Não é qualquer um, mas as influências são fundamentais para se alcançar o apogeu, isto é, ser Ministro de Estado. Assim,

O imperador não seria apenas o mito e o monumento decorativo. O cético não se deslumbra com o espetáculo e com a submissão respeitosa. Ele sabe que sob o poder pessoal existe uma oligarquia, embora controlada e regida com rédeas curtas. Junto do árbitro das situações está o homem que a camarilha engana e enreda. O imperador não é tão inacessível que a lisonja não alcance e não manipule. A politicalha, as manobras distribuem comendas e títulos. (FAORO, 2001, p. 73)

Desse modo, se a burguesia, que ascendeu por meio de ações ilícitas e enriqueceu, não tiver um elo entre si e o imperador ou a oligarquia dominante, não alcançará o status político, pois não é somente o dinheiro que a fará entrar na carreira política e nela ser bem-sucedida. É nesse sentido que podemos pensar o caso de Teófilo e de outros personagens, porque, mesmo estando no seio da câmara dos deputados, não conseguem o tão sonhado ministério. É nesse contexto que o autor de *Falenas* analisa friamente tal cenário. A política é para Machado um insumo literário.

Machado de Assis não se aproxima da política, senão como analista, alheio às sugestões de fórmulas. Não aponta nenhum remédio, não conhece terapêuticas, para os males que devoram a nação. Parecia-lhe particularmente ridículo, objeto de mofa, os apelos à lei e à Constituição, formulados na oposição pelos políticos alijados do poder. (FAORO, 2001, p. 78)

Faoro cita como exemplo, para ficarmos no *Quincas Borba*, o caso de Camacho. Um ex-deputado que blasfema, desabafa, amaldiçoa. Propõe um jornaleco para fazer oposição, no sentido unicamente de ter ele sofrido injustiça no campo do qual faz parte. Então todo esse discurso de mágoa tem como finalidade se aproximar de Rubião e utilizá-lo como estratégia para se vingar e assim conseguir o poder como influente. A partir desse contexto, os moldes

para conseguir entrar em tal campo surgem fundamentalmente do seguinte trabalho:

O primeiro posto – deputado provincial ou geral – se alcançava com a bênção da *influência*, manipulada pelos *influentes*. Há, na identificação desse grupo, muita sombra, comum aos bastidores de todas as épocas. Influyente é quem faz deputados e patrocina uma carreira política. O conteúdo da influência: herança, fortuna, exercício de um grande cargo, aulicismo, estilo de vida, grande nomeada na jurisprudência ou na medicina, sobretudo a posição de comando num partido. (FAORO, 2001, p. 114-115)

É assim que Camacho busca oferecer a Rubião a entrada no campo político como deputado. Entretanto, a questão estamental, o mero enriquecimento de Rubião não será necessário para catapultá-lo para a vida política. Somente na loucura ou na imaginação ele poderá fazer parte desse universo.

Assim,

Machado de Assis, preocupado em estilizar a sociedade sem a fidelidade histórica, põe a nu o fenômeno da influência política. Não se poupa a insinuar o estreito gargalo que isso significava, elegendo alguns e repelindo a maioria. Mostra a relação de família, que acabava participando do mecanismo, desvirtuando-o hereditariamente, com a nota de rigidez. Revela, na captação da influência pelo homem pobre e talentoso, as despesas de subserviência, necessárias a lisonjear um chefe. Apresenta, com desencanto, o poder do dinheiro, no fim do Império, para a conquista de uma cadeira, cada vez mais acessível aos homens abastados (Palha e Santos pensam em ser deputados; Pedro e Paulo, filhos de um homem rico, ganham assento no Congresso Republicano). (FAORO, 2001, p. 120)

Na leitura de Faoro, Machado de Assis apresenta os personagens que circundam o universo da política imperial, toscamente, satirizados ou de forma grotesca não alcançando o objetivo estipulado. Somente poucos alinhados ao dinheiro e a uma classe social abastada conseguem entrar nesse mundo. Por outro lado, a perspectiva da maioria dos outros personagens é o fracasso. O que se observa é a uma experiência de derrotas e coube a Rubião a ruína absoluta na loucura e na miséria. O que fica claro é que não é qualquer um que alcançará os louros da vitória nesse cenário.

Desse modo, num mundo onde se corporificam as ruínas e as falsas promessas, coube a Machado de Assis pontuar tais situações, que o autor de *Os donos do poder*, a partir da sua análise da formação da sociedade brasileira, sob a égide do patrimonialismo estamental, buscou materializar no contexto dos personagens machadianos. A contribuição do crítico oportuniza compreender a consciência do autor de *Esaú e Jacó* acerca das restrições e limitações sociais da maior parte dos personagens, num contexto de exclusão e de desigualdade social. Portanto,

No fundo, todos os males da sociedade e todos os remédios estariam no coração do homem, só ele responsável pelos acontecimentos. Nesse poço de contradições, o destino humano e o destino das nações têm sua mola íntima e última de decisões. Tal concepção do homem e da história é que explica os extravios, as infidelidades sociais, a projeção no cenário dos pequenos motivos para explicar grandes acontecimentos. (FAORO, 2001, p. 181)

Nessa perspectiva, Faoro desenvolve o conceito de moralismo que será uma ferramenta teórica a fim de refletir sobre a concepção de Machado de Assis ao construir os enredos e os personagens de suas tramas. Para o sociólogo, Machado abordou e estudou cada camada da sociedade na perspectiva do moralismo. Para tanto é necessário compreender que não se trata de moralizar, ou de ensinar ética, mas de observar os costumes. Dessa forma, apresenta-se uma perspectiva filosófica em um mundo às avessas.

Para explicar esse caminho por parte de Machado³⁴ Raymundo Faoro dialoga com Friedrich Hugo:

Moralista não quer dizer moralizador, pregador de moral ou censor de costumes. O moralismo nada tem com a moral, mas tem muito a ver com os costumes, *mores*, isto é “com o gênero de vida e a maneira de ser do homem na realidade concreta, que pode ser *imoral*. Os moralistas não são educadores, nem professores de ética. São observadores, analistas, pintores de homem. Infinita é sua tarefa. Seu estudo se dedica à complicação total da natureza contraditória e da condição banal e concreta do homem, que não se revela senão quando a ética se retira para deixar o campo livre à observação não preconcebida do real”. (HUGO, apud FAORO, 2001, p. 537)

³⁴ É importante salientar que Machado era leitor de grandes moralistas. Segundo Wolmyr Aimberê Alcantara Filho: “Observa-se assim, no trabalho de Faoro (1974), uma leitura de Machado que filia o escritor à linhagem dos grandes moralistas europeus como os franceses Montaigne e Rochefoucauld” (ALCANTARA FILHO, 2017, p. 118).

Em razão disso, o cronista carioca possibilitou uma reflexão filosófica dos costumes na ordem direta da convivência humana. As noções de civilidade e do trato de uma prática tão fundamental para a organização da sociedade, emaranhada de conflitos, foram postas como especulação numa horda de interesses. Desse modo, mesmo a política sendo conflito, não era ela o embate para a construção de uma sociedade melhor, mas um conflito existencial e material em prol do interesse pessoal da classe dominante.

A compreensão de Alfredo Bosi acerca do moralismo apontado por Faoro indica que

Compreender o olhar de Machado é pôr-se à escuta de toda uma tradição de análise dos comportamentos humanos, ancorada na percepção do amor próprio onipresente, da vaidade, da precariedade, da consciência, da preeminência do interesse e do desejo sobre as exigências do dever [...] (Bosi, 2004, p. 366)

Tal percepção mostra como o escritor analisou o ser humano, numa sociedade estruturada sob a ordem do favor e condensada no estamento. Assim, mascara-se a política, pois ela, “mascarada de palavras, revela-se a arte dos mais espertos, capazes de manusear as ideias sonoras para apoderar-se das posições, do comando.” (FAORO, 2001, p. 188).

O jurista, ao investigar a presença dessa organização na obra de Machado de Assis, verifica como o escritor fluminense estava atento às mazelas políticas do seu tempo, além de buscar compreender essas estruturas de poder nos âmbitos sociológico, filosófico e histórico. Sendo assim, monta uma base para se compreender a mentalidade desses personagens no terreno existencial brasileiro. Estamos, então, diante de uma leitura interpretativa que aponta as interfaces de como se estruturou, sob a “pena da galhofa e da melancolia”, a sociedade estamental brasileira.

2.4 A política à luz da História – A interpretação de John Gledson

O olhar de John Gledson acerca dos textos de Machado de Assis apresenta uma peculiaridade. O crítico inglês oferece uma leitura em que os

acontecimentos da trama se revestem de marcas/dados da historicidade do país. Gledson leu e interpretou os contos e romances do escritor fluminense sob a luz da História do Brasil.

O estudioso escreveu três livros sobre Machado de Assis: *Impostura e realismo: uma leitura de Dom Casmurro*³⁵ (1991), *Machado de Assis: ficção e história* (1986) e *Por um novo Machado de Assis* (2006). Além desses livros Gledson publicara duas coletâneas das crônicas de Machado de Assis, inclusive com prefácios explicativos para os leitores contemporâneos.

A observação dos acontecimentos das tramas nos leva a uma leitura interpretativa da política, a partir dos eventos narrados pelos vários narradores criados por Machado de Assis.

Machado de Assis: ficção e história apresenta uma série de análises detalhadas de *Casa Velha* (1885), *Quincas Borba* (1891), *Esau e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908), além das crônicas de *Bons dias!* (publicadas entre os dias 5 de abril de 1888 a 28 de agosto de 1889) numa perspectiva de elucidar os fatos políticos que estão entranhados no enredo. Aqui vamos nos ater ao capítulo dedicado a *Quincas Borba* a fim de investigar qual a linha de raciocínio exposta por John Gledson nesse romance.

Em primeiro lugar, o crítico nos mostra que *Quincas Borba* foi publicado serialmente em folhetim, no periódico *A Estação: Jornal ilustrado para a família*, quinzenalmente entre 15 de junho de 1886 e 15 de setembro de 1891. A edição em livro data de setembro de 1891.

O trabalho de Gledson é cotejar as duas versões da trama de Machado de Assis. Nesse processo de comparação, o crítico ressalta algumas mudanças³⁶ feitas conscientemente pelo escritor fluminense a fim de fazer uma reflexão

³⁵ Este livro foi publicado pela primeira vez na Inglaterra em 1984, com o título *The deceptive realism of Machado de Assis: A dissenting interpretation of Dom Casmurro*.

³⁶ A principal mudança feita entre a primeira versão e a segunda foi a mudança do nome do protagonista. Na versão folhetinesca temos Rubião José de Castro. Na versão em romance temos Pedro Rubião de Alvarenga. Ademais, temos a inserção de capítulos inteiros, como é o caso do capítulo VI, em que Borba narra a Rubião a história das tribos de índio, quando aparece pela primeira vez a célebre frase do filósofo: “Ao vencedor, as batatas”.

política da situação que está imersa no tempo em que ocorre a ação da trama, isto é, entre 1867-1871.

Os historiadores concordam em geral que os anos durante os quais transcorre a ação de *Quincas Borba* foram decisivos para a História do Brasil. Eles podem divergir na ênfase que dão às dimensões políticas, econômicas, sociais ou intelectuais da mudança – e até mesmo divergir quanto à data precisa, no espaço desses poucos anos, que marca o ponto decisivo dessa transformação, cuja importância, porém está fora de questão: A Guerra do Paraguai, que se prolongou até o início de 1870, e a Lei do Ventre Livre, aprovada em 28 de setembro de 1871, são talvez acontecimentos mais evidentes, mas também se poderia mencionar a mudança de governo, em 1868, quando o Imperador, face a uma Câmara de Deputados dominada pelo Partido Liberal, impôs o velho líder do Partido Conservador, o Visconde de Itaboraí, como Presidente do Conselho, acontecimento chamado na hora de “estelionato” e posteriormente de golpe de estado. (GLEDSON, 1986, p. 59)

A primeira dimensão da interpretação de Gledson é política evidentemente, pois, no decorrer da narrativa, nas duas versões, Machado irá apresentar tal situação no capítulo LVIII do folhetim e do romance:

Dias antes, indo passar a noite em casa de um conselheiro, viu ali Rubião. Falava-se da chamada dos conservadores ao poder, e da dissolução da Câmara. Rubião assistira à sessão em que o Ministério Itaboraí pediu os orçamentos. Tremia ainda ao contar as suas impressões, descrevia a Câmara, tribunas, galerias cheias que não cabiam um alfinete, o discurso de José Bonifácio, a moção, a votação... Toda essa narrativa nascia de uma alma simples; era claro. (ASSIS, 1994, p. 56)

De todo modo, há um interesse latente por parte do escritor em discutir, via ficção, no ano de 1887³⁷, uma situação que ocorrera em 1868. Por outro lado, Gledson argumenta que “Em certo sentido – e vale a pena assinalar isso desde o início – essa é a situação que Machado retrata em *Quincas Borba*: a política, neste romance, é completamente alheia às preocupações da maioria das pessoas.” (GLEDSON, 1986, p. 60).

³⁷ É importante ressaltar que esse capítulo do folhetim fora publicado no dia 30 de abril de 1887. Ou seja, o Império já estava na iminência de cair. Tanto é que a Proclamação da República será a dois anos desse dia. Nesse sentido, trazer essa discussão faltando dois anos para a República e na versão final mudar o nome do protagonista para Pedro Rubião de Alvarenga é de certa forma querer se vale de uma situação política que fora fundamental para o colapso da monarquia, a fim de tecer uma reflexão desses processos e suas culminâncias no tecido social e político brasileiro.

O pesquisador afirma que, embora haja diferenças fundamentais entre as duas versões de *Quincas Borba*, elas

São importantíssimas para o que defendo neste capítulo – que *Quincas Borba* sofreu, durante sua composição, um ajuste radical, com o abandono de alguns objetivos iniciais e a adoção de outros. Em grande parte, segundo creio, o problema mais difícil que Machado enfrentou foi o político – o desafio de reproduzir ficcionalmente a crise política já descrita. (GLEDSON, 1986, p. 69)

Ou seja, a estrutura de *Quincas Borba* constitui uma manifestação reflexiva dos bastidores desse momento específico. Isso de certa maneira, de acordo com o crítico, funcionou nas entranhas da forma narrativa, na medida que o protagonista, agora Pedro Rubião de Alvarenga, um ex-professor de Barbacena que herda uma herança de um filósofo enlouquecido, além de assistir aos acontecimentos de 1868 na Câmara, tem desejos de entrar na vida política como deputado, é usurpado de sua riqueza e acaba louco, destituído dos seus bens e morto no penúltimo capítulo.

A leitura de Gledson se encaminha para uma perspectiva alegórica do processo de colapso da monarquia. As peças que irão nortear esse argumento serão primeiramente as nuances que diferenciam as duas versões da obra: o aspecto onomástico do protagonista. Desse modo, urge a preocupação de se fazer um romance que tenha como ponto de partida uma situação histórica muito particular: a crise que se abateu no parlamento com a ascensão dos conservadores ao poder. Assim, ao potencializar uma crise que se expandirá no território brasileiro e culminará, com seus desdobramentos, no processo de decadência de Dom Pedro II e da monarquia.

A temática política exposta em *Quincas Borba* tem um papel fundamental para a compreensão da situação política brasileira e como os desdobramentos desse momento contribuíram para a queda da monarquia. O estudioso deixa claro na sua análise que “Rubião era portador de significados não só sociais, como também históricos e políticos” (GLEDSON, 1986, p. 79). Uma leitura atenta nos mostra que acompanham o protagonista três elementos fundamentais: a política, o capital/economia e a loucura.

A análise de Gledson avança à medida que os nexos interpretativos da História nacional vão sendo expostos. A perspectiva alegórica que jaz na relação entre Rubião – Napoleão III – Dom Pedro II³⁸ assume a ideia de que “as exigências políticas são mais brasileiras que europeias, e que Machado está traçando um paralelo entre a queda do último Império da Europa e uma crise fundamental no último Império da América” (Gledson, 1986, p. 94). No entanto, Gledson não trabalha a questão da loucura como um dispositivo de reflexão política inserido em Rubião. O crítico não faz uma abordagem do processo de enlouquecimento do ex-professor sob as entranhas da megalomania e da decadência. Desse modo, a manifestação da crise mental em certa medida supera o viés alegórico, porque Rubião poderia muito bem ter o seu ápice e a sua queda sem ter ficado louco.

É importante frisar também que Roberto Schwarz, em artigo publicado em *Sequências brasileiras*, faz uma análise da contribuição de John Gledson para essa chave interpretativa da história nacional. Para ele,

Gledson, diferentemente, trata de armar um *problema* literário, no caso o complexo machadiano de assuntos, pontos de vista, procedimentos artísticos e circunstâncias nacionais, uns em atrito produtivo com os outros. Para descrever um tal complexo com exatidão, é preciso estudar em várias frentes, que vão da análise de texto à pesquisa histórica, literária e extraliterária. (SCHWARZ, 1999, p. 109)

Nesse sentido, Schwarz³⁹ corrobora em certa medida com a ideia de que há uma parte interpretativa bastante peculiar do ensaísta, ou seja, ele lê a intenção de Machado de Assis em apresentar fatos e personagens ligados aos momentos históricos mais conturbados, principalmente, na esfera política

³⁸ O nome de Pedro Rubião de Alvarenga, de acordo com John Gledson suscita alusão a Pedro de Alcântara. “[...] Saímos de um nome sem nenhuma ressonância particular (Rubião Fulano de Tal, poderíamos dizer), para outro muito próximo ao de Pedro de Alcântara – quase tão próximo quanto se poderia chegar, sem ter a identidade. Claro, Pedro de Alcântara é o nome da família do Imperador Pedro II, e o que ele usou em suas viagens para a Europa” (GLEDSON, 1986, p. 94).

³⁹ É importante ressaltar que Schwarz em determinado ponto de sua argumentação se opõe a essa leitura interpretativa de Gledson. O crítico observa que o ensaísta inglês se preocupa demasiadamente na intenção de Machado de Assis em apontar os momentos políticos (sejam das datas ou até mesmo nos fatos) em detrimento da obra literária. Seria como tais elementos se sobrepusessem à obra, pois as “*intenções não são o mesmo que resultados artísticos*, se Gledson convence plenamente quanto às primeiras, persuade menos, até onde posso ver, no tocante aos segundos. Neste aspecto cabe uma divergência com o seu ponto de vista crítico, o qual dá mais peso à intenção do escritor que à configuração da obra” (SCHWARZ, 1999, p.110).

Deixamos para o fim o achado interessante – e problemático – dos “enredos politicamente significativos”. Num escritor metuculoso como Machado não podem ser casuais as alusões a episódios e protagonistas históricos, nem a ocorrência frequente de datas. Buscando-lhes a razão de ser, Gledson notou: a) a existência, como elemento de estrutura, de uma periodização refletida na história nacional; b) um funcionamento simbólico de cenas e personagens da vida privada, que, mediante indicações calculadas, parecem ter equivalente na arena política, a que pela feição entretanto não pertencem; c) a natureza às vezes enigmáticas dessas alegorias, como que exigindo a decifração de um melindroso segredo pátrio. (SCHWARZ, 1999, p. 109)

É dessa forma que a contribuição do crítico inglês potencializa as interpretações da obra machadiana em prosa, uma vez que circunscreve no âmago da obra a intencionalidade do autor de *Esaú e Jacó* em decifrar e refletir sob ponto de vista irônico a parafernália de acontecimentos e trocas de favores consubstanciados no tecido político que expõe ao leitor, tanto do século XIX como contemporâneo.

3 *Quincas Borba*: A experiência da derrota

Contou-me que a vida política era um tecido de invejas, despeitos, intrigas, perfídias, interesses, vaidades. Evidentemente havia aí uma crise de melancolia. [...] Entrei na política por gosto, por família, por ambição, e um pouco por vaidade. [...] Creia que tenho passado horas e dias... Não há constância de sentimentos, não há gratidão, não há nada... nada... nada...

Machado de Assis.

A experiência da derrota, assim denominava Sidney Chalhoub dois subcapítulos de *Machado de Assis: historiador*⁴⁰. A semelhança que encobre tal situação se refere aos casos de *Dom Casmurro* e de José de Alencar⁴¹. Segundo o estudioso, ambos seriam símbolos da derrota. Um dos pontos interessantes da situação analisada por Chalhoub é que ela está inserida no ano de 1871. Ano em que temos o desfecho de *Quincas Borba*, com os desdobramentos revestidos também sob o signo do revés de alguns personagens desse romance: eis os casos de Rubião, Camacho e Teófilo.

Nas duas referências apontadas, temos uma abordagem social e política. Uma em que o senhor é enganado pela agregada e assim se torna vítima da mesma. E na outra, um caso real, que demonstra o poder do imperador ao não

⁴⁰ Refiro-me ao subcapítulo de “A política cotidiana dos dependentes”, “A experiência da derrota”, p. 83 e o subcapítulo de “Escravidão e cidadania: a experiência histórica de 1871”, “José de Alencar e a experiência da derrota”, p. 192 respectivamente do livro Machado de Assis, historiador, de Sidney Chalhoub.

⁴¹ Segundo o crítico, o personagem Dom Casmurro vivenciou a experiência da derrota na medida “em que os detentores das prerrogativas senhoriais começam a desconfiar da autenticidade dos movimentos dos subordinados – passando a atribuir-lhes capacidade de representação, de teatralização –, então ficam prestes a adotar a visão de que esses são sempre e universalmente falsos, enganadores e mentirosos. Dom Casmurro é uma alegoria da experiência da derrota de todo um projeto de dominação de classe. O narrador, Dom Casmurro, escrevendo no final da década de 1890, está empenhado em encontrar justificativas para o seu empobrecimento e decadência social.” (CHALHOUB, 2003, p. 83). Em relação ao autor de *Iracema*, o estudioso aponta que “Alencar desejava tornar-se senador pelo Ceará e d. Pedro II opunha-se a que um ministro fosse candidato em eleição senatorial. Alencar teimou, ganhou a eleição e figurou em primeiro lugar na lista de seis nomes encaminhada ao imperador; este deveria, no exercício das prerrogativas do poder moderador, escolher dois felizardos para preencher as vagas existentes. Alencar demitiu-se em seguida do ministério e aguardou a decisão sobre a senatoria. O imperador não o escolheu. O resumo da ópera é que Alencar deixou de ser ministro e não foi senador. Restou-lhe um rancor invencível à Coroa e à volta à Câmara dos Deputados.” (CHALHOUB, 2003, p. 193).

respeitar os resultados de uma eleição e assim constituir o tecido político da maneira que lhe convém.

A circunstância que envolve *Dom Casmurro* é o fato de que o desmoronar existencial de Bento Santiago se dá em março de 1871 na suspeita do adultério, pois

O narrador do romance, é concebido, em março de 1871 – logo após a subida ao poder do Gabinete Rio Branco, que aprovaria a Lei do Ventre Livre --, no exato instante em que os olhos de ressaca de Capitu tragam o cadáver de Escobar, provocando a suspeita do adultério no herdeiro dos Santiago. (CHALHOUB, 2003, p. 84)

Já no caso do autor de *Cinco minutos* temos também as consequências dos anos de 1870, posto que

José de Alencar, político e literato, viveu intensamente os acontecimentos que resultaram na aprovação da lei de 28 de setembro de 1871. Conforme já mencionado, foi ministro da Justiça no gabinete conservador presidido pelo visconde de Itaboraí, e que subira ao poder, em 16 de julho de 1868, com a determinação de brevar a reforma servil. Permaneceu ministro – ao lado de gente como Paranhos, Paulino de Souza, Muritiba e Cotegipe – até 10 de janeiro de 1870. (CHALHOUB, 2003, p. 192)

Sob o ponto de vista temporal, há praticamente o mesmo instante do desenrolar da trama de *Quincas Borba*. Chalhoub, em seu *Machado de Assis: historiador*, não analisou as peripécias no entorno da política a partir de 1868 a 1871 nesse romance machadiano, pois a preocupação do historiador era praticamente o universo social sob a lógica da “ideologia senhorial” na relação com os agregados, e dos estudos sobre a escravidão no contexto da década dos anos de 1870, a partir de alguns contos e principalmente uma análise de *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

A leitura de *Quincas Borba*, por outro lado, traz consigo algumas peculiaridades, se comparada com a dos outros romances da chamada fase madura de Machado de Assis. Primeiramente, o protagonista não faz parte da gama de personagens cujas origens são marcadas pela riqueza. Ou seja, Rubião, um provinciano, tornou-se rico a partir do momento em que recebe uma herança. Além disso, identifica-se, como marca do enredo, o contexto

político. Há em *Quincas Borba* uma obsessão em apresentar a crise ministerial de 1868 e as suas consequências, que para muitos foram tidas como o início do colapso da monarquia brasileira.

Quincas Borba é um romance peculiar na medida em que remonta esse momento político pautado no protagonismo de um personagem que vivencia tal situação e, acima de tudo, ficará louco. Quais seriam os verdadeiros motivos de Machado de Assis potencializar a discussão acerca da política, incluindo a loucura nesse contexto? Ademais, o que explicaria, na versão final em livro, o autor ter alterado algumas partes do texto? Por que inserir trechos e capítulos inteiros, além de modificar partes, em relação à versão folhetinesca? Diante disso, temos um trabalho de interpretação sob à luz da História nacional do final da década de 1860.

Ao analisar a estrutura dos 201 capítulos do livro, de imediato, já no V temos uma referência à política: nele retrata-se uma situação no mínimo estranha. Na conversa com o filósofo sobre o cão, Rubião o questiona “-- Bem, mas por que não lhe deu antes o nome de Bernardo? – Disse Rubião com o pensamento em um rival político da localidade.” (ASSIS, 1994, p. 7). Por que Machado quis colocar a pista política já no começo do livro, numa conversa que aparentemente não tem nada a ver com o campo político? Sobretudo o nome ‘Bernardo’ é uma referência a um rival político; se é um rival, por que Rubião perguntaria isso a Quincas? Pelo menos não se dá e nem se conjectura oferecer o nome de um rival a um ser amado, como no caso a relação de Borba com o cão. Ademais, quem é Bernardo⁴²? Por outro lado, como Rubião sendo um marginalizado, teria um rival político, se ele não é político e é um homem sem posses? Tais indagações a princípio parecem vagas, mas no decorrer da trama há uma sinalização para a reflexão proposta por Machado de Assis acerca da política, e isso vai ganhando forma à proporção que as circunstâncias e fatos serão expostos ao leitor.

Podemos elencar dois aspectos que servirão de baliza para a constituição da trama: a política e o capital econômico. Paralelamente, mediando esses dois

⁴² Possivelmente temos uma referência a Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850), do partido Conservador, ou a Bernardo de Souza Franco do partido Liberal (1805-1875).

elementos, teremos a loucura. Para mim, essas são as bases que irão nortear a espinha dorsal de *Quincas Borba*. Se fizermos uma análise, a política aparecerá norteadada pelo capital – a relação entre Rubião e Palha é um exemplo disso na medida em que o primeiro deseja ser deputado, marquês, e na loucura pensa ser Napoleão III. Enquanto o segundo, já rico, deseja o título de barão e, posteriormente, uma cadeira na Câmara.

O capítulo XXI da versão em livro é inédito. Aí, de imediato temos a referência à política e ao capital econômico⁴³. Em outras palavras, é o primeiro capítulo em que o tema da política e da economia é sugerido. Já que

Da lavoura passaram ao gado, à escravatura e à política. Cristiano Palha maldisse o governo, que introduzira na fala do trono⁴⁴ uma palavra relativa à propriedade servil; mas, com grande espanto seu, Rubião não acudiu à indignação. Era plano deste vender os escravos que o testador lhe deixara, exceto um pajem; se alguma coisa perdesse, o resto a herança cobriria o desfalque. Demais a fala do trono, que ele também lera, mandava respeitar a propriedade atual. Que lhe importavam escravos futuros, se os não compraria? O pajem ia ser forro, logo que ele entrasse na posse dos bens. Palha desconversou, e passou à política, às Câmaras, à Guerra do Paraguai, tudo assuntos gerais, ao que Rubião atendia, mais ou menos. Sofia escutava apenas; movia tão-somente os olhos que sabia bonitos, fitando-os ora no marido, ora no interlocutor. (ASSIS, 1994, p. 21)

As referências “da lavoura passaram ao gado, à escravatura e à política” apontam a infraestrutura da sociedade imperial, isto é, o trabalho nas lavouras, nas fazendas, que tinha como prática a mão de obra escrava, e por fim sua organização social. O aparato político consubstancia essas atividades agrícolas. Nota-se ainda que a questão escravocrata é trabalhada sob o ponto de vista econômico e não humanitário.

⁴³ Na versão em folhetim o capítulo XX é o capítulo I da versão em livro. O capítulo XIX é muito breve e sintético: “Passemos o inventário, passemos a estrada de ferro, passemos alguns meses.” (ASSIS, 1886, p. 46).

⁵ “Fala do trono era o discurso oficial com que, anualmente, o imperador abria as sessões da Assembleia Geral. Na fala do trono de 1867 D. Pedro II, cedendo a um apelo de intelectuais e aristocratas da Junta Francesa de Emancipação, sugeriu que se iniciassem as reformas necessárias à libertação dos escravos nascidos desse ano em diante. Essa fala polarizou as forças conservadoras e reformistas (CARLETTI, 1994, p. 21).

É notório que as discussões sobre a liberdade dos escravos propostas pela bancada abolicionista no parlamento começam a ser disseminadas no império e passam a nortear os assuntos do dia a dia. Nessa perspectiva Machado traz o momento em questão, a fim de potencializar uma reflexão de como os dois personagens se colocam diante de tal situação. Um indignado e outro às margens porque irá vender tais mercadorias. Mesmo assim, a pauta é política. Tanto é que Palha interrompe Rubião para retornar à política “Palha desconversou e passou à política, às Câmaras, à Guerra do Paraguai”, mote fundamental do parágrafo.

Ainda sobre esse argumento, John Gledson fez uma leitura contextualizada, uma vez que o trecho,

Além de datar o início do romance, em termos políticos (o primeiro discurso a mencionar a “questão servil” foi em 1867), ele introduz, de maneira aparentemente improvisada, como parte da conversa cotidiana, a crise e a sua origem mais substantiva, a questão do que fazer com relação à escravatura. Também situa Palha e Rubião nesse contexto. Palha, que veio de **Vassouras**⁴⁵ onde, sem dúvida, não

⁴⁵ Grifo meu. Gledson retoma o início do capítulo XXI “Na estação de Vassouras, entraram no trem Sofia e o marido Cristiano de Almeida e Palha” (ASSIS, 1994, p. 20) e arremata dizendo que o casal Palha vinha desse município, “onde, sem dúvida, não estava passando férias”. Vejo o distrito de Vassouras como um elemento emblemático. Uma pista dos arranjos políticos e até mesmo estratégico para tal finalidade. Vassouras sintetizava uma das cidades dos Barões, tendo em vista o seu poder político e econômico.

Ao longo da narrativa esse lugar será apontado em 6 capítulos: **Capítulo III**: Esta observação foi acompanhada de um gesto; passou a mão pelo queixo, barbeado todos os dias, coisa que não fazia dantes, por economia e desnecessidade. Um simples professor! Usava suíças, (mais tarde deixou crescer a barba toda), — tão macias, que dava gosto passar os dedos por elas... E recordava assim o primeiro encontro, na estação de **Vassouras**, onde Sofia e o marido entraram no trem da estrada de ferro, no mesmo carro em que ele descia de Minas; foi ali que achou aquele par de olhos viçosos, que pareciam repetir a exortação do profeta: Todos vós que tendes sede, vinde às águas. Não trazia ideias adequadas ao convite, é verdade; vinha com a herança na cabeça, o testamento, o inventário, coisas que é preciso explicar primeiro, a fim de entender o presente e o futuro. Deixemos Rubião na sala de Botafogo, batendo com as borlas do chambre nos joelhos, e cuidando na bela Sofia. Vem comigo, leitor; vamos vê-lo, meses antes, à cabeceira do Quincas Borba. (ASSIS, 1994, p. 6); **Capítulo XXI**: Na estação de Vassouras, entraram no trem Sofia e o marido, Cristiano de Almeida e Palha. Este era um rapagão de trinta e dois anos; ela ia entre vinte e sete e vinte e oito. Vieram sentar-se nos dois bancos fronteiros ao do Rubião, acomodaram as cestinhas e embrulhos de lembranças que traziam de **Vassouras**, onde tinham ido passar uma semana; abotoaram o guarda-pó, trocaram algumas palavras, baixo.

— Mora na cidade?

— De **Vassouras**? Não; viemos aqui passar uma semana. Moro mesmo na Corte. Não teria jeito para lavrador, conquanto ache que é uma posição boa e honrada.

Da lavoura passaram ao gado, à escravatura e à política. (ASSIS, 1994, p. 20-21); **Capítulo LIX**:

— Sim, eu; há muito que desejo ir a Minas e a São Paulo. Olhe, há mais de ano que estivemos vai não vai... Sofia é companheira para estas viagens. Lembra-se quando nos encontramos no trem da estrada de ferro?... Vínhamos de **Vassouras**; mas este projeto de Minas nunca nos

estava passando férias, [...] O mais significativo comentário a ser feito em torno desse parágrafo é destacar que ele situa Rubião no contexto político da década de 1860. (GLEDSON, 1986, p. 92-93)

Um outro ponto é o que concerne à Guerra do Paraguai (1865-1870), pois a viagem se deu durante o momento em que acontecia o conflito armado travado entre a Tríplice Aliança (Brasil, Uruguai e Argentina) e o Paraguai, governado por Solano Lopez⁴⁶. Paralelamente a isso, é importante aqui ressaltar a contextualização que Machado oferece ao momento em que Rubião e Palha têm o primeiro contato. Podemos pensar na perspectiva de que Rubião representa o atraso, e Palha representa o processo de modernização, simbolizado pelas estradas de ferro, e o que irá ser construído a partir daí em termos de pensamento moderno e ou modernizante. Destaco, ainda, a forma de trabalhar os “olhos de Sofia” como mediadores do discurso de Palha e Rubião. Uma mediação analítica de conjunturas, tanto de um, como de outro, a partir do ponto de vista/concepção de mundo de cada um deles. É importante frisar, também, que ambos os personagens vão se utilizar do enriquecimento de modo geral para se integrarem nessa sociedade, que, ao mesmo tempo, vive uma crise política e sofre um processo de transformação tanto do ponto de vista econômico, como urbano e social.

deixou. Iremos os três. (ASSIS, 1994, p. 57); **Capítulo LXXXV**: Mas não há serenidade moral que corte uma polegada sequer às abas do tempo, quando a pessoa não tem maneira de o fazer mais curto. Ao contrário, a ânsia de ir ao Flamengo, à noite, vinha tornar as horas mais arrastadas. Era cedo, cedo para tudo, para ir à Rua do Ouvidor, para voltar a Botafogo. O Dr. Camacho estava em **Vassouras** defendendo um réu no júri. Não havia divertimento algum público, festa nem sermão. Nada. Rubião, profundamente aborrecido, trocava as pernas, à toa, lendo as tabuletas, ou detendo-se ao simples incidente de um atropelo de carros. Em Minas, não se aborrecia tanto, por quê? Não achou solução ao enigma, uma vez que o Rio de Janeiro tinha mais em que se distrair, e que o distraía deveras; mas havia aqui horas de um tédio mortal. (ASSIS, 1994, p. 83); **Capítulo C**: Davi apareceu enfim, entre o queijo e o café, na pessoa do Dr. Camacho, que voltara de **Vassouras**, na véspera, à noite. Como o Davi da Escritura, trazia um jumento carregado de pães, um cântaro de vinho e um cabrito. Deixara gravemente enfermo um deputado mineiro, que estava em **Vassouras** e preparou a candidatura do Rubião, escrevendo às influências de Minas. Foi o que lhe disse aos primeiros golos de café (ASSIS, 1994, p. 94). Em *Memorial de Aires*, em 9 de janeiro de 1888, há também uma referência a “vassouras”: Diz o narrador: “[...] estando a beber café, o pregão de um vendedor de vassouras e espanadores: ‘Vai **vassouras!** Vai espanadores!’” (ASSIS, 2000, p. 15). Numa análise desse romance Machadoiano, John Gledson se refere a essa expressão do vendedor ambulante, como uma referência à cidade de **Vassouras**: “[...] o grito do vendedor ambulante no início do romance -- Aí de Vassouras” (a mais importante cidade da área do Paraíba), bem como ‘Vendem-se vassouras!’” (GLEDSON, 2003, p. 250) .

⁴⁶ Tal conflito é um elemento que contribuiu, somado a outros, para o enfraquecimento do reinado de D. Pedro II.

É nesse momento que temos a abertura da discussão política que permeará os 201 capítulos de *Quincas Borba*. Esse capítulo de fato indica a contextualização da situação política para que Machado chama a atenção e, acima de tudo, convida o leitor a tecer uma reflexão. A loucura do protagonista tem um papel fundamental, que é o de conduzir um trabalho reflexivo para um entendimento do que de fato aconteceu no país pós julho de 1868. Ao longo do desenvolvimento da trama percebe-se que o processo de enlouquecimento de Rubião e a manifestação do surto esquizofrênico têm contato direto com as questões políticas que estão inseridas no romance.

Desse modo, a abordagem de Machado de Assis sobre o tema da política em *Quincas* é diferente da dos outros romances do autor. Por exemplo, se analisarmos de *Brás Cubas* a *Memorial de Aires*, perceberemos que serão comuns as referências ao contexto político, no entanto, em *Quincas Borba* e *Esaú e Jacó* a abordagem é mais focada. Se estudarmos tanto *Quincas Borba* como a história de Pedro e Paulo perceberemos que há um ponto diferencial: a loucura do protagonista da primeira trama.

Diante desse jogo criado por Machado e jogado para o leitor, percebo que a loucura do protagonista é um instrumento fundamental para a compreensão da reflexão estabelecida pelo autor. Enquanto em *Esaú e Jacó* ficamos nos contextos do processo de colapso do Império e da Proclamação da República, sob o ponto de vista dos desdobramentos de tais eventos, em *Quincas Borba*, o ingrediente da loucura pode funcionar como um dispositivo para a reflexão acerca da política, uma vez que o terreno político é revestido de idas e vindas, além de apresentar circunstâncias de interesse pessoal nas mais complexas discussões sobre a manutenção do exercício do poder, tanto por parte dos parlamentares, como dos ministros e do imperador. Há na política muito de irracionalismo e interesse, que podem romper, portanto, com a perspectiva racional de como deveriam ser tomadas as decisões.

Certamente ela é um instrumento que acompanha a discussão e a reflexão nesse romance em particular. A loucura do personagem principal não é arbitrária. Os principais acontecimentos do romance estão no entorno de Rubião e da política. Por isso, não se trata somente da exposição dos

acontecimentos por meio dos personagens, mas de uma perspectiva mais profunda. Nesse sentido, a crise mental é um instrumento diferenciado e fundamental para se tecer uma reflexão desse campo em *Quincas Borba*.

3.1 O desejo de entrar para a política: o caso Rubião

As relações entre Rubião e a política constituem a base argumentativa de *Quincas Borba*. Concomitantemente a essa construção, outros elementos começam a problematizar a possível trajetória do protagonista rumo a uma cadeira no parlamento. Refiro-me às questões que estão inseridas nesse contexto: a megalomania e o processo de decadência do ex-professor sob a mediação da loucura.

O caso de Rubião é peculiar. Tudo nele é desafiador e problemático. As peripécias que encontramos a partir do seu próprio nome, que foi alterado na edição final em livro, de Rubião José de Castro (1886) para Pedro Rubião de Alvarenga (1891), são potencialmente significativas para o contexto político que temos na trama. Vale lembrar que esse novo nome nos faz lembrar o nome de Dom Pedro II (Pedro de Alvarenga).

Uma análise onomástica do nome Rubião revela uma série de significados de ordem política. Como já apontado por John Gledson, na sua leitura a fim de encontrar pistas para uma análise da História nacional, o nome Rubião traz referências ao café, que era na época um produto de exportação muito valioso para o Império.

Por outro lado, Ruy Perini aponta que o nome do anti-herói “seria um aumentativo de Rúbio, que provém de *rubio* – ruivo em espanhol --, ou seja, aquilo que tem cor parecida com a do ouro, mas que não é o próprio ouro” (PERINI, 2008, p. 66). Nessa mesma perspectiva, Sérgio Alves Peixoto ressalta o nome Rubião e observa “Pedro” e “Alvarenga”, pois

[...] em nenhum momento do romance, o personagem principal aparece como Pedro. Na verdade, o nome escolhido é Rubião. De novo, uma tirada irônica do narrador: Rubião vem de *rubia*, cor dourada. Espécie de “aumentativo” (Rubi + ão) é perfeita, na medida em que joga com um personagem que ama a grandeza, o excesso, o requinte, o fausto.

Tudo em Rubião é exagerado, exuberante e grandiloquente. Ficou sobrando o Alvarenga. O significado desse nome é ambíguo: pode ser “todo circunspecto”, ou “o que se defende de todos”. Qualquer uma das duas acepções caracteriza bem o personagem do romance: de um lado, calado, fechado, distante; de outro, e agora ironicamente, indefeso diante dos ataques de todos que o cercam. Pedro II não se enquadraria nas duas acepções? (PEIXOTO, 2001, p. 26)

Respondendo à indagação de Peixoto, Lilia Moritz Schwarcz, em estudo dedicado ao monarca brasileiro, analisa as condições de status e decadência, tanto da monarquia como do próprio imperador. Nesse sentido mais amplo, é possível associar algumas peculiaridades de Rubião a Pedro II. Logo, temos uma série de elementos constitutivos no universo do protagonista, a partir da sua mania de grandeza, que permitem cotejá-lo com o monarca brasileiro. Ou seja, desde objetos do lar à própria menção da loucura de Rubião, podem sugerir um diálogo com o representante da dinastia de Bragança.

É observada a relação do imperador com os objetos que estão ao seu entorno em dois momentos: um no ápice do governo e, outro, no colapso da instituição monárquica. Assim posto, no momento em que desencadeia a crise governamental, Dom Pedro II deixou de lado o luxo, a ostentação e a representação simbólica do poder imperial, passando ao abandono desses elementos que outrora eram a síntese do poder material. Nesse sentido, a estudiosa aponta como se deu a decadência do imperador pautada a partir dos costumes, pois

O monarca abandonara, também, uma série de rituais. A divisa que escolhera — um P maiúsculo em cor azul, enlaçado por uma fita — completava sua imagem distante, o beija-mão deixara de existir e havia muito o monarca limitara o uso de trajes majestáticos apenas às ocasiões mais solenes, como a Fala do Trono. No ano de 1883, Koseritz traria uma visão diversa da corte carioca, com suas insistentes críticas à falta de luxo e de etiqueta. Diferentemente dos relatos de meados do século, que exaltam a pompa e a riqueza do ritual, nesse caso o viajante não perdoa a pobreza da indumentária imperial, a decadência dos palácios — do Paço de São Cristóvão e do Paço da Cidade —, o mau estado das carruagens. [...] Carruagens velhas e sem douração, uniformes desbotados acompanham um imperador cuja paramentação dá “impressão quase carnavalesca”. Diante de tal espetáculo faltam os “vivas do povo”, que parece não mais se encantar diante da pobre e mundana encenação. O mesmo ocorre com os outrora vistosos paços (SCHWARCZ, 2002, p. 410-412)

De acordo com o jornalista alemão Carl Von Koseritz a situação dos ornamentos que envolviam o imperador estão também em plena corrosão,

assim

O mais modesto de todos é, decididamente, ainda, o Imperador. Seu velho palácio na cidade é uma barraca [...] Velho, podre, arruinado, maltratado, nunca pintado de novo, ele está ali, em face do cais *Pharoux*, como um antigo telheiro. É verdade que este chamado Paço da Cidade só muito raramente é utilizado pelo Imperador e sua família, porque ele habita sempre São Cristóvão, mas este último palácio [...] não deve ser muito melhor. Passa-se uma coisa rara, na situação do Imperador: ele não possui nenhuma fortuna pessoal e sua lista civil, já de si insuficiente, vai na maior parte para obras de beneficência, de modo que ele não pode manter nenhuma pompa na corte, nem pode fazer nada para dar brilho às suas residências [...] Sem dúvida isso é muito honroso para o homem, mas contribui pouco para dar o necessário prestígio ao Imperador [...] Ainda mais cômica (e, para um europeu, inconcebível), é a circunstância de que todo o andar térreo da ala interna do palácio imperial está alugado a negociantes, barbeiros etc! Isso não aconteceria ao mais modesto dos príncipes alemães, mas aqui é inevitável, pois as rendas do Imperador são insuficientes para as suas obras de caridade. Em questões políticas me vi muitas vezes na obrigação de censurar o Imperador, de sublinhar o seu procedimento com críticas por vezes muito vivas; entretanto respeito o homem, como todo cidadão honrado deve respeitá-lo, porque ele é um senhor de grande coração, amigo e benfeitor de seus semelhantes, que afasta de si qualquer luxo, para minorar a miséria alheia. (KOSERITZ, apud SCHWARCZ, 2002, p. 412)

Do ponto de vista governamental, as crises que se deflagraram a partir da segunda metade da década de 1860, e se ampliaram potencialmente nos anos de 1870 e 1880, tornaram praticamente impossível a manutenção da monarquia. Schwarcz descreve elementos fundamentais que fizeram com que o reinado de Dom Pedro II se esfacelasse gradualmente:

Ao descuidar de sua imagem, d. Pedro deixava mais evidentes as fragilidades reais da monarquia, até então vinculada à estabilidade do Estado. Com efeito, não só o “teatro da política” enfraquecia-se; o período era também adverso, e as contradições do Império sobressaíam. Na verdade, as relações entre o Império e a agricultura de exportação nunca foram questionadas. Era ela que gerava 70% das rendas — via impostos de exportação e importação —, o que resultava em um claro compromisso. No entanto, em tal contexto, a política oscilante adotada pelo Estado com relação à abolição provocava tensões no setor agrário. (SCHWARCZ, 2002, p. 415)

Um outro aspecto da decadência do imperador relaciona-se a sua saúde, já que Dom Pedro II sofria de anemia e diabetes. O monarca enfraquecido politicamente, agora se vê também com problemas de saúde. De acordo com a pesquisadora (numa comparação muito pertinente para minha análise, uma vez que ela coteja Napoleão III com Pedro II em relação ao envelhecimento de ambos): “assim como Napoleão III, aos 62 anos d. Pedro parecia um velho consumido, marcado por rugas profundas, um olhar perdido e imensa barba

branca” (SCHWARZ, 2002, p. 429). Nesse contexto, saliento ainda que nos anos de 1887 e 1888 o imperador também adoecera, o que denota a fragilidade de sua saúde.

Em última instância, em relação à loucura, é notório dizer que ela está também presente nesse cotejo, já que o neto de Dom Pedro II, Dom Pedro Augusto, sofria de insanidade mental.

Dizem que o próprio d. Pedro II pensara em preparar a sucessão para seu neto, o príncipe d. Pedro Augusto, que desde a morte da mãe — d. Leopoldina — morava com os avós. O jovem príncipe também se manifestava em tom de sucessor: “Eu digo com meus botões se fosse a cabeça do governo organizaria um novo ministério, dissolveria a Câmara e apelaria para a nação fazendo proclamações em todas as províncias [...] Acho que em certos casos é preciso dar um empurrão para a caixa ir ao porão. Guarda isso para seu uso, não quero ser coroado de revolucionário [...] Meu desejo maior seria ver meu avô bom. O futuro porém está oculto. Tudo ignora”. Nessa carta, escrita em 16 de fevereiro de 1888, quando acompanhava a convalescença do monarca, em Cannes, o neto de d. Pedro demonstrava não só iniciativa como mais preocupação que o avô com o futuro da nação. No entanto, a “sina dos Bragança”, que acometia boa parte dos herdeiros primogênitos, cairia sobre d. Pedro Augusto, que já nesse ano revelava os primeiros sinais de insanidade mental. O imperador, após mais essa decepção, abandonava seus projetos iniciais de sucessão, aumentando o receio geral de um Terceiro Reinado nas mãos de um estrangeiro. (SCHWARZ, 2002, p. 433)

Evidentemente que Machado observou tais circunstâncias. Além disso, esse diálogo apresenta elementos constitutivos da vida do monarca na iminência da Proclamação da República. Assim, não é somente o Pedro Rubião que sofre de insanidade mental, mas Pedro Augusto também. Estamos diante de mais uma das razões que possibilitaram Machado a fazer a leitura da loucura como mediação dessa crise da monarquia brasileira sob as franjas de um ex-professor de Barbacena.

Ainda na perspectiva onomástica, vale ressaltar a contribuição de Wilberth Sagueiro ao comentar a análise de Perini. Ele propõe, ao observar a relação entre “Rubião” e “Rubicão”, uma leitura sonora do nome em questão.

Ninguém me tira da cabeça que, além dessa leitura corretíssima de Ruy, Machado não buscou alguma correspondência *sonora* com Rubião, e por extensão tanto com a expressão “atravessar o Rubicão”, quanto com “cão”, já que o fonema /k/ é o único diferente de “Rubião”

para “Rubicão”. Sobre o “cão” escondido no nome “Rubi(c)ão” não há necessidade de convencimento. Sobre a expressão referida, vejamos: “A história romana nos conta que César, num de seus grandes momentos na vida, tinha de atravessar o Rubicão. Se o fizesse desencadearia uma guerra civil; e se não atravessasse, não seria um dos maiores imperadores que o império romano conheceu. Decorre, deste fato histórico, que atravessar o Rubicão é pensar grande, ultrapassar fronteiras, defrontar-se com um caminho sempre difícil e desconfortável. César, apesar disso, atravessou o Rubicão.” Qual é um dos delírios de Rubião? Torna(r)-se imperador! Qual é a sua travessia? Da razão para a loucura! Sem querer superinterpretar nomes, dar a eles mais do que podem absorver, não acho louca essa possibilidade. De toda forma, propor essa leitura do nome “Rubião” já é o próprio “atravessar o Rubicão”.⁴⁷

Vitor Cei Santos, por outro lado, corrobora com Salgueiro em certa medida, pois sugere que a travessia de Rubião se dá a partir das consequências da decisão do protagonista, após ter se tornado herdeiro universal de Quincas Borba, ou seja, ter se mudado de Barbacena para o Rio de Janeiro e enfrentado as peripécias e os desdobramentos dessa decisão. Essas situações culminaram no atravessar o rio e em sua própria transformação em Rubicão. Desse modo, o crítico reflete

que Rubião se assemelha a rubicão, “o que impede ou dificulta o movimento ou o progresso; obstáculo”. A locução “atravessar o rubicão” significa “tomar uma decisão séria e enfrentar as consequências que possam advir”. Nesse sentido, todos os eventos narrados na obra são consequências da decisão de Rubião de se mudar de Barbacena para o Rio de Janeiro. E se no início de suas aventuras cariocas ele serviu de catalisador do progresso de Palha, no final ele se tornou um rubicão, isto é, um obstáculo a ser ultrapassado. (SANTOS, 2015, p. 156)

Nessa linha de raciocínio, atravessar o Rubicão também pode ser retratado no processo de leitura do livro e de que a loucura é um entrave, ou até mesmo obstáculo para a compreensão da questão política que é a todo momento posta como tema a ser refletido em *Quincas Borba*. O próprio ensejo da literatura machadiana se coloca como um *Rubicon*, isto é, uma decisão que o leitor de *Quincas Borba* e dos outros textos do autor deve tomar para enfrentar e assim atravessar tais caminhos tortuosos, potencializados de significações internas e externas. Assim, a loucura se corporifica no Rubicão, já que nela temos o Rubi + cão que une tanto o Rubião e o cão (*Quincas Borba*). Dessa forma, a crise

⁴⁷ Comentário do Prof. Dr. Wilberth Salgueiro na Defesa de Dissertação de Mestrado de Ruy Perini: *Não consultes médico: a loucura na obra de Machado de Assis*. Ufes. 2005.

mental aponta uma mediação entre os caminhos entre a megalomania e a decadência do protagonista na medida em que é ela posta como elemento fundamental de reflexão desse caminho difícil e desconfortável para muitos que é a política.

Nesse sentido, se as circunstâncias em torno do nome do ex-professor oferecem uma série de interpretações, e tendo em vista que a política é um segmento refletido por Machado, por que a associação Rubião/Rubicão não poderia ser uma pista do processo político? No final do capítulo CX temos uma referência ao “Rubicão” em um trecho muito significativo de o *Atalaia*. A questão exposta por Camacho ao ex-professor circunscreve-se na frase dita por Júlio César antes de atravessar o *Rubicon: Alea jacta est*. Tal referência em um jornaleco político é assaz significativa na medida em que dialoga intertextualmente com o autor da frase, uma vez que César era um político romano, e o contexto também estava em torno de uma situação política muito delicada.

Hélio Jaguaribe em *Um estudo crítico da história* nos traz uma informação muito pertinente acerca do contexto político vivenciado pela Roma antiga, pois tal enunciado foi dito num momento de colapso da República romana. Segundo o historiador,

A personalidade e as atividades de César, desde sua nomeação como cônsul em 59 a.C., e em especial desde a travessia do Rubicão, simbolicamente importante (*Alea jacta est*) no ano 49 a.C., preencheram os últimos anos da República e provocaram em Roma uma mudança institucional e política irrevogável, criando as condições que levariam ao consulado de Augusto. (JAGUARIBE, apud NETO 2012, p. 37)

Ainda seguindo esse raciocínio, José Guida Neto, em tese de doutorado intitulada *Ulpiano e o estoicismo no direito romano do principado*, defendida em 2012, nos indica que,

Ao atravessar para a margem italiana, teria dito a famosa frase “O dado está lançado” (*ALEA IACTA EST*), e com esse ato, iniciou a guerra civil que sepultaria a República.
Tal atitude arriscada e inesperada de César surpreendeu a todos e pegou seus inimigos desprevenidos. Confusos e inseguros, Pompeu e muitos dos senadores preferiram fugir a enfrentar César de imediato,

com ilusória expectativa, de que, ganhando tempo, poderiam estruturar um contra-ataque. (NETO, 2012, p. 38-39)

De acordo com tal situação, é provável que Machado ironicamente teria dialogado com César e o contexto do Rubicão para realizar uma reflexão irônica da política nacional, posto que a travessia do imperador romano potencializou a decadência da República na Roma antiga. Ao passo que, no contexto brasileiro, esse caminho percorrido enterrou a Monarquia e fez emergir a República.

Machado certamente teria lido historiadores da antiguidade clássica que possibilitaram a formação de sua consciência histórica. Foram encontrados na biblioteca de Machado de Assis, catalogada por Jean-Michel Massa, as preferências do escritor em relação a tais historiadores:

A primeira coisa a notar é que Machado tinha muitos livros de história na sua biblioteca: o assunto era de grande interesse para ele. Acho que podemos dividir as suas fontes em cinco tipos. Primeiro seriam os historiadores clássicos, gregos e romanos: Xenofonte, Heródoto, Tucídides, Plutarco, Lívio, Tácito, Suetônio entre outros. São muito importantes: Machado gosta muito de anedotas que jogam uma luz irônica sobre os acontecimentos, e frequentemente cita estes autores neste sentido. (GLEDSON, 2003, p. 298)

A alusão a César por meio de Rubião/Rubicão e de “*Alea jacta est*”, evidentemente foi transmitida ao autor por meio das leituras de Suetônio e Plutarco⁴⁸. O trabalho do escritor foi o de atribuir novos sentidos e, de maneira irônica, relacionar ao contexto político nacional a referência a esse momento romano.

Após essa abordagem onomástica é necessário salientar os outros elementos que caracterizam o personagem, isto é, a megalomania, a ingenuidade e principalmente a loucura. A crise mental é notoriamente um núcleo muito

⁴⁸ Os dois historiadores romanos analisaram as peripécias que envolveram a vida de César. Segundo tese de doutorado de José Guida Neto, as citações de *Vida de César*, de Suetônio observa-se o seguinte em relação à frase latina “*Alea jacta est*”: ela foi realmente pronunciada por Júlio César em 10/11 de janeiro de 49 a.C., no momento em que atravessou o Rubicão, rio da Romanha que marcava as fronteiras da Itália e que, portanto, nenhum comandante poderia atravessar armado sem se tornar, automaticamente, inimigo de Roma: esse ato foi indicado como início da guerra civil contra Pompeu. Essa frase é, na realidade, a tradução de uma expressão proverbial grega, atribuída a César por Plutarco (TOSI, apud NETO, 2012, p. 39).

importante para a análise de Rubião, pois ela, à medida que vai se desenvolvendo, leva o ex-professor às ruínas da miséria e da morte.

Se nos detivermos nos estudos onomásticos, já referidos anteriormente, veremos a referência à mania de grandeza de Pedro Rubião, ou seja, sua ligação aos metais preciosos, sobretudo ouro e prata são condizentes ao seu nome. Rubião traz ouro no nome. Mas o ouro emaranhado na sua fortuna é um potencial interpretativo puramente irônico. O que mais chama atenção é o mote da insanidade mental. Percebo que tal doença não é somente um elemento constitutivo desse protagonista, ela é um mediador entre seus momentos megalômanos e a sua decadência imersa nos tentáculos da sociedade capitalista (simbolizada em Palha) e da política nacional.

É a partir dessas nuances que teremos as peças do quebra-cabeça machadiano, que é construído no entorno de Rubião, concomitantemente aos desdobramentos pós-crise de 1868. Para isso é importante contextualizar esse momento da História do Brasil monárquico.

É fato que a crise política que atingiu o Império em 1868 tem como consequência a organização dos partidos no parlamento. Desse modo, cabia ao imperador, por intermédio do poder Moderador, demitir e nomear gabinetes. Em razão disso, desde a década de 1850, os partidos Liberal e Conservador mantinham suas bases no governo de uma forma ou de outra.

A crise política que assola os últimos anos da década de 1860 é analisada por José Murilo de Carvalho. Segundo o pesquisador,

A origem remota da crise, e portanto, do aparecimento dos radicais localiza-se na política de conciliação promovida pelo Marquês de Paraná a partir de 1853. Desde 1848, o domínio conservador e a exclusão dos liberais tinham sido completos. A experiência política de Paraná, sobretudo a que veio do esforço do apaziguamento da política pernambucana após a derrota da Revolta da Praia, mostrou-lhe que o sistema imperial se sustentava na alternância do poder dos setores hegemônicos, mas conflitantes, da elite. A exclusão permanente de um deles afetava a legitimidade do governo e, eventualmente, a do próprio regime. (CARVALHO, 2009, p. 21-22)

Assim, era de fundamental interesse, tanto do imperador como dos deputados,

de quaisquer que fossem os partidos permanecer no poder, independentemente de sua ideologia. Diante desse quadro confuso -- na realidade era um acordão entre ambas as partes --, será organizada e constituída a base que se manterá no poder. É importante salientar, ainda, a precariedade da organização política no império, pois o Brasil era um “país escravocrata, latifundiário e agrícola” e “o funcionamento das instituições políticas nacionais” era “bastante precoce” (ARINOS, 1980, p. 32).

Nesse ambiente de jogo partidário, a busca pelo poder era evidente, tanto é que não se pode falar de uma ideologia predominante nessas facções, por mais que tenhamos diretrizes ideológicas nos partidos, o que mais se observava era a constituição das “frequentes mutações, as alianças, as defecções. O caráter misto dos Ministérios simbolizava as inconstâncias e a insegurança das opiniões partidárias individuais” (ARINOS, 1980, p.38). É nessa atmosfera de oportunismo, inconstância e incongruência que Machado passa a discutir o aspecto político inserido nas bases do governo de Pedro II. O escritor sempre foi um crítico tenaz dessas formas pouco éticas de organização e gestão da coisa pública e por isso busca desmascarar as relações de poder que se situavam no seio da sociedade brasileira, principalmente no âmbito da esfera política. Essa situação ficou mais complexa após a crise de 1868, que, de acordo com José Murilo de Carvalho, foi “a pior crise do regime”.

Como consequência da briga interna dentro do partido, o período entre 1864 e 1868 foi o de maior instabilidade ministerial do Reinado. Nada menos do que quatro ministérios se sucederam, de média um por ano, sistematicamente derrubados por votações na Câmara provocadas pelo conflito entre dissidentes e históricos. (CARVALHO, 2007, p. 23)

É nesse contexto que Rubião se envolve com o circuito político. Ele tem o desejo de entrar para esse campo da vida social já nos primeiros desdobramentos da trama. Afinal, o capítulo LXIII se ambienta em 16 de julho de 1868⁴⁹, dia em que Pedro de Alvarenga assiste à sessão da Câmara em

⁴⁹ “Em 16 de julho de 1868 Dom Pedro II depôs o gabinete composto de liberais e progressistas chefiado por Zacarias de Góis e Vasconcelos e organizou um Ministério formado por conservadores. Na sessão da Câmara dos deputados, no dia seguinte, o novo ministério, liderado por Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872) – Visconde de Itaboraí –, dissolveu a Câmara, majoritariamente liberal, provocando uma crise que desmoralizou a Monarquia e fez surgir o movimento pela República. Nessa sessão o deputado liberal José Bonifácio de Andrada e Silva (1827-1886) sobrinho neto do Patriarca da Independência, proferiu um discurso breve e contundente criticando a arbitrariedade do imperador: “Hoje, do dia para a

que o governo liberal de Góis e Vasconcelos foi derrubado e substituído pelo do conservador de Itaboraí. Nesse sentido, é perceptível os nexos diretos e ou indiretos travados entre Rubião e a pauta reflexiva exposta a fim de chamar a atenção do leitor diante de tal circunstância, à medida que se alinha ao interesse político do mesmo. Segundo John Gledson, temos a seguinte configuração no texto machadiano:

Em 1868, em meio a cenas de tumulto na Câmara dos Deputados (cenas que Rubião testemunha e descreve Camacho, com grande excitação), o governo Liberal de Zacarias de Góis foi, para todos os fins, afastado do poder pelo imperador e substituído pelo Conservador de Itaboraí. (GLEDSON, 1986, p.84)

É nessa circunstância que se assiste à crise do Império de que o autor de *Esaú* e *Jacó* irá se aproveitar a fim de tecer um paradigma reflexivo pautado na figura de Rubião alinhado a sua loucura.

É fato que o ex-professor, agora capitalista, enlouquece. A estrutura narrativa, ao ser desenvolvida, apresenta ao leitor pequenas pistas do processo de enlouquecimento do protagonista. Tudo em Rubião é peculiar e profundo, uma vez que do ponto de vista interpretativo ele carrega uma gama de significados. Em sua trajetória narrativa, temos a impressão de que ele está fadado à derrota. Nesse sentido, a crise mental é o elemento fundamental para seu colapso existencial, no entanto é oportuno frisar que

A loucura não é objeto concreto de estudo. Independentemente do caráter do estudo, seja este no âmbito da psiquiatria ou das ciências sociais, a loucura, apesar de sua característica patológica e biológica, se manifesta em sociedade, e portanto, no que tange à literatura, por exemplo, seria melhor se fosse percebida, abordada e apresentada como uma metáfora que, no caso de Cervantes e Machado, chega a alcançar o status de estética uma vez que também é uma crítica arguta e bem articulada ao tratamento dispensado à loucura pelos diversos ramos da sociedade. (DUTRA, 2014, p. 209)

Tal análise é sugerida por Paulo Dutra em artigo intitulado *Quincas Borba, humanitas e a loucura de Dom Quixote*. O estudioso compara as formas de se trabalhar a loucura tanto por Machado de Assis quanto por Miguel de Cervantes. Segundo Dutra, os dois autores não têm a preocupação em apontar a insanidade mental dos seus personagens numa perspectiva patológica, mas

noite, um ministério cai no meio de numerosa maioria parlamentar e inopinadamente surgem os nobres ministros como hospedes importunos que batem fora de horas e pedem agasalho em casa desconhecida” (CARLETTI, 1994, p. 56).

numa concepção mais profunda, cabível, portanto, de uma série interpretativa bem ampla e variada. A loucura, além de ser uma metáfora, pode ser também um instrumento de reflexão, e acima de tudo, pode se manifestar na mediação entre a megalomania e a decadência, num pensamento político de determinado momento histórico. Sendo assim, conclui o crítico que

A razão pela qual Machado fez um personagem sofrer essa condição mental é algo muito mais importante, já que a loucura é apresentada pelo autor em um sentido muito mais amplo e não é somente como uma patologia que motivaria ou justificaria as ações dos personagens [...] tanto para Machado quanto para Cervantes a loucura é algo bem menos concreto, e portanto, muito mais complexo: um fenômeno biológico, social, histórico e, para eles, especialmente estético. (DUTRA, 2014, p. 230)

Dessa forma, Rubião materializa na loucura um momento crítico da História nacional em que a derrota e a decadência são iminentes. Mas o que chama a atenção é o aspecto político entranhado na trajetória de Pedro Rubião, pois ele acompanha os acontecimentos de julho de 1868:

Dias antes, indo passar a noite em casa de um conselheiro, viu ali Rubião. Falava-se da chamada dos conservadores ao poder, e da dissolução da Câmara. Rubião assistira à sessão em que o Ministério Itaboraí pediu os orçamentos. Tremia ainda ao contar as suas impressões, descrevia a Câmara, tribunas, galerias cheias que não cabiam um alfinete, o discurso de José Bonifácio, a moção, a votação... Toda essa narrativa nascia de uma alma simples; era claro. (ASSIS, 1994, p. 56)

Essa referência está nas duas versões de *Quincas Borba*, no mesmo capítulo⁵⁰. Então, é lógico presumir que Machado quer chamar atenção para tal momento da História nacional. O detalhe aqui é a participação de Rubião, que mencionará o desejo de ser deputado por Minas posteriormente. Ademais, esse capítulo é emblemático na medida que dialoga diretamente com início do colapso do Império e de Dom Pedro II.

Conseqüentemente, o capítulo LIX já apresenta o desejo do ex-professor em ser deputado por Minas, daí a necessidade de ir a Barbacena⁵¹. Logo em

⁵⁰ Esse fascículo do folhetim fora publicado em 30 de abril de 1887.

⁵¹ Percebe-se o papel político entranhado na pista da loucura sitiado na cidade de Barbacena. Barbacena é conhecida como a “Cidade dos Loucos”. Pois, “Com grande representação política dentro de Minas Gerais a cidade de Barbacena se mostrou como uma das frentes na

seguida surge a vontade de disputar as eleições pela província mineira “Rubião agarrou-se às eleições próximas” (ASSIS, 1994, p. 57). Entretanto, Camacho o dissuade dessa ideia de forma oportunista⁵². Embora o ex-deputado estivesse mais preocupado com o capital de Rubião a fim de usá-lo para seus interesses pessoais, nada me convence de que, paralelamente à libido de Camacho, observa-se que a questão de Minas vem à tona como símbolo de província. Ou seja, Rubião é um provinciano que mora na Corte. Ele é, portanto, uma espécie de contrassenso. Diante disso, retomo mais uma vez à questão do estamento agregado à perspectiva do enriquecimento. Rubião é um não-lugar no lugar, isto é, na Corte. Logo, a província sob o signo de Rubião denota o atraso e a Corte simbolizada pela modernização e por Cristiano de Almeida e Palha, símbolo da especulação capitalista⁵³, representam o progresso.

O desejo de entrar para a política vai alimentando a psiquê de Rubião. Tal desejo está atrelado à megalomania e até mesmo aos pequenos surtos que se deflagram no decorrer da trama. Simultaneamente, na tentativa de ser candidato e posteriormente deputado, Rubião vai a eventos, como reuniões, bailes, e até a velórios. No sepultamento de Freitas, o ex-professor é comparado a senadores e desembargadores.

Além disso, em pleno velório, um funcionário do governo, que exercia um cargo comissionado e que fora demitido de sua função, faz denúncias ácidas acerca das entranhas do campo político ao cumprimentar Rubião. Vejamos o contexto do velório e do enterro de Freitas:

formação de um Centro Republicano e na representação do Congresso Mineiro que deliberou o símbolo maior da modernidade no estado, quando da decisão de mudança da capital de Ouro Preto para a atual cidade de Belo Horizonte.” (NASCIMENTO, 2014, p. 17). Segundo Renan Ferreira Nascimento, a escolha da cidade de Barbacena para o hospital se deu por questões que envolviam o fator climático e o fator político. Assim, no “dia 21 de fevereiro do mesmo ano a implementação do primeiro Hospital do Estado de Minas Gerais destinado à Assistência de Alienados, na cidade de Barbacena.” (NASCIMENTO, 2014, p. 20).

⁵² Irei analisar José de Souza Camacho no próximo subcapítulo. Vale ressaltar que o motivo que faz com que Camacho desconvença Rubião de viajar a Minas é o de usá-lo da mesma forma que o Palha. Contudo, percebe-se que a exploração de verve política por meio de ex-deputado não resultará em sucesso como a do capitalista Cristiano de Almeida e Palha. Nesse sentido, o ponto de vista econômico do romance supera o político. Ao capitalismo a vitória e à política, as batatas!

⁵³ É importante salientar que Palha também é contra a ida de Rubião a Barbacena.

Foi nesse estado que o veio achar a notícia da morte do Freitas. Chorou uma lágrima às escondidas; tomou a si custear as despesas do enterro, e acompanhou o defunto, na tarde seguinte, ao cemitério. A velha mãe do finado, quando o viu entrar na sala, quis ajoelhar-se aos pés dele; Rubião abraçou-a a tempo de impedir-lhe o gesto. Esse ato do nosso amigo fez grande impressão nos convidados. Um deles veio apertar-lhe a mão; depois a um canto, baixinho, contou-lhe a injustiça da demissão que recebera, dias antes; demissão acintosa, por causa de intrigas...

— Imagine V. Ex.^a que aquilo é (com perdão da palavra) um covil de patifes...

Rubião acedeu ao pedido que lhe faziam de pegar em uma das argolas, e deixou o demitido. Fora, alguma gente parada; os vizinhos, às janelas, debruçavam-se uns sobre os outros, com os olhos cheios daquela curiosidade que a morte inspira aos vivos. Ao demais, havia o *coupé* do Rubião, que se destacava das caleças velhas. Já se falava muito daquele amigo do finado, e a presença confirmou a notícia. O defunto era agora apreciado com certa consideração.

No cemitério, não se contentou Rubião com deitar a pá de terra, ato em que foi primeiro, por solicitação de todos; esperou que os coveiros enchessem a cova com as suas grandes pás do ofício. Tinha os olhos úmidos; acabou, saiu, ladeado pelos outros, e, à porta, com uma só chapelada para a direita e para a esquerda, saudou a todas as cabeças descobertas e curvas. Ao entrar no *coupé*, ainda ouviu estas palavras, a meia voz:

— Parece que é senador ou desembargador, ou coisa assim... (ASSIS, 1994, p. 96)

Essa passagem da trama indica, portanto, o caminho daqueles que querem disputar algum cargo eletivo. Ou seja, é necessário ser visto. Cumprir determinadas agendas, ir a celebrações e inaugurações, além de bailes, saraus e teatros, e também ir a velórios e enterros.

A participação do narrador é fundamental para problematizar a situação. A aparição do personagem “o demitido” retoma a argumentação de Camacho sobre os bastidores da política “-- Imagine V. Ex.^a que aquilo é com o perdão da palavra um covil de patifes...” (ASSIS, 1994, p. 96). No entanto, parece que o narrador menospreza a consternação do demitido e enfoca em Rubião e, no final do trecho destacado, o protagonista é comparado a altas patentes do governo.

Na realidade ele não era nada. A única coisa que Rubião tinha era capital econômico, e isso poderia possibilitar a ele a ascensão no campo político. Mas há um problema identificado e analisado anteriormente por Raymundo Faoro, no que concerne à questão do estamento e das classes sociais. Por mais que tente alcançar a vitória na Câmara dos Deputados, não será possível. O capitalista de Botafogo só conseguirá alcançar tal feito por meio da insanidade,

daí mais uma vez a loucura como mediação entre a megalomania e a decadência do protagonista. Ou seja, Rubião é aquilo que poderia ser; mesmo rico, o espaço no parlamento não é para ele.

Nesse sentido, Machado de Assis, à proporção que problematiza a crise imperial por meio do ex-professor, a ironiza. Desse modo, relativizam-se com humor e acidez os elementos constitutivos da política nacional. Por isso, “o argumento histórico-político, em vez de assunto periférico, ocuparia posição central em *Quincas Borba*, a ponto de conformar a psicologia do personagem principal” (BARBIERI, 2003, p. 26). Assim, uma maneira de articular tal ênfase seria por meio da loucura. Ao realizar uma leitura desse momento político, sugere-se uma reflexão sobre “uma constrangida mistura de monarquia e democracia” (GLEDSON, 1986, p. 95). Essa mistura por si só já é problemática na definição dos termos, uma mescla, uma espécie de surto esquizofrênico às avessas, que ironicamente é posta por Machado de Assis na loucura de Rubião.

É por isso que percebo a loucura como uma mediação reflexiva sobre o país. Ela funciona como metáfora de uma situação social entranhada nas instituições políticas e econômicas brasileiras.

A política é um segmento social e, assim, passível de ser analisada sob a ótica da literatura. Desse modo, a construção de um personagem louco que apresenta nexos com esse campo, e sobretudo, pensa, no auge da crise mental, ser um imperador, é no mínimo um ato de resistência do autor, a fim de discutir, por meio do texto literário, a delicada situação da política nacional.

3.2 O fracasso sob a luz do interesse: o caso João de Souza Camacho

Se há um personagem que exemplifica a política em *Quincas Borba*, este é representado por João de Souza Camacho. Segundo Antenor Nascentes, o nome João indica “agraciado por Deus”, aquele que “Deus favorece, cheio de graça divina” (NASCENTES, 1958, p. 162). Já Souza se dá como “nome de rio e de povoação de Portugal. Cortesão” (NASCENTES, 1958, p. 286). Camacho

por sua vez aponta para aquele que “provém da Andaluzia” (NASCENTES, 1958, p. 58). Ironicamente, o favorecido de graça divina e por Deus é aquele que representará o povo, o cortesão, ou seja, o mais indicado para representá-lo. No entanto a ironia machadiana faz um percurso contrário, já que o nosso personagem não tem nada de divino nem tampouco é o mais indicado para representar os anseios da sociedade.

Estamos diante de um personagem que sintetiza o campo político e seus bastidores. É a partir dele que Machado explora a crise de 1868, na medida em que a contextualiza e apresenta como os partidos do Império jogam o jogo político.

Camacho ingressa na trama após a referência à sessão tumultuada da Câmara dos Deputados em que o imperador destituía o ministério liberal de Góis e Vasconcelos, substituindo-o pelo do conservador Visconde de Itaboraí. Como foi dito anteriormente, Rubião participava desse momento no parlamento, assistindo ao tumulto que fora a sessão.

Camacho aparece no capítulo LIV na casa do ex-professor. Palha, ao vê-lo, fica preocupado e curioso a fim de saber quem era esse senhor que ali estava esperando o dono da residência. Evidentemente que a preocupação era em ter de dividir o capital de Rubião com outra pessoa. Palha tinha consciência de que existiam na Corte várias pessoas que poderiam usurpar facilmente os bens e o capital do novo capitalista da praça. O capítulo não oferece nenhuma informação sobre Camacho, somente no de número LVII teríamos a revelação de quem era esse personagem e os possíveis motivos do seu encontro com Pedro de Alvarenga.

“Camacho era homem político” (ASSIS, 1994, p. 54), assim o narrador inicia o parágrafo de apresentação desse novo integrante da trama. A crise política de 1868 é fundamental para compreendermos o motivo de sua presença em *Quincas Borba*.

Por intermédio de Camacho, Machado nos mostrará a anatomia da política como “especulação”⁵⁴. Ou seja, como os interesses individuais se sobrepujam uns aos outros e causam uma guerra no interior dos partidos e por extensão nos tentáculos do governo. Nesse sentido, cabe analisar detalhadamente os momentos cruciais em que Camacho é exposto pelo narrador. A finalidade dessa exposição a partir da pena de Machado é exemplificar e não denunciar os bastidores da política. Cabe ao leitor, portanto, uma análise mais ampla e assim refletir e conhecer como é constituído o campo político.

A apresentação desse personagem denota a ambiguidade, a falta de caráter, a volubilidade, a sordidez e o interesse. Por outro lado, é interessante observar as características inerentes à linguagem. Há um certo ornamento vocabular que nos remonta aos discursos políticos encontrados nas outras obras do autor. O narrador esbanja uma retórica revestida de adjetivos e carisma, a fim de mostrar por meio da linguagem a constituição do político e do seu discurso.

Era a política silogística, a que aludia Nabuco, em que as ideias se escondiam em figuras e tropos, cobrindo algum problema financeiro ou jurídico, problema perdido num país desconhecido ou que não levava suas aspirações aos representantes da nação. Era um estilo enfático e solene, do qual se distinguia a atividade literária corrente e a linguagem do eleitorado ativo, dos cabos eleitorais ou dos intelectuais de aldeia. O lado caricatural dos chavões e frases que afligiam os políticos, oradores e jornalistas partidários, encontra, mais de uma vez em Machado de Assis, o lúcido e divertido retratista. Camacho é bem o modelo, não obstante o desprezo que lhe devota o romancista. (FAORO, 2001, p. 182)

Os trechos que se referem a Camacho apresentam uma linguagem predominantemente adjetivada, hiperbólica, entusiasmada, revestida de emoção e retórica. Nesse sentido, vale lembrar o conto “Teoria do medalhão: diálogo”, em que o narrador ensina o filho como elaborar um discurso político:

Sentenças latinas, ditos históricos, versos célebres, brocardos jurídicos, máximas, é de bom aviso trazê-los contigo para os discursos de sobremesa, de felicitação, ou de agradecimento. *Caveant, consules* é um excelente fecho de artigo político; o mesmo direi do *Si vis pacem para bellum*. Alguns costumam renovar o sabor de uma citação intercalando-a numa frase nova, original e bela, mas não te aconselho esse artifício; seria desnaturar-lhe as graças vetustas. Melhor do que

⁵⁴ Reitero a definição da política como “especulação”, diferente da de “vocação” exposta por meio da fala de Luís de Melo, na comédia *Desencantos*.

tudo isso, porém, que afinal não passa de mero adorno, são as frases feitas, as locuções convencionais, as fórmulas consagradas pelos anos, incrustadas na memória individual e pública. Essas fórmulas têm a vantagem de não obrigar os outros a um esforço inútil. [...] De resto, o mesmo ofício te irá ensinando os elementos dessa arte difícil de pensar o pensado. (ASSIS, 1994, p. 34)

Ao cotejar as características do discurso do narrador acerca de Camacho com as lições da “Teoria do medalhão”, percebe-se que estamos diante do mesmo fundamento. De certo modo, esse tipo de argumento está submerso nas histórias que envolvem a temática política em Machado de Assis. No caso de *Quincas Borba*, a linguagem define esse personagem. Vejamos um exemplo retirado de *o Atalaia*:

“Os partidos devem ser unidos e disciplinados. Há quem pretenda (*mirabile dictu!*⁵⁵) que essa disciplina e união não podem ir ao ponto de rejeitar os benefícios que caem das mãos dos adversários. *Risum teneatis!*⁵⁶ Quem pode proferir tal blasfêmia sem que lhe tremam as carnes? Mas suponhamos que assim seja, que a oposição possa, uma ou outra vez, fechar os olhos aos desmandos do governo, à postergação das leis, aos excessos da autoridade, à perversidade e aos sofismas. *Quid inde?*⁵⁷ Tais casos, — aliás raros, — só podiam ser admitidos quando favorecessem os elementos bons, não os maus. Cada partido tem os seus díscolos e sicofantas. É interesse dos nossos adversários ver-nos afrouxar, a troco da animação dada à parte corrupta do partido. Esta é a verdade; negá-lo é provocar-nos à guerra intestina, isto é, à dilaceração da alma nacional... Mas, não, as idéias não morrem; elas são o lábaro da justiça. Os vendilhões serão expulsos do templo; ficarão os crentes e os puros, os que põem acima dos interesses mesquinhos, locais e passageiros a vitória indefectível dos princípios. Tudo que não for isto ter-nos-á contra si. *Alea jacta est.*⁵⁸” (ASSIS, 1994, p. 105)

A linguagem se transmuta no discurso político a fim materializar as características de Camacho. Uma outra peculiaridade é o fato da existência da “metafísica política”, também exposta em “Teoria do Medalhão”. Ela caracteriza o malabarismo de não dizer nada.

Quanto à matéria dos discursos, tens à escolha: — ou os negócios miúdos, ou a metafísica política, mas prefere a metafísica. Os negócios miúdos, força é confessá-lo, não desdizem daquela chateza de bom-tom, própria de um medalhão acabado; mas, se puderes, adota a

⁵⁵ Coisa admirável de se dizer!

⁵⁶ Contereis o riso! Expressão do poeta romano Horácio (65-8 a.C.) que no original é interrogativa (arte poética, verso 5) (CARLETTI, 1994, p. 105).

⁵⁷ E daí?

⁵⁸ A sorte está lançada. Expressão atribuída ao estadista e general romano Júlio César (101-44 a. C.) ao retornar a Roma, de onde fora exilado. Costuma ser empregada ao se tomar uma decisão grave, depois de muita hesitação (CARLETTI, 1994, p. 105).

metafísica; — é mais fácil e mais atraente [...] Um discurso de metafísica política apaixona naturalmente os partidos e o público, chama os apartes e as respostas. E depois não obriga a pensar e descobrir. Nesse ramo dos conhecimentos humanos tudo está achado, formulado, rotulado, encaixotado; é só prover os alforjes da memória. Em todo caso, não transcendas nunca os limites de uma invejável vulgaridade. (ASSIS, 1994, p. 36)

A verve linguística vai sendo acoplada ao personagem. Para isso, a fim de compreender o perfil de Camacho, é necessário dissecá-lo:

Camacho era homem político. Formado em direito em 1844, pela Faculdade do Recife, voltara para a província natal, onde começou a advogar; mas a advocacia era um pretexto. Já na academia, escrevera um jornal político, sem partido definido, mas com muitas ideias colhidas aqui e ali, e expostas em estilo meio magro e meio inchado. Pessoa que recolheu esses primeiros frutos de Camacho fez um índice dos seus princípios e aspirações: — ordem pela liberdade, liberdade pela ordem; — a autoridade não pode abusar da lei, sem esbofetear-se a si própria; — a vida dos princípios é a necessidade moral das nações novas como das nações velhas; — dai-me boa política, dar-vos-ei boas finanças (Barão Louis); — mergulhemos no Jordão constitucional; — dai passagem aos valentes, homens do poder; eles serão os vossos sustentáculos, etc., etc. (ASSIS, 1994, p. 54-55)

Assim, temos a sua construção gradual na política, as técnicas da persuasão, a volubilidade, desde a elaboração de um jornaleco até a formação da linguagem emotiva e adjetivada, tudo em prol da abstração dos “princípios” como indicado anteriormente na “metafísica política”, o narrador assim a descreve:

Na província natal, essa ordem de ideias teve de ceder a outras; e o mesmo se pode dizer do estilo. Fundou ali um jornal; mas, sendo a política local menos abstrata, Camacho aparou as asas e desceu às nomeações de delegados, às obras provinciais, às gratificações, à luta com a folha adversa, e aos nomes próprios e impróprios. A adjetivação exigiu grande apuro. Nefasto, esbanjador, vergonhoso, perverso, foram os termos obrigados, enquanto atacou o governo; mas, logo que, por uma mudança de presidente, passou a defendê-lo, as qualificações mudaram também: enérgico, ilustrado, justiceiro, fiel aos princípios, verdadeira glória da administração, etc., etc. Esse tiroteio durou três anos. No fim deles, a paixão política dominava a alma do jovem bacharel. (ASSIS, 1994, p. 55)

Logo em seguida, o narrador nos expõe o momento em que Camacho fora deputado na década de 1850:

Membro da assembleia provincial, logo depois da Câmara dos Deputados, presidente de uma província de segunda ordem, onde, por natural mudança do destino, leu nas folhas da oposição todos os nomes que escrevera outrora, nefasto, esbanjador, vergonhoso,

perverso, Camacho teve dias grandes e pequenos, andou fora e dentro da Câmara, orou, escreveu, lutou constantemente. Acabou por vir morar na capital do Império. Deputado da conciliação dos partidos, viu governar o Marquês de Paraná, e instou por algumas nomeações, em que foi atendido; mas, se é certo que o marquês lhe pedia conselhos, e usava confiar-lhe os planos que trazia, ninguém podia afirmá-lo, porque ele, em se tratando da própria consideração, mentia sem dificuldade. (ASSIS, 1994, p. 55)

Como deputado, temos uma referência bastante peculiar para a discussão acerca deste político, ou seja, ele “viu governar o Marquês de Paraná⁵⁹, e instou por algumas nomeações, em que foi atendido”. Parece-me que durante o período do Gabinete da Conciliação, Camacho tivera muitas influências junto ao Marquês de Paraná, pois é informado a Rubião que o próprio Honório Hermeto Carneiro lhe pedia conselhos, o que lhe conferia uma amizade com o ministro “[...] é o grande marquês, meu particular amigo. Tentou conciliar os partidos, e foi por isso que me achei com ele” (ASSIS, 1994, p. 60). Por outro lado, há uma ambiguidade nessa afirmação porque o narrador direciona para a dúvida ao oferecer o argumento de que João de Souza Camacho “mentia sem dificuldade”.

Em seguida, o narrador apresenta o interesse dos personagens machadianos que estão no entorno do campo político: o desejo de ser ministro. Camacho fez o que fora possível para conseguir tal posição e não conseguiu.

O que se pode crer é que queria ser ministro, e trabalhou por obtê-lo. Agregou-se a vários grupos, segundo lhe parecia acertado; na Câmara discorria largamente sobre matérias de administração, acumulava algarismos, artigos de legislação, pedaços de relatório, trechos de autores franceses, embora mal traduzidos. Mas, entre a espiga e a mão, está o muro de que fala o poeta; e por mais que o nosso homem estendesse a mão do seu desejo para colhê-la, a espiga lá ficava do lado oposto, donde a arrancavam outras mãos, mais ou menos sôfregas, ou até descuidadas. (ASSIS, 1994, p. 55)

O narrador afirma ironicamente que, por mais que tentasse ser ministro, o caminho mais difícil ficava. A metáfora da espiga ao alcance das mãos sempre mudava de lugar, às vezes ficando do lado oposto, o que aponta a dificuldade de se chegar a ela, mesmo se esforçando para alcançá-la e por ventura

⁵⁹ Ver nota 3.

consegui-la. Por que Camacho não conseguiu alcançar o tão sonhado ministério? De acordo com Raymundo Faoro,

Machado de Assis, preocupado em estilizar a sociedade sem a fidelidade histórica, põe a nu o fenômeno da influência política. Não se poupa a insinuar o estreito gargalo que isso significava, elegendo alguns e repelindo a maioria. Mostra a relação de família, que acabava participando do mecanismo, desvirtuando-o hereditariamente, com a nota de rigidez. Revela, na captação da influência pelo homem pobre e talentoso, as despesas de subserviência, necessárias a lisonjear um chefe. Apresenta, com desencanto, o poder do dinheiro, no fim do Império, para a conquista de uma cadeira, cada vez mais acessível aos homens abastados. [...] Amparado na influência, o político começa a sua carreira. O termo é conhecido e certo: o ministério. (FAORO, 2001, p. 120-121)

Desse modo, percebe-se que a influência política em alguns casos não é um fator decisivo para se chegar ao ministério. Camacho jogou o jogo de todas as maneiras, mas foi derrotado no próprio campo de atuação. Todas as suas tentativas foram em vão, e isso reflete a condição presente, e sem nenhum destaque na política na década de 1860, pois

Ninguém que organizasse um gabinete se atrevia, ainda que o desejasse, a dar-lhe uma pasta. Camacho ia-se sentindo cair; para simular influência, tratava familiarmente os poderosos do dia, contava em voz alta as visitas aos ministros e a outras dignidades do Estado. (ASSIS, 1994, p. 55)

“Camacho ia-se sentindo cair”, essa expressão corrobora o seu fracasso. Todos o abandonaram, percebe-se que o ex-deputado tenta simular influências bajulando “os poderosos do dia” e outras “dignidades do Estado”, além de “contar visitas aos ministros”. No entanto, nenhuma oportunidade de fazer parte do governo era materializada. Camacho ia encontrando as suas ruínas no próprio campo de atuação. Segundo John Gledson,

Camacho é um retrato satírico da política tal como existia antes da crise, e acompanhamos o seu fracasso na tentativa de se justificar às novas regras que agora começam a ser postas em prática, quando eventos, como a Guerra do Paraguai (usada por ele como instrumento na sua busca pela reconquista do poder, e não como questão importante em si), ou assuntos como a escravidão, começam a fazer os partidos se movimentarem em direções que ele não pode prever nem manobrar. (GLEDSON, 1986, p. 87)

Assim, Camacho não fazia mais parte do núcleo político. Este trecho é muito sintomático já que aponta o seu fracasso político no momento atual, além de descrever a sua relação com a leitura e o conhecimento que praticamente inexistia⁶⁰:

Não lhe faltava que comer. A família era pequena; mulher, uma filha, que ia nos dezoito anos, um afilhado de nove, e para isso dava a advocacia. Mas trazia a política no sangue; não lia, não cuidava em outra coisa. De literatura, ciências naturais, história, filosofia, artes, não se preocupava absolutamente nada. Também não conhecia grandes coisas de direito; guardava algum do que lhe dera a academia, mais a legislação posterior e práticas forenses. Com isso ia arrazoando e ganhando. (ASSIS, 1994, p. 56)

Por outro lado, temos a participação de Rubião nesse contexto, pois o ex-deputado se valerá do capital do ex-professor para alavancar o jornal político *Atalaia*⁶¹ (que também fracassará), no qual disseminará suas ideias acerca da situação momentânea da crise, além de divulgar os feitos de Pedro de Alvarenga, sobretudo no que concerne ao episódio de Deolindo:

De manhã, na cama, teve um sobressalto. O primeiro jornal que abriu foi a *Atalaia*. Leu o artigo editorial, uma correspondência, e algumas notícias. De repente, deu com o seu nome.

— Que é isto?

Era o seu próprio nome impresso, rutilante, multiplicado, nada menos que uma notícia do caso da Rua da Ajuda. Depois do sobressalto, aborrecimento. Que diacho de ideia aquela de imprimir um fato particular, contado em confiança? Não quis ler nada; desde que percebeu o que era, deitou a folha ao chão, e pegou em outra. Infelizmente, perdera a serenidade, lia por alto, pulava algumas linhas, não entendia outras, ou dava por si no fim de uma coluna sem saber como viera escorregando até ali.

Ao levantar-se, sentou-se na poltrona, ao pé da cama, e pegou da *Atalaia*. Lançou os olhos pela notícia: era mais de uma coluna. Coluna e tanto para coisa tão diminuta! pensou consigo. E a fim de ver como é que Camacho enchera o papel, leu tudo, um pouco às pressas, vexado dos adjetivos e da descrição dramática do caso.

— Foi bem feito! disse em voz alta. Quem me mandou ser linguarudo?

⁶⁰ Machado observa como Camacho é raso em termos de leitura tanto da área do Direito como de Literatura, Ciências Naturais, História, Filosofia, Artes. Consequentemente, se traçarmos um paralelo com o Brasil contemporâneo, cada vez mais os deputados brasileiros, tanto da esfera Federal como da Estadual, são carentes desse tipo de leitura. Isso acarreta em discussões pautadas no senso comum. O pensar a sociedade de forma crítica é deixado de lado, sendo, portanto, substituído pelo obscurantismo e pelo oportunismo de cada membro do parlamento.

⁶¹ Segundo o dicionário *Houaiss eletrônico da Língua Portuguesa* a palavra “atalaia” remete àquele que vigia e observa, ou seja, uma espécie de sentinela. Desse modo, o jornal subsidiado por Rubião passaria a observar os acontecimentos políticos que estão no seu entorno, e até mesmo vigiá-lo. Um exemplo disso foi o relato enaltecido do caso da Rua da Ajuda, em que o ex-professor salva Deolindo de um atropelamento.

Passou ao banho, vestiu-se, penteou-se, sem esquecer a bisbilhotice da folha, acanhado com a publicação de um negócio, que ele reputava mínimo, e ainda mais pelo encarecimento que lhe dera o escritor, como se tratasse de dizer bem ou mal em política. Ao café, pegou novamente na folha, para ler outras coisas, nomeações do governo, um assassinato em Garanhuns, meteorologia, até que a vista desastrada foi cair na notícia, e leu-a então com pausa. Aqui confessou Rubião que bem podia crer na sinceridade do escritor. O entusiasmo da linguagem explicava-se pela impressão que lhe ficou do fato; tal foi ela que lhe não permitiu ser mais sóbrio. Naturalmente é o que foi. [...]

Rubião interrompeu as reflexões para ler ainda a notícia. Que era bem escrita, era. Trechos havia que releu com muita satisfação. O diabo do homem parecia ter assistido à cena. Que narração! que viveza de estilo! Alguns pontos estavam acrescentados, — confusão de memória, — mas o acréscimo não ficava mal. E certo orgulho que lhe notou ao repetir-lhe o nome? "O nosso amigo, o nosso distintíssimo amigo, o nosso valente amigo..." (ASSIS, 1994, p. 65)

O trecho supracitado é longo, mas fundamental para a análise. Percebe-se mais uma vez o tom entusiasmado a fim de divulgar o feito de Rubião para torná-lo conhecido e assim nas eleições angariar votos para o mesmo. Esse capítulo é uma espécie de propaganda eleitoral, uma vez que apresenta aos leitores do *Atalaia* os feitos de uma pessoa que será conduzida a ter pretensões de ser candidato a deputado. Nota-se que Machado de Assis molda o capítulo a fim de apresentar o interesse de Camacho na figura de Rubião como candidato. Há nesse fragmento uma base a ser refletida: por que a insistência em deixar o tema da política tão evidente? Aqui há a estratégia, via jornal, de tornar Rubião conhecido pelo seu ato de salvar uma criança. As estratégias discursivas para enaltecê-lo vão de uma linguagem persuasiva e entusiasmada ao acréscimo de coisas que de fato não aconteceram. Há uma intencionalidade por parte do editor em transformar a imagem e o feito de Rubião em algo extraordinário e inédito.

Um outro aspecto inerente à notícia é o de apontar o interesse de Camacho em divulgar e tornar o feito de Rubião conhecido aos leitores de uma forma geral. O advogado usa o acontecimento a fim de lucrar politicamente. Não temos no romance a descrição da notícia, tomamos ciência da mesma pelo crivo do protagonista, que a princípio não gosta e depois acaba aceitando e elogiando o autor do texto.

As informações paralelas ao episódio, como o caso das "nomeações do governo, um assassinato em Garanhuns, a meteorologia" que

atabalhoadamente fizeram com que Rubião voltasse a atenção à notícia, constituem uma referência à política na medida em que há uma preocupação em informar as “nomeações do governo”. Ironicamente as nomeações são alinhadas junto às questões de violência e condições climáticas. A sutileza em apontá-las, em paralelo a circunstâncias costumeiras da sociedade da época, reflete uma pista dos bastidores da política.

Quando Rubião enlouquece e os surtos são diários, à medida que o capital vai lhe faltando, consolida-se o fracasso de Camacho.

Este, desde algum tempo, era menos conversado. A mesma política não lhe dava matéria aos discursos de outrora. No escritório quando via Rubião assomar à porta, fazia um gesto de impaciência, que sofrea logo; o outro notava essa mudança, e perdia-se em conjeturas, se lhe escapara alguma ofensa. (ASSIS, 1994, p. 165)

Tendo fracassado na tentativa de Rubião ser deputado, Camacho passa a ignorá-lo, não lhe dando as devidas atenções. No final deste capítulo, Rubião, mesmo sem entender o que se passara com o advogado, se sente culpado pela frieza do amigo:

Vinte minutos de silêncio absoluto. No fim desse prazo, Rubião viu-o deixar a pena, retesar o busto, esticar os braços e passar as mãos pelos olhos. Disse-lhe com interesse:
 -- Cansado, não?
 Camacho fez um gesto afirmativo, e preparou para continuar, então o nosso homem levantou-se e aproveitou o intervalo para dizer adeus
 -- Voltarei, quando estiver menos atarefado.
 Estendeu-lhe a mão; Camacho segurou-lhe ao de leve, e tornou ao papel. Rubião desceu a escada, aturdido, magoado com a frieza do seu ilustre amigo. Que lhe teria feito? (ASSIS, 1994, p. 166)

Assim chegava ao fim o Dr. Camacho. Nada de que tivera a intenção de fazer foi concretizado. Os tempos de 1871 não são os mesmos da época da Conciliação. Camacho sofre essa mudança, tentou voltar ao terreno político via candidatura e eleição de Rubião, mas nada se concretizou, nem candidato o ex-professor fora. Assim, segundo Gledson,

Suas intervenções, depois da ruptura de 1889, são relativamente raras e acrescentam pouco à visão que temos dele, embora duas delas sejam importantes. Antes da ruptura e do visível início da loucura de Rubião, ele andou encorajando este último a se tornar deputado por

Minas. Depois, evidencia-se (e claro que não existe razão alguma para se supor que Machado jamais imaginasse outra coisa) que a candidatura fracassou. As razões, no entanto, são interessantes. Camacho não goza mais da confiança dos chefes de seu partido – seu jornal, o *Atalaia*, é quase forçado a parar de circular. (GLEDSON, 1986, p. 87)

Seis meses se passaram e a última participação de Camacho na trama será uma referência à lei dos ingênuos de 28 de setembro de 1871 “Camacho declarou pela sua folha que a lei dos ingênuos absolvía a esterilidade e os crimes da situação.” (ASSIS, 1994, p. 175). Logo, configura-se o término da participação desse político em *Quincas Borba* também sob o signo da derrota, assim como Rubião⁶².

3.3 A frustração de um homem: o caso Teófilo

O deputado Teófilo é diferente do ex-deputado José de Souza Camacho. O marido de D. Fernanda era um “bacharel das Alagoas, deputado agora por uma outra província, e segundo corria, prestes a ser ministro de Estado” (ASSIS, 1994, p.112). Essa informação é apresentada no capítulo CXVIII, no contexto do casamento de Maria Benedita e Carlos Maria (primo de D. Fernanda). O importante a destacar aqui é a questão de Teófilo estar “prestes a ser ministro”. Note-se que esse personagem só será analisado pelo narrador, no final do livro, em seis capítulos consecutivos, isto é, do CLXXII ao CLXXVIII, na circunstância da queda do Ministério de Itaboraí, em setembro de 1870⁶³. Até então não temos informação nenhuma sobre o seu trabalho na Câmara. Parece que a discussão em torno de Teófilo está ligada ao fato de ele estar “prestes a ser ministro”.

⁶² É importante ressaltar que o curto capítulo CXCII contextualiza a situação da corte em 1871 após seis meses. Já estamos pós Lei do Ventre Livre. O capítulo apresenta o final dos personagens. Nos informa “a morte do noivo de D. Tonica, três dias antes de se casar”; “Teófilo, que merecera do novo gabinete a mesma confiança do antigo, teve parte copiosa nos debates na sessão parlamentar”; “Sofia inaugurou os seus salões de Botafogo, com um baile, que foi o mais célebre do tempo” (ASSIS, 1994, p. 176). O próximo capítulo (CXCIII) já nos noticia que Rubião foge da clínica indo para Barbacena.

⁶³ O Ministério Itaboraí caiu em setembro de 1870 por sua posição contrária à abolição, gradual ou não, da escravidão. Foi substituído pelo gabinete chefiado por José Antônio Pimenta Bueno (183-1878), Marquês de São Vicente, um conservador comprometido com a Lei do Ventre Livre. (CARLETTI, 1994, p. 160)

Segundo Antenor Nascentes, o nome Teófilo vem do grego “*Theóphilos*, de *theós*, deus, e *philos*, amigo de Deus, o que ama a Deus, amado de Deus” (NASCENTES, 1958, p. 294). Nesse sentido, podemos deduzir que o personagem ao “estar” encaminhado a fazer parte do novo gabinete ministerial é o “amigo de Deus”. Do ponto de vista simbólico, Deus poderia ser uma menção à figura do imperador dom Pedro II uma vez que ele é o soberano e Teófilo fará parte do seu grupo ministerial. No entanto, a leitura de “amigo de Deus” configura-se de forma irônica, já que o deputado não chegará a ser ministro.

A expectativa após a queda do gabinete era enorme. O curtíssimo capítulo CLXXII já nos indica a surpresa que foi a notícia dada por Maria Benedita a Carlos Maria:

- Mas se a queda do Ministério é verdadeira, disse ela, sabe você quem está ministro?
- Quem? perguntou Carlos Maria com os olhos.
- Seu primo Teófilo. Nanã contou-me que ele andava com suas esperanças, e foi por isso que ficou este ano na Corte. Desconfiou, ou já se falava na saída do Ministério; talvez desconfiasse. Não me lembra bem o que ela me disse; mas parece que entra. (ASSIS, 1994, p. 158)

Concomitantemente, explica também o fato de o deputado ter ficado o ano de 1870 na Corte. Certamente o “amigo de Deus” tinha certeza de que o gabinete cairia e que ele seria um dos novos ministros. Carlos Maria se surpreende e exclama:

- Com quê, o Teófilo está ministro! exclamou Carlos Maria. E, depois de um instante:
- Creio que dará um bom ministro. Você queria ver-me também ministro?
- Se você gostasse, que remédio?
- De maneira que, por teu voto, não o era? perguntou Carlos Maria.
- Que hei de responder? pensou ela, escrutando o rosto do marido. Ele, rindo:
- Confessa que me adorarias, ainda que eu fosse uma simples ordenança de ministro. (ASSIS, 1994, p. 158)

O aspecto fundamental do trecho supracitado é a certeza: “Teófilo está ministro”. A impressão que se dá, é que tudo já estava organizado. Porém, uma surpresa aconteceu e o golpe foi doloroso.

A ideia de que ele seria ministro o seduziu bastante. Tanto é que não esperava o baque ao ver que o seu nome não estava na lista dos prováveis ocupantes do novo gabinete. Realmente fora uma surpresa para ele:

Teófilo mordía os beiços, puxando uma das suíças. Não ouvira nada do que a mulher dissera, nem exortações nem consolações. Ouvira as conversas da noite anterior e daquela manhã, as combinações políticas, os nomes lembrados, os recusados e os aceitos. Nenhuma combinação o incluiu, posto que ele falava com muita gente acerca do verdadeiro aspecto da situação. Era ouvido com atenção por uns, com impaciência por outros. [...] Teófilo recompunha agora a agitação de tantas horas e lugares – lembrava os que o olhavam de esguelha, os que sorriam, os que traziam a mesma cara que ele. Para o fim já não falava; as últimas esperanças estalavam-lhe nos olhos como lamparina de madrugada. Ouvira os nomes dos ministros, fora obrigado a achá-los bons; mas que força não lhe era precisa para articular alguma palavra! Receava que lhe descobrissem o abatimento ou despeito, e todos os seus esforços concluíam por acentuá-los ainda mais. Empalidecia, tremiam-lhe os dedos. (ASSIS, 1994, p. 160)

O deputado parece não compreender o que aconteceu. Tinha como certa a nomeação. A ira tomava conta do seu ser. No diálogo com a esposa observa-se a raiva sentida por ele:

— Anda, vamos jantar, repetiu D. Fernanda.

Teófilo deu um golpe no joelho, com a mão aberta, e levantou-se, dizendo palavras soltas e raivosas, andando de um lado para outro, batendo o pé, ameaçando. D. Fernanda não pôde vencer a violência daquele novo acesso, esperou que fosse curto, e foi curto; Teófilo chegou-se a uma poltrona, sacudiu a cabeça e caiu outra vez prostrado. D. Fernanda pegou de uma cadeira e sentou-se ao pé dele.

— Tens razão, Teófilo; mas é preciso ser homem. És moço e forte, tens ainda futuro, e talvez grande futuro. Quem sabe se, entrando agora no Ministério, não perderias mais tarde? Entrarás em outro. Às vezes, o que parece desgraça é felicidade.

Teófilo apertou-lhe a mão agradecido.

— **É perfidia, é intriga, murmurava ele, olhando para ela; eu conheço toda essa canalha. Se eu contasse a você tudo, tudo... Mas para quê? Prefiro esquecer...**⁶⁴ Não é por causa de uma miserável pasta que estou aborrecido, continuou ele depois de alguns instantes. Pastas não valem nada. Quem sabe trabalhar e tem talento pode zombar das pastas, e mostrar que é superior a elas. A maior parte dessa gente, Nana, não me chega aos calcanhares. Disso estou certo e eles também. Súcia de intrigantes! Onde acharão mais sinceridade, mais fidelidade, mais ardor para a luta? Quem trabalhou mais na imprensa, no tempo do ostracismo? Desculpam-se; dizem que

⁶⁴ Grifo meu. As críticas de Teófilo vão ao encontro das mesmas questões denunciadas por Camacho, pelo personagem demitido no velório de Freitas acerca dos bastidores da política. Teófilo evidentemente é diferente de Camacho, mas está no mesmo jogo que o ex-deputado. O interessante a se refletir é que ambos sabem as mazelas do campo político e quando criticam é porque as jogadas não lhes são favoráveis.

os gabinetes já vêm organizados de São Cristóvão... Ah! eu quisera falar ao imperador!

— Teófilo!

— Eu diria ao imperador: "Senhor, Vossa Majestade não sabe o que é essa política de corredores, esses arranjos de camarilha. Vossa Majestade quer que os melhores trabalhem nos seus conselhos, mas os medíocres é que se arranjam... O merecimento fica para o lado." É o que lhe hei de dizer um dia; pode ser até que amanhã... (ASSIS, 1994, p. 160-161)

As críticas de Teófilo são relacionadas ao fato de ele trabalhar sério no campo político, e não ter seu trabalho como elemento diferencial para a escolha do ministério. Ou seja, estamos diante da questão do merecimento⁶⁵. Mesmo qualificado e esforçado, ele não foi escolhido para ser ministro. Decerto, o fato de trabalhar, ou não, não é um aspecto determinante para exercer um determinado cargo no tecido parlamentar. As influências e o capital político de cada membro contam muito para tal exercício. Desse modo, a raiva de Teófilo é simbolizada mais pela frustração do que pelo próprio ato de denunciar. Ao dizer que "Os gabinetes já vêm formados de São Cristóvão" e que "Vossa Majestade não sabe o que é essa política de corredores, esses arranjos de camarilha. Vossa Majestade quer que os melhores trabalhem nos seus conselhos, mas os medíocres é que se arranjam... O merecimento fica para o lado." mostra-se a indignação do sujeito diante de um ambiente contaminado pelas influências. Mesmo diante de tal denúncia, ao citar o monarca, não acredito que dom Pedro II não compreendia as articulações. É óbvio que ele sabia como as nomeações eram articuladas, sobretudo, ele as legitimava fazendo parte desse esquema apontado por Teófilo.

Analisar a índole do deputado é impreciso porque não temos muitas referências. Sabemos que ele é um homem fechado e sério, de pouca conversa, leitor comprometido com a vida política e com o seu compromisso enquanto parlamentar. Não me arrisco a dizer que Teófilo encara a política como vocação⁶⁶, porque, mesmo estando preparado para a mesma e acima de tudo trabalhe dedicadamente, falta-lhe um elemento fundamental: empatia. Um exemplo disso é quando D. Fernanda pediu para que o marido entrasse em contato com a polícia acerca da fuga de Rubião da clínica:

⁶⁵ Já observamos que a sociedade não valoriza muito o merecimento, daí o Realismo de Machado demonstrar o desprezo pelo mesmo.

⁶⁶ Refiro-me à fala de Luís de Melo em relação à política, na comédia *Desencantos*.

D. Fernanda ficou consternada; alcançou do marido que escrevesse ao chefe de polícia e ao ministro da Justiça, pedindo-lhes que ordenassem as mais severas pesquisas. Teófilo não tinha o menor interesse no achado nem na cura de Rubião; mas quis servir a mulher, cuja bondade conhecia, e, porventura, gostava de cartear-se com os homens da alta administração. (ASSIS, 1994, p. 176)

Teófilo não fez a ação porque se solidarizou com Rubião, mas por causa da mulher, “cuja bondade conhecia” e fundamentalmente para dispor de um assunto a fim de escrever para “os homens da alta administração”. De certa maneira, o deputado só pensa nele e no seu objetivo maior (ser ministro) e acatou o pedido de D. Fernanda por interesse próprio.

De acordo com Raymundo Faoro, um homem entra na política a fim de um dia chegar a ser ministro. Segundo o jurista, o árduo trabalho para chegar ao ministério e ocupar um gabinete ministerial é inútil, pois os personagens políticos de Machado não receberão este troféu. Para o crítico,

O mundo desmorona diante da cadeira ministerial, não ocupada por Teófilos, Broteros, Lobo Neves e Camachos. Haverá é certo, nessas frustrações, mais que um encoberto castigo à ambição. Observamos que a mesma sanção não atinge os enriquecidos, os homens que se elevaram acima do seu meio por força do dinheiro amealhado ou ganho finamente com tramadas. A desilusão é especificamente política: o ministério está fora do alcance dos políticos da obra de ficção de Machado de Assis, da mesma forma que nenhum dos seus personagens se eleva acima do baronato. (FAORO, 2001, p. 129)

No entanto, cabe uma observação mais particular. Ele é diferente de Camacho em alguns quesitos, principalmente no que concerne ao trabalho propriamente dito. A vida do marido de D. Fernanda é sintetizada na política.

Tudo ali respirava atenção, cuidado, trabalho assíduo, meticoloso e útil. Da parede, em ganchos, pendiam os jornais da semana, que eram depois tirados, guardados e finalmente encadernados semestralmente, para consultas. Os discursos do deputado, impressos e brochados in-quarto enfileiravam-se em uma estante. Nenhum outro busto, adereço, nada para recrear, nada para admirar; -- tudo seco, exato, administrativo.

-- De que vale tudo isto? – perguntou Teófilo à mulher, após alguns instantes de contemplação triste. – Horas cansadas, longas horas da noite até madrugada, às vezes... Não se dirá que este gabinete é de homem vadio; aqui trabalha-se. Você é testemunha que eu trabalho. Tudo para quê? (ASSIS, 1994, p. 161)

A maior insatisfação está no fato de ele ter se preparado para ser ministro e não conseguir alcançar essa meta. Ou seja, após chegar ao posto de deputado, Teófilo fez de tudo para alcançar o ministério, afinal ele “estava prestes a ser ministro”. O deputado e D. Fernanda se empenharam nesta empreitada, desde quando chegaram à trama no contexto do casamento de Carlos Maria e Maria Benedita e da Comissão de Alagoas. Se, por um lado, Teófilo é um homem sisudo e fechado, D. Fernanda articula politicamente a vida do marido.

— De que vale tudo isto? perguntou Teófilo à mulher, após alguns instantes de contemplação triste. Horas cansadas, longas horas da noite até madrugada, às vezes... Não se dirá que este gabinete é de homem vadio; aqui trabalha-se. Você é testemunha que eu trabalho. Tudo para quê?

— Consola-te trabalhando, murmurou ela.

Ele, acerbo:

— Ruim consolação! Não, não, acabo com isto, passo a ignorar tudo. Olha, na Câmara, todos me consultam, até os ministros — porque sabem que eu aplico-me deveras às coisas da administração. Que prêmio? Vir para cá, em maio, aplaudir os novos senhores?

— Pois não aplaudas nada, disse-lhe mansamente a mulher. Queres fazer-me um obséquio? Vamos à Europa, em março ou abril, e voltamos daqui a um ano. Pede licença à Câmara, donde quer que estejamos, — de Varsóvia, por exemplo; tenho muita vontade de ir a Varsóvia, continuou sorrindo e fechando-lhe graciosamente a cara entre as mãos. Diga que sim; responda que é para eu escrever hoje mesmo para o Rio Grande, o vapor sai amanhã. Está dito; vamos a Varsóvia? (ASSIS, 1994, p. 162)

A casamenteira e articuladora política de Teófilo pensa em tirar o deputado do foco de intrigas junto ao governo e busca acalmá-lo fazendo uma viagem. D. Fernanda sabe que o marido, embora não tivesse sido escolhido para a cadeira ministerial, deveria continuar engajado nesta luta até que surgisse uma nova possibilidade de ser nomeado como ministro em outro gabinete. Tanto a esposa como o deputado sabiam que os gabinetes eram efêmeros, logo, era necessário continuar jogando a fim de conseguir atingir esta meta de vida.

A crise existencial que se abateu sobre Teófilo é resultado da consciência do merecimento. No entanto, Machado, a partir do caso do deputado, oferece uma discussão acerca da falsa virtude do trabalho no campo político. Não adianta somente o labor para alcançar uma carreira de status dentro do universo da

vida ministerial. O problema está na maneira como o marido de D. Fernanda joga o jogo político, ou seja, o de focar na virtude profissional. Todavia, os cargos de gabinete são muitas vezes escolhidos por meio de conchavos feitos sob o prisma da influência daqueles que estão mais próximos do imperador.

Mesmo assim, nada está perdido. Como disse, os gabinetes são efêmeros. Resta a esperança de que no próximo momento ministerial ele possa ser ministro. A dor da perda de alguma coisa que era tida como óbvia alcança um momento de reflexão por parte do político:

E um sentimento vago de esperança restituía à voz do deputado a brandura que perdera naquela grande crise moral. Os papéis sopravam-lhe ânimo. Toda aquela massa de estudos aparecia-lhe como a terra adubada e semeada aos olhos do lavrador. Não tardaria a grelar; o trabalho teria a recompensa; um dia, mais tarde ou mais cedo, o grelo brotaria e a árvore daria frutos. Era justamente o que a mulher havia dito por outras palavras diretas e próprias; mas só agora é que ele via a possibilidade da colheita. Lembrou-se das explosões de cólera, de indignação, de desespero, das queixas de há pouco, ficou vexado. Quis rir, fê-lo mal. Ao jantar e ao café entreteve-se com os filhos, que naquela noite recolheram-se mais tarde. Nuno, que já andava no colégio, onde ouvira falar da mudança de gabinete, disse ao pai que queria ser ministro. Teófilo ficou sério. (ASSIS, 1994, p. 162)

A resposta a Nuno foi séria e desalentadora, porque reflete de forma consciente a impossibilidade de, mesmo trabalhando para tal finalidade, alcançar o troféu da vida política. Certamente, Teófilo não quer que o filho passe pelas mesmas tribulações e, acima de tudo, que o garoto não tenha frustrações esperando uma coisa que não depende unicamente dele, pois, como foi dito anteriormente, não é o mérito e a excelência que fazem alguém um Ministro de Estado.

— Meu filho, disse ele, escolhe outra coisa, menos ministro.
 — Diz que é bonito, papai; diz que anda de carro com soldado atrás.
 — Pois eu te dou um carro.
 — Papai já foi ministro?
 Teófilo tentou sorrir e olhou para a mulher, que aproveitou a ocasião para mandar deitar os filhos.
 — Já, já fui ministro, respondeu o pai beijando a testa ao Nuno; mas não quero mais, é muito feio, dá trabalho. Tu hás de ser capelão.
 — Que é capelão?
 — Capelão é cama, respondeu D. Fernanda; vai dormir, Nuno. (ASSIS, 1994, p. 163)

Percebe-se que Teófilo prefere mentir a ter que revelar o seu fracasso. É melhor que Nuno seja capelão a ingressar num campo tão complexo quanto o da política, onde a virtude do mérito, do merecimento não são levados em consideração na escolha das cadeiras ministeriais.

A dor do fracasso permanece em Teófilo. Entretanto, no dia seguinte este recebera uma carta do Presidente do Conselho⁶⁷ e a chama da esperança fora reacendida. Era um pedido para uma conversa. O assunto não fora revelado na carta. D. Fernanda orienta o marido a ir à reunião a fim de ouvir o que tinha a lhe dizer o Primeiro-Ministro.

É nesse contexto que percebemos a aflição da esposa ao esperar os desdobramentos da reunião. A participação de D. Fernanda na construção da vida parlamentar do “amigo de Deus” é de fundamental importância. Embora a análise seja em torno do deputado, não podemos ausentar a principal articuladora do marido: D. Fernanda.

A impressão que temos é de que ela atua subterraneamente no trabalho do esposo enquanto político. É ela que articula e pensa os feitos do marido para alcançar os troféus, dentre os quais o maior deles é a carreira ministerial. Se Teófilo fracassou, significa que as estratégias da casamenteira também foram frustradas. Por isso, o narrador nos mostra o quão ansiosa ela ficou, ao esperar os desdobramentos do assunto da conversa entre o marido e o Presidente do Conselho. Logo em seguida, o diálogo entre ambos acerca da nova oportunidade marca a recuperação da esperança do casal em relação ao ministério:

D. Fernanda esperou, cheia de ânsias, como se o Ministério fosse para ela, e lhe viesse dar qualquer gosto, que não fosse amargo e complicado. Uma vez, porém, que satisfizesse o marido, tudo iria pelo melhor. Teófilo tornou às cinco horas e meia. Pelo aspecto reconheceu que vinha satisfeito. Correu a apertar-lhe as mãos.

— Que há?

— Pobre Nanã! Aí vamos com a trouxa às costas. O marquês pediu-me instantemente que aceitasse uma presidência de primeira ordem. Não podendo meter-me no gabinete, onde tinha lugar marcado, desejava, queria e pedia que eu partilhasse a responsabilidade política e administrativa do governo, assumindo uma presidência. Não podia, em

⁶⁷ O Presidente do Conselho de Ministros (Cargo criado em 1847) seria uma espécie de Primeiro-Ministro nos atuais sistemas parlamentares.

nenhum caso, dispensar o meu prestígio (são palavras dele), e espera que na Câmara assumo o lugar de chefe da maioria. Que dizes?

— Que arranemos a trouxa, respondeu D. Fernanda.

— Achas que podia recusar?

— Não.

— Não podia. Você sabe, não se podem negar serviços destes a um governo amigo; ou então deixa-se a política. Tratou-me muito bem o marquês; eu já sabia que era homem superior; mas que risonho e afável! não imaginas. Quer também que compareça a uma reunião, os ministros e alguns amigos, poucos, meia dúzia. Confiou-me já o programa do gabinete, em reserva...

— Quando saímos?

— Não sei; hei de estar com ele amanhã, à noite. A reunião é amanhã às oito horas... Mas não te parece que fiz bem, aceitando?

— Decerto.

— Sim; se recusasse censurar-me-iam, e com razão. Em política, a primeira coisa que se perde é a liberdade. Agora você é que, se quisesse, podia ficar; daqui a cinco meses, — ou quatro, — abrem-se as Câmaras; mal terei tempo de chegar e olhar. (ASSIS, 1994, p. 166)

O que pode ser compreendido do capítulo acima é a participação literal de D. Fernanda na decisão do marido. É ela quem decide e sofre angustiada pelo conteúdo da conversa do esposo com o representante do governo.

É importante ressaltar a maneira que D. Fernanda (Cap. CXVIII) e Teófilo (CXIX⁶⁸) iniciam suas participações na trama. O contexto a ser lembrado é o da Comissão das Alagoas⁶⁹, em que a gaúcha conhece Sofia. Nesse sentido, da mesma forma que a casamenteira acatou que Carlos Maria se casasse com Maria Benedita (filha de uma fazendeira falida) e desbancasse Sonora⁷⁰ (filha

⁶⁸ Embora no capítulo anterior (CXVIII) temos uma referência a ele como deputado: “Sobreveio a epidemia das Alagoas. Sofia organizou a comissão, que trouxe novas relações à família Palha. Incluída entre as senhoras que formavam uma das subcomissões, Maria Benedita trabalhou com todas, mas granjeou em especial a estima de uma delas, D. Fernanda, esposa de um deputado.” (ASSIS, 1994, p. 112)

⁶⁹ Nada me tira da cabeça o aspecto político de tal Comissão, visto que Teófilo era presidente da província de Alagoas. Maria Benedita não foi a única que, diante da epidemia de febre amarela, lucrou ao conhecer um homem rico, mas o próprio deputado também tivera sua glória política, uma vez que a mulher era uma das voluntárias das subcomissões.

⁷⁰ Uma análise acerca de Sonora é oferecida por John Gledson. Eis uma parte da mesma: “Como, então voltando ao romance, vamos explicar a referência a Sonora, em termos do significado de Quincas Borba? É, pelo que parece, uma ilustração da maneira como as províncias do Rio, Minas e São Paulo fossem os verdadeiros centros do poder, elas (especialmente a corte em si) mantinham a sua hegemonia formando alianças (muitas vezes matrimoniais) com as oligarquias locais. O que, poderíamos contrapor, ganha Machado colocando Sonora aqui – esse aspecto não está bem apresentado, igualmente, no caso de Maria Benedita? Não exatamente, porque Sonora não é a filha de uma fazendeira viúva e sem tostão, mas de um “rico estancieiro” – em conjunto, “uma guasca de primeira ordem”.

O que é mais importante, o paralelo é outra demonstração da percepção de Machado quanto ao problema da unidade nacional. Os perigos do federalismo e, em última instância, do desmembramento. [...] Percebe-se que o fato de Carlos Maria rejeitar Sonora tem seu próprio significado alegórico: virando as costas e partindo para um casamento narcisista com Maria

de um rico estancieiro de Pelotas), indica também que ela atua sofisticadamente nas entranhas do jogo político, ao estabelecer o privilégio de Carlos Maria na escolha de Maria Benedita para concentrar as forças políticas de Teófilo na Corte e não em uma província.

Se analisarmos tal situação, a partir da abordagem de Gledson, há um princípio de interesse político submerso nesta decisão: -- “Seja qual for o mistério” – pensou um dia D. Fernanda --, “acho que o melhor é casá-la com Carlos Maria; a Sonora que espere.” (ASSIS, 1994, p. 114). No entanto, diferente da análise do crítico inglês, o fato de D. Fernanda nada fazer a fim de tentar casar Carlos Maria com Sonora e, de certa maneira, aceitar e arrematar ironicamente a situação pensando “A Sonora que espere.” converge para potencializar todas as forças na Corte a fim de subsidiar a preparação do deputado Teófilo para a cadeira ministerial, pois lá ele será mais forte politicamente. Tanto é que eles passam a morar no Rio de Janeiro.

Percebe-se, assim, que D. Fernanda é uma espécie de mediação no caminho político de Teófilo, da mesma forma que a loucura é uma mediação entre a megalomania e a decadência de Rubião. Por mais que o marido se frustre pelo fato de o merecimento não fazer jus à escolha de ministros, para ela, participar do jogo político é fundamental. Desse modo, o capítulo CLXXVIII apresenta a certeza e o otimismo da gaúcha nos bastidores da viagem do deputado para presidir uma província. Outrossim, percebemos como Teófilo observa o seu local de trabalho num sentimento norteado entre o fracasso e a esperança, enquanto a mulher “não viveu ali mais que os dez minutos de despedida” além de se sentir “venturosa” por uma nova oportunidade alcançada na vida do deputado.

D. Fernanda anuiu à proposta; não interrompia a educação do filho; era uma separação de quatro meses. Teófilo partiu daí a dias. Na manhã do dia do embarque, logo cedo, foi despedir-se do gabinete de trabalho. Deitou os últimos olhos aos livros, relatórios, orçamentos, manuscritos, a toda essa parte da família, que só tinha língua e interesse para ele. Havia atado os papéis e os folhetos para que se não extrviassem, e fez à mulher grandes recomendações. Parado no

Benedita, ele é um exemplo de uma corte cada vez mais – e perigosamente – isolada.” (GLEDSON, 1986, p. 99).

centro, circulou a vista pelas estantes, e dispersou a alma por todas elas.

Despedia-se assim dos seus santos e amigos, com verdadeiras saudades. D. Fernanda, que estava ao pé dele, não viveu ali mais que os dez minutos da despedida. Teófilo viveu muitos anos.

— Deixa estar, eu cuidarei deles, eu mesma os espanarei todos os dias.

Teófilo deu-lhe um beijo... Outra mulher recebê-lo-ia triste, por ver que ele amava tanto os livros que parecia amá-los mais que a ela. Mas D. Fernanda sentiu-se venturosa. (ASSIS, 1994, p. 164-165)

A conclusão da cena é reveladora. Ao ser beijada pelo esposo, ao contrário de outras mulheres, que porventura poderiam se sentir menos valorizadas em relação ao amor que o marido sentia pelos livros, ela se sente venturosa. Essa sensação de D. Fernanda demonstra a coragem e a certeza de uma mulher que é peça fundamental para o sucesso político do marido.

Uma nova oportunidade surgiu e é preciso abraçá-la, afinal “vida é luta” (ASSIS, 1994, p. 131). Essa era a fala de Quincas Borba, nas *Memórias póstumas*, ao explicar a vida a Brás Cubas, em um contexto político. O filósofo ainda orienta o defunto autor a fundar um jornal a fim de desmanchar “toda esta igreja”⁷¹ presente nos bastidores da política:

Funda um jornal, disse-me ele e, “desmancha toda esta igreja”.

-- Magnífica ideia! Vou fundar um jornal, vou escachá-los, vou...

-- Lutar. Podes escachá-los ou não; o essencial é que lutes. Vida é luta.

Vida sem luta é um mar morto no centro do organismo universal. (ASSIS, 1994, p. 131)

Esse trecho, embora de outro livro de Machado, é importante porque a primeira ideia de Teófilo ao não ser nomeado ministro é desmascarar o campo político, desmanchando “toda essa igreja”⁷². No entanto, a intervenção de D. Fernanda orienta o esposo a continuar a luta de outra forma, isto é, conservando as regras do jogo. Em outras palavras, continuar e estar inserido na “igreja” é melhor do que romper com a mesma. Nesse sentido, a ruptura levaria ao ostracismo de Teófilo nos bastidores da política imperial.

⁷¹ Quincas se refere aos bastidores, conchavos e acordos que norteiam o campo político de forma pejorativa.

⁷² É importante ressaltar que Camacho faz de tudo para desmontar a “igreja”. Este segue na íntegra a ideia de Brás Cubas de fundar um jornal. O advogado funda o jornaleco Atalaia subsidiado financeiramente por Rubião. O ex-deputado critica e denuncia as formas de fazer política no Império.

Em março de 1871, o Ministério de Pimenta Bueno cai e inicia-se o período do Gabinete do Visconde do Rio Branco. Nesse contexto, D. Fernanda reflete aspirando a uma nova oportunidade de o marido ser ministro. Note-se que o interesse maior é dela e não do deputado que permanece na luta:

— Seis meses, oito meses passam depressa, reflexionou D. Fernanda. E eles vieram vindo, com os sucessos às costas, — a queda do Ministério, a subida de outro em março, a volta do marido, a discussão da lei dos ingênuos⁷³ [...] Teófilo, que merecera do novo gabinete a mesma confiança do antigo, teve parte copiosa nos debates da sessão parlamentar. (ASSIS, 1994, p. 176)

Teófilo fracassou mais uma vez. O narrador somente nos informa que ele merecia do novo gabinete a mesma confiança do antigo. Além disso, a participação do mesmo na discussão nas sessões da câmara fora uma “parte copiosa nos debates da sessão parlamentar”. Isso indica que o fracasso do marido de D. Fernanda permanece e tudo nos dá a entender que a frustração permeará a sua vida. Mas é melhor continuar assim, como deputado, do que sofrer o ostracismo de Camacho ao ser excluído do jogo político, ou ter o mesmo fim de Rubião, que acabou louco, pobre e morto.

⁷³ Temos a partir do Gabinete Rio Branco a continuação das discussões acaloradas em torno da Lei do Ventre Livre, que será promulgada em 28 de setembro de 1871.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apontar os altos e baixos da situação de Rubião, numa perspectiva reflexiva, o presente estudo direciona uma compreensão dos bastidores da política. Machado de Assis soube captar, como nenhum outro autor da época, a maneira como as coisas eram feitas nesse campo de atuação humano.

Machado trabalhou a política de maneira peculiar. O que interessava ao autor era a reflexão política e não a sua posição de forma panfletária. Em *Quincas Borba*, ao oferecer um protagonista pobre e provinciano que por meio de uma herança alcança o patamar momentâneo de capitalista e, conseqüentemente, diante do seu status econômico, pretende ingressar no parlamento, temos a ideia de que não basta somente o dinheiro, mas algo a mais: ingressar na política.

No entanto, Rubião se depara com a questão do estamento, como já fora explicitado por Raymundo Faoro. O protagonista estava fadado à derrota.

Tentei ao longo das páginas anteriores mostrar a loucura no caso de Rubião, como estratégia reflexiva da situação política pós julho de 1868. Afinal a crise mental ressoa na forma peculiar do enredo de *Quincas Borba*, isso a partir do próprio título e da configuração do protagonista nas múltiplas pistas ao longo da obra que buscam a todo instante associar direta ou indiretamente o protagonista à política.

A edição final do romance trouxe ingredientes novos. A escritura do mesmo entre 1886 e 1891 já fundamenta um calendário político agitado, pois evidencia o fim da escravidão e a Proclamação da República. Elementos fundamentais que marcaram decisivamente a decadência da monarquia brasileira.

O texto machadiano reflete por meio de seus personagens os caminhos tortuosos, árduos e complexos do declínio do Império nacional sob o ponto de vista político, econômico e social. Pedro Rubião de Alvarenga traz uma reflexão em termos de Brasil. É nesse sentido que as pistas que forjam o processo de enlouquecimento do protagonista são postadas na constituição desse

personagem, paralelamente, ao tema da política. Tudo é feito sutilmente e ironicamente. Por isso vejo a loucura mais como uma metáfora da crise institucional e política do que uma análise científica da mesma.

Pedro Rubião de Alvarenga carrega significados políticos bastante interessantes, no sentido de oferecer uma série de interpretações. Rubião é um símbolo interpretativo e a loucura desse personagem pode dar margem para uma discussão acerca da situação e dos bastidores políticos do final do século XIX que permanecem até hoje.

Busquei nesta dissertação apontar as perspectivas políticas que estão imersas no livro e também no personagem, na medida em que as várias pistas e referências políticas situam-no num pêndulo que vai da megalomania à decadência, da riqueza à miséria e da vida à morte.

Esse caminho pendular também será trilhado por João de Souza Camacho e Teófilo. Evidentemente que, para os dois políticos, a travessia entre a vitória e a derrota serão menos destrutivas do que o final de Rubião. Camacho saboreou a sua decadência no fracasso da candidatura do capitalista. Uma tentativa de conseguir voltar aos bastidores políticos do império por meio do protagonista.

A travessia do ex-deputado é revestida de interesse, mas é um jogo ambíguo. A menção desse personagem resgata no romance dois momentos da política imperial: a reminiscência do final da década dos anos de 1850, por meio do Gabinete da Conciliação (1853-1857) e a crise política de julho de 1868. Os dois momentos políticos marcam o momento em que Camacho estivera entre a glória e a derrota. A possibilidade de voltar ao campo político seria na possível legislatura de Pedro Rubião de Alvarenga, que, ironicamente, nem chega a existir por motivos da loucura do ex-professor.

De certa maneira, o desfecho do ex-deputado é o ostracismo e a impossibilidade de retornar às influências políticas. Camacho, mesmo sendo um ícone negativo da política brasileira, alimenta uma esperança de retorno ao parlamento mesmo que seja por intermédio de Rubião. As intenções de

Camacho fracassam e cabe a ele a exclusão mais uma vez, afinal ele representa um tempo que não existe mais, o que não significa que a política mudou a partir dos anos de 1868, mas o que se evidencia aqui é a presença de novos grupos que chegaram ao poder, motivados, portanto, por outros interesses, não mais aqueles do período da Conciliação. O Brasil do final da década dos anos de 1860 não é o mesmo da época em que ele fora deputado e o movimento pendular nos mostra tais circunstâncias.

Entre os desfechos de Rubião e Camacho encontra-se o de Teófilo. O esposo de D. Fernanda é um político exemplar. Se preparou para a vida parlamentar. Ama os livros, escreve seus discursos e leis em seu gabinete incansavelmente. Olha indignado para a sua biblioteca e seu gabinete e, naquele lugar, enxerga um sinônimo de trabalho. “Aqui se trabalha”, diz o deputado indignadamente e frustrado por não conseguir alcançar uma cadeira no Gabinete de Pimenta Bueno, em 1870.

Ao se cotejar Rubião e Camacho com Teófilo, de imediato percebemos as nuances dos dois primeiros: é nítida a perspectiva de especulação. Nenhum dos dois têm vocação para a vida política. No caso de Teófilo, como disse anteriormente em capítulo dedicado ao deputado, não me arrisco a dizer que ele tinha vocação, mas a ideia de ter ao menos se preparado para tal atribuição já é diferenciada. Talvez, o termo “especulação consciente” norteie os interesses de Teófilo no jogo político. Estamos diante de um personagem que foi em busca do troféu da prática política e, apesar de ter como certa a vitória para alcançar um ministério, não alcançou e por isso se frustrou.

A perspectiva pendular que envolve a trajetória do marido de D. Fernanda está inserida no apoio da esposa para ser eleito deputado e na frustração de não ter alcançado o objetivo ministerial. É nesse sentido que ele se frustra. Na medida em que, mesmo se dedicando aos estudos, às diversas leituras, à escritura de artigos, leis e discursos ele fracassou. Em suma, a vida de Teófilo é a política, mas uma política voltada para si, não para o coletivo. Afinal “política valia tudo” (ASSIS, 1994, p. 162) e por isso toda a empreitada ininterrupta valia a pena, embora causasse no personagem indignação por ter feito o que achava que era o correto, a fim de se alcançar a cadeira de ministro.

Quincas Borba é um livro que ajuda a compreender as peripécias e mazelas que estão escondidas nos bastidores da política brasileira. Os três personagens analisados estão em um contexto político do Brasil imperial. Evidentemente que o autor fluminense tinha uma concepção de funcionamento da política e até mesmo partidária, como a crítica já demonstrou, no entanto é por meio da ficção que passamos a compreender como funciona o homem político: seus anseios, suas preocupações e seus interesses.

Da mesma forma que a vida é luta, a política também o é. Por isso vale tudo. Os três personagens fizeram o máximo para alcançar seus objetivos. Camacho tentou voltar à cena política por meio de Rubião, não conseguiu; Teófilo tentou ser ministro, não conseguiu, mas lhe resta a esperança de que no próximo Gabinete ele tenha a chance de alcançar; Rubião conseguiu, por meio da loucura, ser imperador, mas morre louco atrelado às insígnias imperiais.

Os bastidores são mais fortes. Afinal são eles que decidem tudo, até mesmo golpes como os que são comuns na História nacional. Em relação à construção da estória, especificamente o papel da ficção em retratar o cenário político, Raymundo Faoro nos diz que

Até aqui a ficção, sistematizada e reconstruída em simetria com um mundo que dela emerge, interiormente harmônico. Uma pausa para a verdade do sistema político, tecido de documentos e números. Enquanto o espelho reflete, a lâmpada deforma, constrói e cria. Antes de tudo, Machado de Assis não é uma natureza voltada para a política, como o era José de Alencar. Ambos nela pensaram um dia, frouxamente e em trânsito Machado de Assis, arrebatadamente José de Alencar. A política lhes era estranha, como vocação e como verdade interior, mas os dois a viveram, tributo pago a um momento em que ela seria a atividade superior e mais digna das grandes almas. Estão – como diria José de Alencar – condenados à política e à ambição do poder. Sentiu Machado de Assis a trama e a intriga em busca das posições como espectador, para quem o espetáculo interessa e apaixona, mas não perde o caráter de espetáculo, alheio ao mais íntimo do homem, estranhos às preocupações de quem está acordado, lúcido, vigilante. A perspectiva é outra nos memorialistas do Segundo Reinado, Afonso Celso ou o Visconde de Taunay, mergulhados no jogo, com seriedade, devoção, ardentes de amor à coisa pública. Daí a maior fidelidade de Machado de Assis às expressões da política, no seu aspecto interior, e a sua despreocupação à crônica histórica, com seus incidentes e pormenores. Visão artificial construída? Não necessariamente; visão, contudo, mais harmônica, à custa do desdém a muitos fatos. O confronto fica por conta do leitor. (FAORO, 2001, p. 143)

Faoro tece uma espécie de diagnóstico de como a ficção aborda o cenário político. E nesse sentido o leitor é peça fundamental para a compreensão do mesmo. Assim, a leitura de *Quincas Borba* sob o ponto de vista político nos mostra a reflexão de como esses bastidores atuam, pois são eles que de fato decidem tudo o que acontece na vida política do país. O papel das influências que participam como parasitas de quem está no poder e, assim, decidem o certo e o errado. Camacho e Teófilo são substancialmente tentáculos do jogo político, cada um a seu modo, enquanto Rubião fora a demonstração irônica de todo esse processo que o transpôs da megalomania à decadência por meio da loucura.

As reflexões que Machado de Assis tece nesse livro são, a um tempo, “datadas” (porque interpretam, via ficção, o funcionamento da política imperial brasileira) e “atemporais” (visto que servem de base para uma reflexão sobre o funcionamento de outros sistemas políticos). A leitura é muito promissora para a compreensão da política brasileira contemporânea, afinal temos vários Camachos e Teófilos distribuídos das Câmaras de Vereadores à Presidência da República. Por isso, “contados os males e os bens da política, os bens ainda são superiores”. *Alea jacta est!*, ou “ao vencedor, as batatas!”. Resta-nos superarmos Rubião e termos consciência de como o jogo político é jogado, a fim de termos uma política mais justa e humana no Brasil contemporâneo.

Referências Bibliográficas

ALCANTARA FILHO, Wolmyr Aimberê. **Da negação do nacional ao nacional negativo: a crítica sobre Machado de Assis (do oitocentos ao contemporâneo)**. 2017. 214 f. Tese de doutorado (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**: Scipione, 1994.

_____ **Quincas Borba**. São Paulo: Scipione, 1994.

_____ **Memorial de Aires**. São Paulo: Editora Ática, 2000, p. 15.

_____ Desencantos. In: _____ FARIA, J. R. (Org.). **Teatro de Machado de Assis**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____ Teoria do medalhão. In: _____ **Obra completa**. Vol. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

BARBIERI, I. (Org.). **Ler e reescrever Quincas Borba**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

BENJAMIN, Walter. Alegoria e drama barroco. In: _____ **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 181-234.

BOSI, Alfredo. **Raymundo Faoro leitor de Machado de Assis**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 18, n. 51, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a22v1851.pdf>. Acesso em: 20 de abr. 2019.

BROCA, Brito. Aspectos políticos e sociais da obra de Machado de Assis. In: _____. **Machado de Assis e a política e outros estudos**. Rio de Janeiro: Organização Simões Editora, 1957, p. 09-111.

_____. A semana política de Machado de Assis. In: _____ **Machado de Assis e a política e mais outros estudos**. São Paulo: Polis; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1983, p. 183-187.

_____. O político na ficção machadiana. In: _____ **Machado de Assis e a política e mais outros estudos**. São Paulo: Polis; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1983, p. 177-182.

_____. Oportunidade tardia. In: _____ **Machado de Assis e a política e mais outros estudos**. São Paulo: Polis; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1983, p. 191-193.

_____. Uma testemunha. In: _____ **Machado de Assis e a política e mais outros estudos**. São Paulo: Polis; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1983, p. 188-190.

CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo. In: CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. P. (Org.). **Repensando o Brasil do oitocentos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 21-47.

DUTRA, Paulo. Quincas Borba, *humanitas* e a loucura de Dom Quixote. *Contexto. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras*, Vitória n. 25, p. 208-230, 2014/1.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Globo, 2001.

FERRAZ, Paula Ribeiro. A cultura política da conciliação: debates historiográficos sobre o Brasil do oitocentos. In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL UFES/PARIS-EST: CULTURAS POLÍTICAS E CONFLITOS SOCIAIS. 2017, Vitória. **Anais eletrônicos do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est** Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/UFESUPEM/issue/view/800/showToc>>. Acesso em: 25 de mai. 2019.

FOUCAULT, Michel. Introdução. In:_____ **História da loucura na idade clássica**. 10ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 165-175.

_____. O louco no jardim das espécies. In:_____ **História da loucura na idade clássica**. 10ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 207-208.

_____. A transcendência do delírio. In:_____ **História da loucura na idade clássica**. 10ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 209-249.

_____. Do bom uso da liberdade. In:_____ **História da loucura na idade clássica**. 10ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 417-457.

FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo. In:_____ **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos**. Trad. Paulo César de Souza. Obras completas, v. 12. São Paulo: Companhia das Letras. 2010, p. 11-17.

GLEDSON, John. Quincas Borba. In:_____ **Machado de Assis: ficção e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 58-113.

_____ Machado de Assis e a História do Brasil: algumas especulações. In:_____ **Machado de Assis: ficção e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 293-318.

_____. **Resenha de Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos, de Astrojildo Pereira**. *Machado de Assis em linha*, v. 3, n. 6, 2010. Disponível em <http://machadodeassis.net/download/numero06/num06artigo10.pdf>. Acesso em 20 de abr. 2019.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. **Machado de Assis na crítica**. *Machado de Assis em linha*, ano 3, número 5, 2010. Disponível em <http://machadodeassis.net/download/numero05/num05artigo01.pdf>. Acesso em 20 de abr. de 2019.

_____. **Apresentação de “O político na ficção machadiana” de Brito Broca.** Machado de Assis em linha, vol. 11, nº24, maio/agosto, 2018. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-68212018000200004&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 01 de set. 2018.

HANSEN, João Adolfo. A alegoria – estado questão. In:_____ **Alegoria: construção e interpretação da metáfora.** 1. ed. São Paulo: Atual, 1986, p. 1-11.

HOUAISS, Antônio. **Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa.** [s.d.]. disponível em:< <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#1>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

KOTHE, Flávio R. **A alegoria.** São Paulo: Ática, 1986.

JUNIOR, Augusto Rodrigues da Silva. Machado de Assis: entre a sandice e a razão. *Espelho. Revista Machadiana*, n. 8-9, p. 97-113, 2002-2003.

LIMA, Luís Costa. Sobre a face do bruxo. In:_____ **Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1981, p. 73-86.

MASSA, J. M. Reabilitação de Machado de Assis. In: ANTUNES, B.; MOTTA, S. V. (Org.). **Machado de Assis e a crítica internacional.** São Paulo: Editora Unesp. 2009, p. 33-53.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. Os partidos políticos no Império. In:_____ **História e teoria dos partidos políticos no Brasil.** 3º ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p. 23-45.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Livraria São José, 1952.

NASCIMENTO, Renan Ferreira. Por que Barbacena. In:_____ **A “cidade dos**

loucos” saber médico e a invenção dos territórios da loucura na cidade de Barbacena. 2014. 69 f. Monografia. Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2014.

NETO, José Guida Neto. A ditadura de César ou o crepúsculo da tradição. In: _____ **Ulpiano e o estoicismo no direito romano do principado**. 2012. 192 f. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 37-45.

NEVES, Victor Hugo Baptista. Conciliação: a efetivação do pensamento Augusto e o gabinete Paraná. In: _____ **O divisor de águas da política imperial: Dom Pedro II, a conciliação e o marquês de Paraná**. 2010. 159 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, Marco. A razão da loucura na obra de Machado de Assis. *Espelho. Revista Machadiana*, n. 8-9, p. 81-96, 2002-2003.

PEIXOTO, Sérgio Alves. Parábolas são parábolas, nada mais que parábolas: uma leitura de Quincas Borba, de Machado de Assis. In: _____ **O eixo e a roda**. Belo Horizonte, v. 7, p. 17-27, 2001.

PEREIRA, Astrojildo. Romancista do segundo reinado. In: _____. **Machado de Assis. Ensaios e apontamentos avulsos**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991, p. 13-42.

_____. Crítica política e social. In: _____. **Machado de Assis. Ensaios e apontamentos avulsos**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991, p. 89-112.

PERINI, Ruy. Loucura e paixão em Machado de Assis. In: _____ **“Não há remédio certo: loucura e paixão na obra de Machado de Assis**. Vitória: Flor&Cultura, 2008, p. 66-77.

SANTOS, Vitor Cei. Arquiteto de ruínas. In: _____ **A voluptuosidade do nada: o nihilismo na prosa de Machado de Assis**. 2015. 301 f. Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015, p. 145-165.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. Ed. 34. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

_____. A contribuição de John Gledson. In: _____ **Sequências brasileiras**. São Paulo: Cia das Letras, 1999. p. 106-112.

_____. Duas notas sobre Machado de Assis. In: _____ **Que horas são? ensaios**. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 165-178.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SOUZA, Otavio Tarquínio de. Origens de família, infância, estudante em Coimbra, volta para o Brasil, início da vida pública. In: _____ **História dos fundadores do Brasil / Bernardo Pereira de Vasconcelos**. V. III. Brasília: Edições do Senado Federal, 2015, p. 16-44.

VERÍSSIMO, José. Machado de Assis. In: _____. **História da literatura brasileira: de Bento Teixeira, 1601 a Machado de Assis, 1908**. São Paulo: Letras & Letras, 1998, p. 405-424.